

VANJA JOICE BISPO SANTOS

**LEITURAS DA FLORESTA -
A Construção da Amazônia na
Mídia Impressa Brasileira**

Belém, 22 de maio de 2002

Santos, Joice Bispo

Leituras da Floresta : a construção da Amazônia na mídia impressa brasileira/ Vanja Joice Bispo Santos ; Orientada por Emiliano José -- Salvador, 2002. 132f. : il.

Dissertação de mestrado em Comunicação Social com área de concentração em Comunicação e Culturas Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, para obtenção do título de Mestre.

**LEITURAS DA FLORESTA -
A construção da Amazônia na mídia impressa brasileira**

Vanja Joice Bispo Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interinstitucional em Comunicação e Culturas Contemporâneas, da Faculdade de Comunicação da UFBA e Departamento de Comunicação Social do Centro de Letras e Artes da UFPA, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Emiliano José
UFBA/ FACOM

BELÉM
2002

AGRADECIMENTOS

Ao professor Emiliano José, pela sua orientação e por ter acreditado neste trabalho;

Ao professor Antônio Fausto Neto, por seus escritos, aulas, estímulo e orientações;

Aos professores da Facom pelas aulas e o carinho com que nos receberam na iluminada Salvador;

As amigas e professoras Netilia Seixas e Regina Lima, pelas conversas e leituras;

À querida amiga Rosaly Britto, pois sem o seu trabalho nem eu e nem os meus colegas de mestrado teríamos começado este percurso;

Aos diretores do Museu Goeldi que apostaram na qualificação do corpo técnico;

Aos meus colegas e amigos do Goeldi que apoiaram esta investida, especialmente as colegas Lílian Bayma e Ana Rosa;

À Selma, Paulo, Denise Ayres e Fátima Teles, pela ajuda prestada;

À equipe de A Crítica, especialmente a Ana Claudia, que abriu as portas e possibilitou o trabalho de coleta;

Ao amigo Celso Martins Pinto, pelo apoio e amizade;

À amiga Cristina Senna, pela hospedagem em Manaus e as conversas estimulantes;

À querida Nádia Britto, pelo acolhimento e amizade, seja em Salvador ou em Belém;

Aos amigos Edvan Coutinho e Denise Amorim, pelo encorajamento e tudo mais

Ao Paulo Maurício que foi companheiro nas horas críticas e fez a linda capa deste trabalho;

Aos colegas que se transformaram em amigos nessa jornada do mestrado, que finalmente chega ao fim, especialmente a irmãzinha Ana Prado;

À minha preciosa maninha Vânia, pelo carinho e socorros diversos;

Aos meus pais, pela vida, pela família amorosa e por estimular o apego ao estudo.

*À minha família, fonte de amor e conhecimento.
Ao Museu Goeldi, barco no qual navego por este mundo
amazônico*

SANTOS, Joice Bispo **Leituras da Floresta: a construção da Amazônia na mídia impressa brasileira**. Belém: Universidade Federal da Bahia & Universidade Federal do Pará, 2002. 132f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Comunicação e Culturas Contemporâneas). Orientador: Emiliano José.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estabelecer um estudo comparativo entre estratégias jornalísticas de construção de agendas sobre a Amazônia desenvolvidas por três diários brasileiros (A Crítica, O Liberal e Folha de São Paulo), e para tanto busca identificar temáticas, enquadramentos dos eventos noticiados, fontes de informação acessadas e sentidos postos em circulação no noticiário publicado durante o ano de 1999. O primeiro capítulo destaca o referencial teórico. No segundo capítulo, a partir de uma revisão de estudos, abordamos as relações entre mídia jornalística e região amazônica, enfatizando uma perspectiva cronológica do processo de construir a Amazônia como notícia de jornal. No terceiro capítulo procuramos evidenciar formas pelas quais cada jornal estudado oferta sentidos sobre a Amazônia para seus leitores. O quarto capítulo deste trabalho aponta o tratamento da Amazônia como questão para o jornalismo, através do embate das instituições. A análise permitiu concluir que a cobertura intensiva e dramática da Amazônia feita pela mídia intensifica mitos acerca da região como “uma floresta sem homens”, fronteira aberta e inesgotável para investimentos econômicos, um patrimônio a ser vigiado e defendido de constantes ameaças, um espaço mítico a ser preservado para a redenção da humanidade e do progresso econômico.

SANTOS, Joice Bispo **Leituras da Floresta: a construção da Amazônia na mídia impressa brasileira**. Belém: Universidade Federal da Bahia & Universidade Federal do Pará, 2002. 132f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Comunicação e Culturas Contemporâneas). Orientador: Emiliano José.

ABSTRACT

This work has as objective to establish a comparative study between journalistic strategies of agenda construction on the Amazônia developed by three daily Brazilians (A Crítica, O Liberal e Folha de São Paulo), and in such a way searches to identify thematic, justifications of the notified events, sources of information had access and felt ranks in circulation in the reporter published during the year of 1999. The first chapter detaches theoretical referential. In the second chapter, from a walk through of studies, approaches the relations between journalistic media and Amazon region. In the third chapter we look for to evidence the forms for which each studied periodical offers sensible on the Amazônia for its readers. The fourth chapter, the handling of the Amazônia as question for the journalism, through the shock of the institutions. The analysis allowed to conclude that the intensive and dramatical covering of the Amazônia made for the media intensifies myths concerning the region as "a forest without men", open and inexhaustible border for economic investments, a patrimony to be watched and defended of constant threats, a mythical space to be preserved for the redemption of the humanity and the economic progress.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

1. Relações entre comunicação e contemporaneidade
2. Jornalismo, Discurso e Agendamento

CAPÍTULO 2: AMAZÔNIA E A MÍDIA JORNALÍSTICA SOB A PERSPECTIVA DE ALGUNS ESTUDOS ACADÊMICOS

- 2.1 Um princípio
- 2.2 Chamando a atenção do noticiário mundial
- 2.3 A Pressão Internacional e a descoberta da importância ecológica da Amazônia pelos jornais brasileiros
- 2.4 A cobertura da Amazônia na própria região

CAPÍTULO 3: A AMAZÔNIA NA VIRADA DO SÉCULO – elementos das narrativas e discursos jornalísticos

- 3.1 Metodologia e Corpus de Pesquisa –
- 3.2 O Processo de Leitura
 - 3.2.1 Folha de São Paulo
 - 3.2.2 A Crítica
 - 3.2.3 O Liberal

CAPÍTULO 4: O JORNAL COMO ARENA – agendamento e embate das instituições em torno do desenvolvimento da Amazônia

CONCLUSÃO

FONTES CONSULTADAS

ANEXOS

APRESENTAÇÃO

Em 1995 pesquisava a telerevista Academia Amazônia – uma experiência muito bem sucedida de divulgação da ciência produzida pela Universidade Federal do Pará e transmitida através do Sistema Nacional de Redes Educativas (SINRED), no período de 1992 a 1998 – quando, ao proceder o registro das cartas dos telespectadores do programa, fui atraída pelas imagens e situações evocadas pela Amazônia mencionadas nelas, como: *patrimônio nacional, celeiro do país, uma das maiores riquezas brasileiras, fonte de plantas nutritivas e medicinais, região tão cobiçada pelos estrangeiros*, etc. As cartas indicavam claramente, em alguns casos, uma leitura que se estendia para além da matéria veiculada. Fiquei curiosa por este olhar sobre a região.

A partir desse encontro com as cartas do programa Academia Amazônia, comecei a observar, sem preocupações com estatísticas, o que diziam diferentes pessoas não-moradoras de áreas amazônicas sobre a região. O que ouvi alimentou o desejo de investigar mais criteriosamente o que era dito sobre a região amazônica pela mídia, considerando esta como a principal força que alimenta o interesse da opinião pública nacional e internacional pela Amazônia.

Na ocasião em que iniciei o Mestrado Interinstitucional em Comunicação e Cultura Contemporânea, oferecido pelas universidades Federal da Bahia e Federal do Pará, resolvi tentar “saciar” esta vontade de saber mais sobre estes processos de leitura da Amazônia a partir da visibilidade dada à mesma pelo jornalismo diário. Iniciei o percurso investigativo pelos modos de mostrar e de dizer os temas relativos à região amazônica e cheguei ao não-dito, a certos aspectos silenciados sobre a região. Pois, como explica Eni P. Orlandi (1997): *todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer*.

O título do trabalho “Leituras da Floresta” refere-se às leituras que a mídia noticiosa brasileira faz do assunto Amazônia, mas também a dessa autora sobre o noticiário que é feito da temática. Entro nesse debate tendo consciência que minha inserção deve-se muito ao local de onde falo. Observo a situação como amazônida, como moradora dessa região, como parte integrante de uma instituição de pesquisa sediada nela e que tem a Amazônia como objeto de estudo – o Museu Paraense Emílio Goeldi/ MCT, localizado em Belém-Pará.

Parti com esta pesquisa em busca de pistas sobre o processo de construção da região via ação da mídia jornalística, de seus assuntos e das vozes convocadas para sua explicação. Deixo o compartimento povoado dos meus pensamentos e parto para escrita com aquele receio expresso por Flaubert, citado por Authier-Revuz (1997): “*a cada linha, a cada palavra, a língua me falta*”.

INTRODUÇÃO

Leitura (...) pode ser entendida como “atribuição de sentidos” (...) Por outro lado, pode significar “ ‘concepção’, e é nesse sentido que é usada quando se diz “ leitura de mundo”. Esta maneira de se usar a palavra leitura reflete a relação com a noção de ideologia (...) No sentido mais restrito, acadêmico, “leitura” pode significar a construção de um aparato teórico e metodológico de aproximação de um texto(...).

Eni Pulcinelli Orlandi, *Discurso & Leitura*

“É a única região do país com nome próprio – as outras são pontos cardeais”.

Armando Mendes, observação citada no jornal O Liberal, edição de 26 de agosto de 2001, caderno Paineis, p.12.

Esta dissertação, “Leituras da Floresta”, trata da construção da Amazônia como notícia de jornal e parte do pressuposto que a mídia é o motor mais potente que alimenta o repertório simbólico da sociedade contemporânea em torno da região amazônica, que ocupa 60% do território geográfico brasileiro e outros tantos largos hectares no imaginário de quem vive envolvido nas redes de comunicação e informação em larga escala. A seguir apresentamos alguns dados da nossa personagem que a particularizam no mundo em que vivemos.

A Amazônia brasileira contém cerca de 40% dos 8,5 milhões de quadrados de florestas tropicais úmidas (Santos, 1994). O Brasil incorpora em seu território 60% do mundo amazônico que corresponde 44 % da superfície da América do Sul e 5% da área terrestre do globo¹. Localizada na porção setentrional da América do Sul, espalhando-se na faixa equatorial e definida pela maior área florestal contínua do planeta, a Amazônia envolve 8

¹ Dados extraídos do documento “Agenda Regional para a Amazônia”, lançado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia durante o Seminário “Agenda 21 Brasil – Uma Utopia Concreta”, realizado no Rio de Janeiro, em preparação para a Conferência Rio + 5. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/caminho/capit7_1.html>. Acesso em: 30 set. 2001.

países: Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. No Brasil, a região inclui os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e uma larga porção do Maranhão.

A Bacia Amazônica é responsável por 1/5 da disponibilidade mundial de água doce. O rio Amazonas, com 6.577 quilômetros de extensão, é reconhecido como o mais extenso do mundo e com o maior volume d'água, e junto com seus tributários formam uma rede de 25 mil quilômetros de vias navegáveis².

Os números, na ordem dos milhares, pululam nas estatísticas da região: a América do Sul possui pouco menos de uma terça parte das espécies de aves de todo o globo; desse todo se calcula que no Brasil são encontrados 1.600 espécies, das quais cerca de 1.000 vivem na Amazônia; estima-se que exista na região de 2 a 3 mil espécies de peixes de água doce; até agora, os cientistas avaliam que já foram classificadas 1,5 milhão de espécies vegetais na região, que na maior parte se mantém desconhecida (o universo total pode variar de 5 a 30 milhões)³. A floresta sustenta uma dinâmica produção madeireira que alimenta o mercado nacional e internacional com madeiras nobres como o mogno, ipê e cedro.

Na Amazônia também se encontram valiosas reservas minerais, destacando-se as que tornaram a região a maior exportadora de minério de ferro, de estanho, de bauxita e de caulim. A região ainda conta com um fantástico potencial energético: só o Estado do Pará é o quinto maior produtor e terceiro maior exportador de energia do país⁴.

A riqueza da Amazônia, todavia, não se restringe a diversidade de espécies e de ecossistemas, a variabilidade genética e os recursos minerais, alcança também o plano sócio-

² Dados extraídos da Agenda Regional para a Amazônia, página que apresenta o documento Agenda Amazônia 21 no *site* do Ministério do Meio Ambiente <http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/caminho/capit7_1.html>

³ Dados extraídos do jornal Destaque Amazônia (série especial Diversidade Amazônica) e da Agenda Regional para a Amazônia.

⁴ Dados extraídos da matéria “Província Energética”, publicada no Jornal Pessoal (2^a. quinzena de junho/2001).

cultural, uma diversidade fruto do processo de ocupação humana da região iniciado há mais de onze mil anos.

No momento da chegada dos colonizadores europeus nos séculos XV e XVI havia populosos povoamentos nas calhas dos rios, que desapareceram totalmente, e outros que diminuiram drasticamente na medida em que se intensificou o contato e o confronto com a civilização ocidental. Atualmente, a população indígena se aproxima de 300 mil índios, distribuídos em mais de duas centenas de grupos étnicos e que falam 140 das 170 línguas indígenas existentes no Brasil⁵.

O universo humano da Amazônia abrange mais de 20 milhões de habitantes (sendo que 60% desse total se concentram em núcleos urbanos), e, além das populações indígenas citadas acima, constitui-se por “caboclos, pequenos produtores, contingentes sem terra, trabalhadores urbanos, grandes e pequenos proprietários, empresários tradicionais e modernos (Agenda Regional para a Amazônia, 2001)”.

Situada em posição marginal, tanto na economia nacional quanto para a economia mundial, a região era considerada um lugar ermo e distante demais para o mundo civilizado até os anos 60 do século XX. Um local muito interessante apenas para os naturalistas viajantes. Hoje, todavia, a região é um assunto relevante para a opinião pública brasileira e mundial, sendo, segundo o material jornalístico pesquisado neste trabalho, alvo de pronunciamentos de personalidades políticas diversas como Margareth Thatcher, Dalai Lama, Mikhail Gorbachev, George Bush, Tony Blair, François Mitterand, e, no plano nacional, de políticos e partidos de todos os matizes ideológicos.

A importância científica e ambiental da região amazônica também é percebida pelo porte dos programas internacionais dos quais é objeto, como o *Programa Piloto para*

⁵ Dados extraídos do Jornal Destaque Amazônia, série Diversidade, ago 1998. Publicação do Museu Paraense Emílio Goeldi/ MCT.

Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (promovido pelo Grupo dos Sete países mais ricos do mundo, o G-7) e o *Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia – LBA*, um grande consórcio científico internacional que envolve o Brasil, os Estados Unidos e a Europa, para estudar o papel da floresta amazônica no clima mundial.

Bill Gates, príncipes, artistas nacionais e internacionais e muitos anônimos já vieram experimentar um contato com a selva amazônica. Foram seduzidos pelo apelo místico da região explorado na divulgação da floresta, que ganha cada vez mais estrutura e adeptos para o turismo ecológico e de selva.

Sob a chancela da temática Amazônia debate-se no Brasil a legislação ambiental, mecanismos de fiscalização do uso dos recursos naturais, defesa dos direitos humanos, demarcação de terras indígenas, exploração do solo e subsolo, propostas de ocupação territorial, defesa da soberania nacional, experiências de desenvolvimento sustentáveis e incentivos à ciência e tecnologia voltadas para o conhecimento da natureza e para o desenvolvimento regional.

Deflagra-se na mídia uma disputa acirrada pelo poder de significar a região amazônica. As cartas dos telespectadores do programa Academia Amazônia, e as falas que ouço na condição de assessora de comunicação do Museu Goeldi/MCT mostram alguns dos efeitos de sentido em jogo nessa disputa. A disputa simbólica desenvolvida pelo jornalismo diário pelo poder de dizer a Amazônia e alguns efeitos de sentido gerados neste embate simbólico constituem o alvo de nosso estudo.

Esta dissertação pretende contribuir com os estudos sobre o processo de construção social da realidade pela mídia jornalística, procurando detectar os processos discursivos que colaboram no provimento à sociedade brasileira de definições da Amazônia. Portanto, na elaboração da pesquisa assumimos a perspectiva da atividade jornalística como uma

operadora do real, que desenvolve, em sua práxis, uma noção de atualidade social, sedimentando esta noção cotidianamente no noticiário.

As seguintes hipóteses estão na base deste trabalho:

- 1) As marcas discursivas demonstram que o trabalho de agendamento dos veículos jornalísticos dá ênfase a Amazônia como um espaço inseguro que demanda constantemente a afirmação da soberania nacional sobre o território;
- 2) O vazio é o efeito de sentido dominante sobre o qual se constrói a Amazônia nas páginas de jornal;
- 3) A multiplicidade de discursos sobre a Amazônia nos espaços jornalísticos reflete as disputas e transações existentes entre diferentes agentes e campos sociais.

Estrutura do trabalho

Considerando o objetivo dessa dissertação – a construção do tema Amazônia na imprensa diária brasileira, através do estudo comparativo de três estratégias jornalísticas de construção de agendas sobre questões amazônicas –, as seguintes perguntas servem de norte para esta pesquisa: Quais são as fontes privilegiadas de informação sobre a Amazônia no final do século XX?; Através de que questões e temáticas é articulada a noção de Amazônia? Qual é o discurso predominante nas narrativas jornalísticas? Qual é o papel da ciência no processo discursivo construído pela mídia?

No capítulo I deste trabalho apresentamos as referências teóricas que ancoram esta dissertação e no capítulo II expomos algumas perspectivas de estudos acadêmicos que abordaram a relação entre a mídia jornalística e a região amazônica em diferentes períodos da

das últimas décadas do século XX. Este trabalho de coligir estudos permitiu esboçar uma retrospectiva de como as notícias nos últimos 30 anos acompanharam e ajudaram a fazer a história recente da Amazônia.

Os capítulos III e IV constituem a parte analítica da dissertação “Leituras da Floresta”, e neles enfocamos o trabalho de tematização (fontes de informação e canalização temática) por parte da mídia impressa, a forma particular com que cada jornal oferta sentidos e procuramos detalhar (através de um estudo de caso) a construção de uma questão que gerou intenso debate no espaço midiático. Por último, como deve ser, chegamos a algumas conclusões que compartilhamos com você. Ao final do trabalho, apresentamos as referências bibliográficas consultadas e a reprografia das principais matérias citadas.

Para formular o objeto dessa pesquisa e a metodologia para abordá-lo, percorremos um roteiro bibliográfico que passou pelas teorias do contemporâneo, sociologia da comunicação (especialmente as “teorias” referentes aos efeitos sociais das notícias), pesquisas sobre jornalismo, estudos de análise do discurso e leituras diversas sobre a Amazônia – que aparecem neste trabalho à medida que abordamos a cobertura midiática da região. A seguir, reconstituímos brevemente alguns tópicos desse percurso literário sobre mídia, contemporaneidade, discurso, jornalismo e agendamento que ajudaram a construir a base teórica do assunto pesquisado.

CAPÍTULO I – REFERENCIAL TEÓRICO

1.1- Relações entre Meios de Comunicação e Contemporaneidade

Para Eliseo Verón (1997) meios de comunicação social são dispositivos tecnológicos de produção e reprodução de mensagens associados a determinadas condições de produção e a determinadas práticas de recepção. Defini-se um meio pelo critério de acesso plural as mensagens para as quais o meio é um suporte. O acesso plural pode ser concernente a uns poucos indivíduos ou a milhões de pessoas, e acontece mediante pagamento (direto ou indireto). Trata-se, pois, de um mercado que oferta material simbólico e produz sentidos.

A mídia influencia e também sofre os efeitos dos processos de interação entre os indivíduos, instituições e os grupos sociais, através dos quais são estabelecidos laços de sociabilidade. Portanto, como ressalta Verón, *“en esta configuración no hay procesos lineales entre una causa y un ‘efecto’; nos encontramos frente a una maraña de circuitos de feedback”* (Veron, 1997).

Os dispositivos de comunicação e informação impactam a organização da vida coletiva e privada e se constituem em um dos traços singulares da contemporaneidade, cuja bibliografia bastante diversificada apresenta um consenso quanto a escala dos fenômenos que a caracterizam: global, mundial, planetária. Entre os vetores importantes assinalados nesse processo de formação de uma nova sociedade globalizada, destacam-se a ciência, a tecnologia e o consumo.

Os impactos do fenômeno contemporâneo afetam as relações econômicas, a ideologia política, a língua dominante, a constituição das cidades e o campo da cultura, atingindo os modos de comunicação e as trocas simbólicas, a concepção de tempo e espaço, de indivíduo, de identidade, de nacionalidade, de se sentir no mundo (Soares, 1996).

No primeiro volume de sua trilogia “A Era da Informação”, Manuel Castells (1999) explica que “a nova sociedade emergente desse processo de transformação é capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países [...] No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos”. No quadro analítico desenvolvido por Castells, a sociedade contemporânea está estruturada em forma de redes e apresenta como características marcantes velocidade, fluidez e uma incrível dinâmica.

O desenvolvimento tecnológico e de mercado tornaram possível a junção de comunicação, telecomunicações e informática, propiciando a organização de uma rede midiática que está “promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens da nossa cultura”, assinala Castells (1999).

Os impactos são tantos dessas transformações que hoje já se define a sociedade contemporânea como estruturada e ambientada pela comunicação midiática. Na interpretação do pesquisador Albino Rubim⁶, a comunicação no mundo contemporâneo se apresenta “como uma espécie de nova ‘camada geo-tecno-social’”. Ele recorre ao termo de Milton Santos para enfatizar uma imagem do sistema de comunicação midiática como um ambiente estruturante da sociabilidade, com uma noção que reúne conceitos de espaço, desenvolvimento tecnológico e operações sociais.

Rubim também aproveita a expressão cunhada por Muniz Sodré de ‘telerrealidade’ para nominar a nova dimensão constitutiva da sociabilidade contemporânea. “Tele, para recordar sua inerente noção de distância e apontar a possibilidade do distante ser apreendido, transportado e transformado (simbolicamente) em acontecimento próximo [...] nessa realidade

⁶ RUBIM, A. “Comunicação&Política”, São Paulo: Hacker Editores, 2000, p.34.

simbólica se define o real e nela se constroem as categorias que, realizando a divisão do real, permitem que se fale, veja, ouça, perceba, etc” (2000).

Creemos ser importante assinalar a seguir certos aspectos resultantes das transformações percebidas na contemporaneidade e que ocorrem no campo da ‘organização social do poder simbólico’ para detalhar um pouco mais a sociabilidade contemporânea e o papel da mídia.

Vinculando poder (enquanto fenômeno social) e formas de comunicação, o sociólogo inglês John B. Thompson (1998), a partir das definições de Thomas Mann de tipos principais de poder, analisa a organização do poder cultural ou simbólico, discriminando os recursos pelos quais ele é exercido. O uso do termo ‘poder simbólico’ por Thompson inspira-se na obra de Pierre Bourdieu. Na visão de Bourdieu, o poder simbólico constitui o dado pela enunciação, tem a capacidade de fazer crer e ver, confirmar ou transformar a visão do mundo e possui um potencial performativo sobre o mundo.

Os meios técnicos de fixação e transmissão; as habilidades, competências e formas de conhecimento empregadas na produção, transmissão e recepção da informação e do conteúdo simbólico, são alguns dos recursos empregados para realizar ações simbólicas que Thompson assinala.

O conteúdo simbólico mencionado por Thompson se relaciona na obra de Bourdieu ao que ele denomina de “capital cultural”, e o prestígio acumulado pelos agentes (produtores e instituições) no exercício deste poder é o “capital simbólico”.

O poder simbólico pode provocar efeitos bastante variados que estão relacionados aos atributos dos meios técnicos empregados na produção e transmissão das formas simbólicas. Esses meios técnicos e as informações e/ou conteúdo simbólico veiculado podem servir para o exercício de diferentes formas de poder, conclui Thompson, que caminha na trilha aberta pelos estudos de Harold Innis e de Marshall McLuhan.

Entre os aspectos dos meios técnicos avaliados pelo sociólogo inglês chama particular atenção o que se refere ao distanciamento da forma simbólica do seu contexto de produção, daí decorrendo também alterações nas condições espaço-temporais do exercício de poder por parte dos indivíduos.

A característica de conectar pessoas e comunidades geográficas distantes resulta em formas alteradas de perceber o mundo. Na sociedade de difusão em larga escala da informação, o ser humano não está mais restrito apenas ao que é visualizado e experimentado na sua realidade contígua.

Desse modo, uma característica fundamental da sociabilidade na contemporaneidade, como observa Anthony Giddens (1991), “é o *deslocamento das relações sociais* de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço”. Ainda, segundo Giddens, os locais “são completamente penetrados e moldados em termos de influências bem distante deles” (apud Palacios, 1993). Os processos de globalização são permeados por tensões e conflitos, sejam eles na economia, na cultura e na política.

É oportuno enfatizar que, embora participantes de um processo estruturado de comunicação de massa profundamente assimétrico, o receptor do conteúdo simbólico interage de forma criativa nesse “jogo” de intercâmbio simbólico. No processo de decodificação, o receptor emprega “habilidades e competências requeridas pelo meio técnico, mas também várias formas de conhecimento e suposições de fundo que fazem parte dos recursos culturais” utilizados para apoiar o intercâmbio, como esclarece Thompson (1998). Trata-se, pois, de um sujeito receptor, e não um ser amorfo e passivo frente a processos avassaladores.

Este sujeito receptor de mensagens difundidas em larga escala depende cada vez mais da mídia jornalística para entender os acontecimentos do passado. Desse modo, outro aspecto importante a este trabalho, é a emergência da ‘historicidade mediada’.

“Nosso sentido do passado e de como ele nos alcança se torna cada vez mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas [...] A tradição oral e a interação face-a-face continuam a desempenhar um papel importante na elaboração da nossa compreensão do passado, mas eles operam cada vez em conjunto com um processo de compreensão que se serve cada mais do conteúdo simbólico presente nos produtos da mídia” (Thompson, 1998).

O sentido de história (a sucessão de fatos e processos que pontuam e são relevantes para a história dos grupos humanos) no mundo contemporâneo está bastante vinculado as narrativas jornalísticas e sua capacidade geradora de um *capital mimético*, termo utilizado por Stephen Greenblatt para definir “um estoque de imagens e os meios de produzi-las, pô-las em circulação segundo as forças dominantes do mercado (1996)⁷.

O desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação e informação, impulsionado pelo advento da imprensa, possibilita o surgimento de um novo aspecto da vida moderna na percepção de espaço público: “uma ação ou evento poderia agora adquirir um caráter público para outros que não estavam presentes no lugar de sua ocorrência, e que não eram capazes de vê-la ou de ouvi-la [...] Na idade da televisão, a visibilidade no estreito sentido de visão – a capacidade de ser visto com os olhos – é elevada a um novo nível de significado histórico” (Thompson, 1998)⁸.

Este aspecto da visibilidade é de suma importância para os estudos que relacionam mídia e sociedade. Pois, a opinião pública, categoria surgida na segunda metade do século XVIII em decorrência da assunção da burguesia na organização social e do mercado como

⁷ As imagens referidas pelo autor são as dotadas de poder de reprodução, com capacidade de sustentação e que se “multiplicam transformando contatos culturais em formas novas”. Nesse caso, mimese é entendida como representação e possui o duplo aspecto de ser produto e de ser uma relação social de produção. O livro de Greenblatt “Possessões Maravilhosas” trata sobre a “tecnologia simbólica” que os viajantes europeus utilizaram nos seus relatos sobre o Novo Mundo.

⁸ No momento em que estou escrevendo pipoca continuamente na televisão e nas nossas vidas as imagens do *World Trade Center* explodindo. Este é um episódio emblemático de como a mídia encolhe o mundo e nos faz testemunhar eventos de uma forma anteriormente impossível na história da humanidade, e já fornecendo molduras para sua interpretação, como “a queda do império”, “confronto de civilizações”, “Bin Laden – o inimigo número 1 dos EUA” e também do mundo ocidental (dito direta ou indiretamente).

nova modalidade de espaço, tornou-se dependente deste novo campo de legitimação social: o da máquina discursiva da mídia.

O fenômeno da visibilidade mediada pelo aparato sociotecnológico dos novos meios de comunicação e informação, e suas implicações na estruturação de um novo espaço público na contemporaneidade, tem relação estreita com o jornalismo, como prática social que constrói o sentido de atualidade e assinala os assuntos relevantes para este novo espaço público.

Relembramos o uso do conceito de ‘telerrealidade’ sugerido por Albino Rubim (2000), pois ele evoca um aspecto problematizador muito interessante: o caráter composto da sociabilidade contemporânea que reúne a vivência em uma realidade contígua e a vivência numa realidade remota. Nas atuais circunstâncias societárias para existir publicamente é preciso transitar pelo mundo mídia, dominar sua gramática. Podemos, então, observar nos espaços midiáticos a disputa pelo poder de significar nas duas realidades.⁹

1.2 - Jornalismo e Discurso

“A linguagem é um centro em que se reúnem o eu e o mundo”

Gadamer *apud* Adriano Rodrigues (1990)

“Os meios de comunicação social (a imprensa) são a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens desses acontecimentos na nossa mente”.

Walter Lippmann *apud* Traquina (2000)

O jornalismo participa ativamente da reprodução e circulação do capital simbólico, sendo os media noticiosos complexas organizações estruturadas para escolha, coleta e seleção sistemática de fatos e informações com o intuito de gerar notícias, em consequência produzir

⁹ No livro Comunicação&Política, Albino explica como as novas características adquiridas pela realidade-mundo impõem novos requisitos para uma existência pública (ver páginas 40 a 42).

o sentido de atualidade e a realidade social. Na definição sintética de Verón (1987), o jornalismo é um discurso que nos relata cotidianamente o que ocorre no mundo. A atividade jornalística se encarrega, portanto, de formar nossa memória do dia-a-dia.

Falar em jornalismo ou em discurso jornalístico é se situar também no plano da linguagem, pois o jornalismo é um fato de língua, lembra Mayra Gomes (2000), e como tal é participante do processo de designação das coisas, nomeando e discriminando. Segundo a mesma autora, essa operação de nomeação pode ser identificada como processo de “apresentação do mundo” ou vinculada à construção da “realidade”.

O acontecimento é a base geradora do discurso jornalístico, é “o efeito de realidade da cadeia dos signos, uma espécie de ponto zero da significação”, no dizer de Adriano D. Rodrigues (1990). Os acontecimentos são ocorrências atuais singulares, observáveis, concretas e delimitadas no tempo e no espaço e que funcionam como referentes para o discurso jornalístico, desde que sejam comunicáveis segundo os parâmetros jornalísticos

A imprensa noticia os acontecimentos do passado imediato, cuja temporalidade está ficando cada vez mais curta em função do crescente desenvolvimento tecnológico que possibilita acompanhar “ao vivo” o desenrolar dos fatos focalizados pelo jornalismo. A rapidez com que uma notícia se torna disponível e a velocidade em que pode ser consumida, é uma marca do jornalismo atual, fruto dos avanços tecnológicos (notadamente da televisão e da internet).

A atualidade criada pelo jornalismo não é uma ilusão da realidade. Todavia, enquanto realidade social ela existe no e por intermédio dos informativos. Desse modo, os fatos que compõem esta realidade social ganham força na medida em que são construídos. Depois de

produzidos pelos meios de comunicação, os acontecimentos sociais começam a ter múltipla existência fora dos mesmos, podendo ocasionar todo tipo de efeitos¹⁰.

Os processos jornalísticos “determinam quais são os acontecimentos (assuntos e problemáticas) com direito a existência pública e que por isso figuram na agenda de preocupações, como temas importantes da opinião pública. Por outro lado, definem os significados dos acontecimentos (assuntos e problemáticas), oferecendo interpretações de como compreendê-los [...] (além de) fornecer as formas nas quais as declarações aparecem” (Traquina, 1993).

A hipótese do *media agenda-setting*, conceito no qual esta dissertação está baseada, dedica-se a esmiuçar as relações existentes entre a agenda pública, a agenda política e a agenda midiática (jornalística). Traquina (2001), citando Molotch e Lester, ressalta que na organização do trabalho jornalístico três categorias de pessoas posicionam-se de forma diferenciada, cada uma delas vinculadas a um tipo de agenda: os promotores da notícia (indivíduos que identificam e tornam observável uma ocorrência como especial), os *news assemblers* (profissionais que tornam os acontecimentos conhecidos através de publicação ou radiodifusão) e os consumidores da notícia. A agenda política governamental é considerada a mais importante das agendas políticas.

Na visão de alguns autores, o processo de agendamento é um processo interativo.”A influência da agenda pública sobre a agenda jornalística é um processo gradual através do qual a longo prazo os critérios de noticiabilidade são criados, enquanto que a influência da agenda jornalística sobre a agenda pública é direta e imediata, em particular quando envolve questões para os quais o público não dispõe de experiência direta” (Traquina, 2001).

¹⁰ Eliseo Verón aborda estes tópicos de maneira clara e direta em seu livro “Construir el acontecimiento”, publicado pela Editorial Gedisa, 1987.

Para se estabelecer como interlocutor legítimo perante o público leitor e espectador, como a instituição que possibilita conhecer e acompanhar os eventos de interesse para a sociedade, o jornalismo adota alguns mitos que são duramente questionados pelos estudos de comunicação, como o mito da objetividade e de seu “funcionamento como espelho do mundo”. Ambos já são demolidos quando se diseca a rotina produtiva da mídia noticiosa. Os processos de produção e a ideologia do jornalismo obscurecem o fato de que as notícias são narrativas sobre a realidade e não a realidade.

Os atos de coleta, seleção e edição de informações, dando aos fatos sociais a forma de acontecimento noticioso cabível na linha editorial do veículo, já desmonta essa retórica de imparcialidade e de “reflexo do real”. A introdução dos subsídios proveniente da análise do discurso nas pesquisas sobre o jornalismo amplia o entendimento sobre a operacionalização desta atividade no processo de constituir o mundo discursivamente.

Eni Orlandi define o discurso como o lugar onde se pode observar o encontro entre língua e ideologia, pois oferece uma materialidade para que sejam estudadas práticas materiais que expõem as relações de produção – vinculando-se a este pensamento está a afirmativa de que as condições sócio-históricas de produção de um discurso são constitutivas de suas significações.

Na perspectiva discursiva, a ideologia é compreendida como a interpretação do sentido em uma direção, direção sustentada no imaginário que institui as relações discursivas. Nos processos de significação há uma injunção a interpretação e essa interpretação é regida por condições de produção de sentidos específicos e determinados na história da sociedade. “O processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a *uma* interpretação que se apresenta sempre como *a* interpretação” (Orlandi, 1990).

Ressaltamos também a característica polifônica e intertextual do discurso jornalístico. Segundo Brandão (1994), a polifonia “refere-se a qualidade de todo discurso estar tecido pelo discurso do outro, de toda fala estar atravessada pela fala do outro” e a intertextualidade designa as relações que um discurso mantém com outros, que podem ser do mesmo campo discursivo ou de campos diferentes.

O discurso apresenta um processo de dialogização interna, um conceito definido por Bakhtin¹¹. Em seu processo de formulação, o discurso se orienta para outros discursos e para o outro da interlocução. Ou seja, quando falamos (procurando tornar a fala visível, legível para nosso interlocutor) já incorporamos outros discursos sobre o objeto da nossa fala, bem como já configuramos aquele a quem estamos nos dirigindo.

Michel Pêcheux, em acréscimo ao conceito de formações discursivas de Michel Foucault, formulou o conceito de formações imaginárias – o sujeito do discurso considera dois horizontes imaginários ao longo dos quais ele se desloca na enunciação dirigida a um interlocutor, nestes horizontes ele reflete sobre si e sobre o outro. Os meios de comunicação de massa sempre levam em conta a imagem de seu público leitor e a partir dessa imagem que são estabelecidas estratégias de linguagem e de estilo de cada veículo.

A imagem que o jornal tem do seu público, por exemplo, é importante no momento do processo produtivo jornalístico em que a mídia torna os acontecimentos significativos. Stuart Hall (et alli) esclarece que isto ocorre nos processos de identificação e contextualização das notícias. Ele observa que para um acontecimento fazer sentido deve ser posto num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais. Esta capacidade em manipular os “mapas culturais do mundo social é que garantem o sentido aos acontecimentos invulgares,

¹¹ Os livros de Análise de Discurso que consultei obrigatoriamente abordam as contribuições de Bakhtin, todavia remeto os leitores, que como eu também são leigos em lingüística, para a introdução ao assunto feita por MUSSALIM, F. “Análise do Discurso”. In: MUSSALIM, F.: BENTES, A.C. (Org.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**, v.2. São Paulo: Cortez, 2001, p. 127.

inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é noticiável” (Hall in Traquina, 1993).

Este processo de dar significados sociais aos acontecimentos, organizando-os nos quadros de referência de fundo partilhados pelos leitores e espectadores e que tornam o mundo inteligível, “tanto assume como ajuda a construir a sociedade como um ‘consenso’. Além disso, aos media cabe a tarefa de tornar compreensível o que chamaríamos ‘realidade problemática’” (Hall, 1993).

O domínio da “realidade problemática” mencionada acima por Hall, tornando-a mais simples através da oferta de um “conjunto limitado de temas, um ‘menu’ temático comum”, nas palavras de Clovis de Barros Filho, funciona como um instrumento de redução da complexidade social e permite aos agentes sociais conversar ou discutir sobre temas previamente canalizados (Barros Filho, 2001)¹².

A produção de notícias jornalísticas é marcada pela organização burocrática das empresas, pelos valores-notícia, pelos constrangimentos da produção (como pressão do tempo, distribuição de recursos e calendarização de trabalho), pela ideologia profissional pautada pelas noções de ‘imparcialidade’, ‘equilíbrio’ e ‘objetividade’ e distinções sobre o que seja ‘fato’ e ‘opinião’.

Frente aos constrangimentos produtivos e adotando os critérios de noticiabilidade de um mercado que persegue a “novidade” constante e a sedução pela emoção, a cobertura jornalística é orientada para os itens extraordinários, referentes a pessoas ou países de elite, acontecimentos dramáticos, personalizáveis, que tenham conseqüências negativas ou que estejam vinculados a um assunto noticiável já existente; privilegia acontecimentos pré-

¹² Barros Filho no livro “Ética na comunicação: da informação ao receptor” faz referências aos estudos de Niklas Luhmann sobre a “tecnificação do mundo da vida” e o papel que a seleção temática feita pela mídia cumpre junto a sociedade.

agendáveis; fontes que detém posições institucionalizadas privilegiadas, cujo acesso amplo aos media os coloca em condições de “estabelecer a definição ou interpretação primária do tópico” em foco pelo noticiário. Essas fontes privilegiadas são denominadas de “definidores primários” (Hall, 1993).

“A definição primária estabelece o limite de todas as discussões subseqüentes através de seu enquadramento do problema. Este enquadramento inicial fornece então os critérios segundo os quais todas as contribuições subseqüentes são rotuladas de ‘relevantes’ para o debate ou ‘irrelevantes’ - fora de questão” (Hall, 1993).

Segundo Nelson Traquina, estudar o jornalismo é crucial para o estudo das questões públicas “porque oferecem a chave para compreensão de como questões específicas são enquadradas e oferecidas ao público” (2000), ou seja o jornalismo constitui uma agenda segundo leis específicas que vai influenciar a agenda pública.

Traquina (2001) explica que o termo Agenda, utilizando a noção de Rogers e Dearing, refere-se a “uma lista de questões e acontecimentos que são vistos num determinado ponto no tempo e classificados segundo uma hierarquia de importância”. A hipótese do *agenda-setting* trata sobre um dos efeitos sociais que a mídia (neste caso, a jornalística) produz sobre a sociedade: a imposição dos temas sobre quais a sociedade discute e a imposição das opiniões dominantes sobre estes temas (percebidas no modo como as questões são enquadradas no processo de enunciação jornalística dos acontecimentos).

Os estudos sobre *newsmaking* e *agenda-setting* reforçam as conclusões que levam a crer que o efeito principal da mídia é informar, mais que persuadir ou modificar comportamentos, ao contrário do que imaginava certos estudos sobre a comunicação midiática. Barros Filho (2001) ao pontuar a diferença que existe entre atitude (enquanto

avaliação das coisas) e cognição (enquanto estocagem de informação sobre o mundo), observa que a cognição é mais facilmente influenciável pela mídia do que a avaliação.

A possibilidade de agendamento tem mais chance de ocorrer com temáticas mais distantes do universo conhecido do consumidor de notícias, quando ele necessita de ‘maior orientação’ e se expõe mais à mídia. Estudos de agendamento estabeleceram uma tipologia quanto à natureza dos assuntos noticiados do ponto de vista do consumidor: existem questões chamadas *obstrusive* (assuntos para os quais as pessoas podem mobilizar sua experiência direta) e *unobstrusive* (assunto distante das pessoas em relação aos quais não tem experiência direta) (Traquina, 2001). Contudo, para entender o processo discursivo do jornalismo é preciso considerar também como o dispositivo (a forma do) jornal enquadra a mensagem e produz sentidos.

O semioticista Maurice Mouillaud no livro “*O Jornal: da forma ao sentido*” descreve esse dispositivo/forma como “estruturas que permitem ao jornal ordenar o mundo e ter uma identidade reconhecível edição após edição”. No campo da produção do conhecimento, o autor sublinha que a noção sobre essas estruturas filia-se às concepções sobre rituais de interação de Erving Goffman.

Destaco algumas dessas características descritas por Mouillaud (1997), quanto a maneira como o dispositivo jornal faz o enquadramento da mensagem e prepara para o sentido, utilizando suas próprias palavras. O princípio do processo de enquadramento do jornalismo é o acontecimento.

- 1) “O acontecimento, descrito pela ideologia do jornalismo como pertencente completamente a ordem da experiência, é um fato- padrão. A rede de informações à qual pertence o jornal impõe ao mundo a interpretação hegemônica dos acontecimentos e a própria forma do acontecimento”;

esta forma é moldada pelas características dos despachos das agências noticiosas, que são: unidades instantâneas, breves, descontínuas, móveis (...) “o acontecimento é a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema de informação, o conceito do fato” (...) O fato, moldado segundo as regras canônicas do jornalismo (o texto tem que responder as célebres questões: quem, o que, por que, onde, quando, como), ‘envelopa’ a experiência, “permitindo-lhe circular e permutar-se sob a forma padrão (...) É um modelo linear que interpreta toda e qualquer experiência como uma série de transformações encadeadas umas às outras (...) “Fazer”, “ser” e “estar” são os verbos fundamentais que servem de matriz para todos os acontecimentos. É a partir deste nível (bem antes das desigualdades quantitativas da informação que são habitualmente denunciadas) que se institui um modelo da experiência, que é o modelo dominante da informação”;

- 2) Na produção do acontecimento, importa notar que o jornalista não está diretamente conectado com ‘fatos’, mas com ‘falas’ (...) “A notícia é uma escritura feita de sucessivas reescrituras (o estudo das fontes de informação, observa o jogo desses enunciados, que tem nos despachos de agências noticiosas sua principal fonte)”;
- 3) As marcas enunciativas do processo editorial (paginação-disposição em colunas-seções-títulos) fazem da página do jornal diário não apenas um texto, mas uma ‘área espacial’, e provocam também o efeito de uniformizar sua aparência externa e encobrir o processo produtivo da mensagem jornalística enquanto fruto de escolhas e interesses;

- 4) Na organização de suas matérias, o jornal lança mão de elementos que funcionam como prova de verdade - a fotografia tem essa função privilegiada e, acrescento, a transcrição de uma opinião ou testemunho de uma autoridade no assunto noticiado, também.
- 5) “A escritura dos fatos fragmentou o discurso da imprensa em seqüências curtas e heterogêneas, cuja unidade não provém mais da ordem interna, mas da ordem externa da diagramação”¹³.

Mouillaud, corroborando com outros autores, também indica como pista para analisar o jornal observar suas principais funções enunciativas: ‘fazer-saber’ e ‘fazer-criar’, ambas ligadas a competência da mídia como espaço público de anunciabilidade e visibilidade de questões e temáticas. Os aspectos listados no parágrafo anterior cooperam para tornar particular a forma como o jornal desempenha essas duas funções enunciativas.

Remetendo novamente a Barros Filho, podemos interpretar que a mídia jornalística constrói a realidade social na “própria produção de sentido levada a cabo por todo processo produtivo, desde a entrada da informação potencial e a canalização temática até a codificação e formalização do produto informativo” (BARROS Fº, 2001, p.68).

Neste capítulo introdutório procuramos localizar no terreno dos estudos de comunicação o quadro de referência teórica desta dissertação, que segue a linha aberta pelas pesquisas sobre o trabalho desenvolvido pelo jornalismo na descrição e precisão da realidade exterior ao ofertar listas de assuntos relevantes para discussão pública (e que inclui também quadros de referência, crenças e expectativas). Observamos, portanto o trabalho de agendamento do campo midiático que, através de operações discursivas cujas marcas podem ser localizadas no corpo do jornal, apresenta sua noção de atualidade sobre a Amazônia.

¹³ MOUILLAUD, M., PORTO, S.D. (org) “O Jornal: da forma ao sentido” Brasília: Paralelo 15, 1997, p.23-51.

No próximo capítulo, reunimos estudos que demonstram como questões relativas à região amazônica foram abordadas pelo campo da comunicação midiática em diferentes períodos da história, tanto no Brasil quanto na Europa. O levantamento das pesquisas permitiu identificar traços característicos da cobertura noticiosa sobre a região, bem como visualizar questões acadêmicas em aberto que poderão ser averiguadas neste ou em outros trabalhos futuros.

CAPÍTULO II - AMAZÔNIA E A MÍDIA JORNALÍSTICA SOB A PERSPECTIVA DE ALGUNS ESTUDOS ACADÊMICOS

Caberia indagar: o que mudou, em pouco mais de um século, a ponto de tornar uma região desconhecida no próprio país em uma região reconhecida no mundo inteiro?

Armando Mendes, *Uma escolha entre futuros: a Agenda Amazônica*¹⁴

Nesta parte do trabalho apresentamos alguns estudos que abordaram a relação entre comunicação midiática e a Amazônia, arriscando em optar por estabelecer como fio condutor dessa exposição o esboço de uma cronologia da cobertura noticiosa pesquisada por esses autores e não as linhas teórico-metodológicas utilizadas por eles em suas pesquisas. Complementamos os dados dos estudos coligidos recorrendo a autores de diferentes áreas do conhecimento que tratam de questões amazônicas para consubstanciar ou ilustrar algumas situações ou conceitos citados nesta seção.

Este trabalho de coligir estudos anteriores tem necessariamente como objetivo criar um quadro de referência do que já foi pesquisado sobre a conexão mídia e Amazônia e dos métodos empregados nas investigações, contudo temos claro que ele não é completo, pois deixa de fora trabalhos que não conseguimos ter acesso. Todavia, ressaltamos que este trecho da dissertação traz como colaboração para a pesquisa a reunião de dados esparsos sobre a trajetória histórica de três décadas de tratamento noticioso que demonstram certas tradições de ver, dizer e ler jornalisticamente a Amazônia.

Em resposta à pergunta do professor Armando Mendes, citada na epígrafe acima, defendemos que o fator que possibilitou essa mudança de condição da Amazônia - de assunto desconhecido para a fama mundial – foi, principalmente, a ação da mídia jornalística no seu trabalho de dar visibilidade a questões e aspectos da região amazônica nas últimas décadas do século XX. O processo e o resultado da ação midiática traz as marcas do tratamento histórico

¹⁴Armando Mendes, um especialista reconhecido na área de planejamento e desenvolvimento, tendo diversos livros publicados sobre questões amazônicas, foi consultor *ad hoc* no Encontro da Região Norte da Agenda 21 Brasileira, ocorrido em Belém no período de 22 a 24 de agosto de 2001. O documento “Uma escolha entre futuros: a Agenda Amazônica” serviu de base para discussão dos grupos de trabalho neste Encontro e foi transcrito na íntegra pelo jornal O Liberal nas edições de 26 e 27 de agosto de 2001, nas páginas 12 e 8, respectivamente, do caderno Painel. Antes de formular a pergunta referida nessa epígrafe, Mendes reporta a um debate havido no Parlamento do Império em 1888 e a uma notícia veiculada em 2000 de que a Amazônia é uma das três marcas mais famosas do mundo.

dado à região desde a chegada dos europeus, bem como do contexto político-social contemporâneo.

Um Princípio

A trajetória da Amazônia como assunto importante e freqüente na imprensa brasileira tem início nos anos 70 do século 20, durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici¹⁵, presidente do Brasil no período de 1969 a 1974. Nessa ocasião, os militares brasileiros, que haviam se apossado do comando do país em 1964, põem em marcha um extenso projeto de colonização agrária na última grande fronteira do território nacional, cujo processo e suas conseqüências tornaram-se focos de uma intensa divulgação na mídia.

Marise Morbach em sua dissertação *Amazônia in Concert* analisa imagens e conceitos presentes no material jornalístico e documental que propagandeou a campanha dos militares para a ocupação da Amazônia. Apoiada no método analítico proposto por Roland Barthes para interpretação de investimentos geradores de significação que se apresentam como mito, Morbach traz para a esfera acadêmica um momento da história que mostra os investimentos simbólicos sobre a região feitos pelos governos militares via mídia, com o apoio das agências de publicidade.

Marise Morbach defende que “em nenhum momento anterior ao período Médici, a Amazônia foi tão exposta à opinião pública (...) Conceitos como vazio demográfico e ‘terras sem homens, para homens sem terra’ ocuparam o imaginário coletivo estabelecendo estreitas relações entre as metas de ocupação dos militares e os desejos das populações rurais”¹⁶.

¹⁵ O governo de Médici, que se caracterizou como o auge do autoritarismo militar no comando do Brasil, foi marcado pela severa censura aos meios de comunicação, repressão dos direitos políticos, crescimento econômico acelerado, aumento da concentração da renda nacional, endividamento externo do país, modernização e consolidação de grandes empresas de comunicação e publicidade e implementação de grandes projetos de infraestrutura: construção de rodovias, planos nacionais como PIN, PIS, MOBREAL, PRÓ-RURAL e etc. (cf. Grande Enciclopédia Larrousse Cultural, São Paulo: Nova Cultural, 1998. e Morbach: 1997).

Francisco de Oliveira (1994) explica que a ocupação da região amazônica por colonos provenientes de outras regiões brasileiras, prioritariamente do Nordeste, era parte integrante da doutrina geopolítica militar brasileira, que se inspirava nas estratégias da colonização portuguesa empregadas na expansão e consolidação territorial além-Tordesilhas.

“Do entroncamento desta com a doutrina da segurança nacional, que incluía um tipo de desenvolvimentismo (...), o Estado autoritário formulou uma doutrina de ‘intervenção’ interna, que tomou formas específicas no caso da Amazônia (...) A síntese da ‘intervenção’ pode ser resumida em tamponar fronteiras, vulneráveis tanto pela sua rarefação demográfica quanto por estarem habitadas por indígenas (...) A abertura de estradas era condição necessária para o controle das fronteiras. A recusa à demarcação das terras indígenas é constitutiva da política de fronteiras, porque a ‘síndrome ianomâmi’ denuncia precisamente o medo da supranacionalidade desta e de outras nações indígenas. O reconhecimento da supranacionalidade indígena teria como consequência por em xeque o Estado-Nação brasileiro”¹⁷.

Pensando o uso da região como “válvula de escape”, articulou-se a preocupação com a segurança das fronteiras amazônicas com uma solução para os graves problemas sociais relacionados à posse da terra em regiões como o Nordeste. Por estradas como a Belém-Brasília e a Transamazônica, contingentes de expropriados chegam a Amazônia atraídos por *slogans* como **Integrar Para Não Entregar** e **Amazônia: Desafio Que Unidos Vamos Vencer**; iludidos por idéias sobre uma terra desabitada; seduzidos pelas imagens que ressaltavam a infinitude da região detentora de valiosas riquezas minerais, amplas terras e exuberante hidrografia e por projeções de uma extensa estrada terminando com o isolamento da floresta (Morbach, 1997).

¹⁶ Morbach, M. R. **Amazônia in concert**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. 100f. Dissertação (Mestrado) – Área de Concentração: Comunicação e Semiótica. Neste trabalho são analisadas as imagens que circularam durante a intensa campanha para propagandear o projeto militar e que foram produzidas e veiculadas pela Agência Nacional (agência de informação do governo), pelo jornal Correio da Manhã do Rio de Janeiro e pelas revistas de circulação nacional Realidade e Manchete. O período abrangido pelo estudo vai de 1967 a 1974. Apoiada nos trabalhos de Roland Barthes, a autora expõe como o discurso imagético posto em circulação no período estudado criou mitos sobre a região que persistem até hoje.

¹⁷ Oliveira, F. de A Reconquista da Amazônia. In: D’INCAO, M.A.; SILVEIRA, I.M.. (org) **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. P. 85-95. (coleção Eduardo Galvão).

Documentários para cinema, reportagens de jornais e revistas de circulação nacional analisadas por Morbach, que obtiveram grande repercussão na época junto aos leitores brasileiros, reproduziam imagens grandiloqüentes que reverberavam os elementos sintetizadores da Amazônia segundo a ótica militar: homogeneidade, infinitude e o isolamento.

No processo de re-significação da região desenvolvido pelos militares, Marise Morbach assinala que a Amazônia naquele momento deixou de ser uma região característica pela sua diversidade biológica e sócio-cultural e foi transformada em espaço homogêneo, vazio, sem história e culturas próprias.

“É muito interessante constatar a quantidade de imagens aéreas que são veiculadas em qualquer reportagem sobre a Amazônia, assim como a presença dos tratores e demais maquinários utilizados nas aberturas de estradas (...) trata-se de uma estratégia de guerra, deseja-se ocupar a região e vencer o inimigo: a floresta densa, isolada, infinita (...) Os efeitos desse sentido de realidade (...) propõem uma nova configuração do espaço-tempo da floresta: o vazio (...) O processo de significação se realiza plenamente da feita em que constrói, com base no real, uma retórica que reforça a todo o momento (...) a sublime visão do poder militar (...) A construção de um governo tutor do cidadão se desenha com maestria nas campanhas publicitárias do período Médici, mas o elemento desse discurso cuja imagem tem o poder de gestar uma nova fala sobre a região é o **vazio** (...) Os militares estarão empenhados em descrever esse vazio como esperança, como possibilidade, como um novo lugar: a partir do vazio tudo pode ser construído” (Morbach, 1997).

Ocupar a Amazônia através dos instrumentos assinalados no Plano de Integração Nacional – PIN (que previa rodovias e a colonização oficial com assentamento de pequenos produtores) e no II Plano Nacional de Desenvolvimento - onde estava previsto a implantação de grandes projetos de agropecuária e mineração com a criação de pólos regionais, visando preferencialmente “mega-empendimentos estatais e privados com a possibilidade de retorno a curto prazo”-, aliados à implantação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e a regulamentação dos incentivos fiscais (Oliveira, 1990), era a materialização

da resposta para problemas que discursivamente eram relacionados à região: desequilíbrio regional, o vazio demográfico, a soberania e a segurança nacionais (Morbach, 1997).

Os efeitos dessa maciça investida para integrar a Amazônia à economia nacional, modificando drasticamente sua paisagem natural e social, repercutem e se agravam com o tempo. Os índices dessa ocupação predatória aparecem nas estatísticas de derrubada da floresta nativa, que saltaram de menos de 1% no início dos anos 70 até um percentual de quase 20% de área desmatada no início do século XXI (considerando apenas a floresta densa); na importância de sua inserção em processos produtivos na área de mineração, metalurgia e siderurgia; no fornecimento de energia bruta para o Nordeste e para grandes empreendimentos de pouquíssima capilaridade regional como as fábricas Albrás e Alunorte (que juntas respondem por 3% do consumo energético nacional)¹⁸; na internacionalização do sub-solo e parcelas do solo amazônico; nos embates violentos pela posse da terra; no agravamento do assalto aos recursos naturais e da exclusão social; na concentração de renda e etc.

Essa bomba devastadora vai detonar uma crescente mobilidade da opinião pública mundial, desencadeando movimentos e debates em torno do uso e conservação da floresta amazônica, servindo de pretexto para campanhas nos EUA como “Salve a Floresta Amazônica, mate um brasileiro”¹⁹ e ainda para elaboração de mapas escolares que circulam na Europa e nos EUA com a região sendo tratada como área de interesse internacional como a Antártida. Essa movimentação da opinião pública mundial agride os brios nacionalistas e alimenta o discurso da “ameaça de internacionalização da Amazônia”, como poderemos checar no próximo capítulo durante a análise do material jornalístico de 1999.

¹⁸ Pinto, L. F. A Amazônia entre estruturas e desfavoráveis. In: D’INCAO, M.A.; SILVEIRA, I.M. (org) **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. P. 111-117. (coleção Eduardo Galvão) e artigos do Jornal Pessoal e Agenda Amazônica produzidos pelo referido jornalista no período de janeiro a outubro de 2001.

¹⁹ Citada na coluna Zing, caderno Cartaz, p.5, jornal O Liberal, 27 set 2002 e na matéria “Comandante vê risco de intervenção externa”, publicada na Folha de São Paulo, caderno Brasil, p.13, edição do dia 17 jun 1999.

Chamando a atenção do noticiário mundial

A dissertação de Fabíola de Oliveira *Jornalismo Científico e a Amazônia: um estudo de quatro jornais brasileiros*²⁰, cujo referencial teórico são os estudos desenvolvidos sobre o Jornalismo Científico e o Jornalismo especializado em Ecologia, desenvolve uma análise de conteúdo do noticiário publicado por quatro grandes jornais brasileiros sobre assuntos relacionados à ocupação e uso do solo na Amazônia brasileira. Oliveira observa que a seleção temática e as fontes de informação ouvidas sobre questões amazônicas nos quatro jornais pesquisados (O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e O Globo) são amplamente influenciadas por pressões internacionais. O estudo se alinha com as teses que demonstram a dependência cultural dos veículos jornalísticos nacionais das diretrizes estabelecidas pela imprensa dos países desenvolvidos.

Uma entrevista com o jornalista Lúcio Flávio Pinto, dentre as diversas informações que a dissertação de Fabíola de Oliveira traz, indica momentos iniciais em que a região captura a atenção mais sistemática e dramática da mídia internacional. Segundo Lúcio Flávio Pinto houve dois episódios iniciais em que a região amazônica despertou forte interesse internacional, ambos aconteceram em 1972 e estão relacionados: o primeiro deles é quando a revista Realidade produziu uma famosa e caríssima edição especial sobre a região, divulgando a tese da Amazônia como “pulmão do mundo”, após interpretar equivocadamente a explicação do cientista alemão Harald Sioli sobre a função da floresta de absorver gás carbônico; o segundo momento acontece quando o então ministro do Interior, Costa Cavalcanti, durante a Conferência de Estocolmo, defende que o Brasil deveria receber uma taxa por cada metro cúbico de oxigênio liberado pela Amazônia, já que acreditavam que ela

²⁰ Oliveira, F. I. de **Jornalismo Científico e a Amazônia: estudo de quatro jornais brasileiros**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1990. 153f. Dissertação (Mestrado).

desempenhava a função de “pulmão do mundo”. Criava-se um mito que fincou bases no imaginário popular.

Todavia, será nos anos 80 que a Amazônia se tornará tema mais constante nas pautas jornalísticas internacionais, na onda das descobertas e preocupações trazidas a público pelos movimentos ecológicos. Alguns dos efeitos perversos ocasionados pela avassaladora ocupação dirigida pelo Governo Federal comandado pelos militares começaram atrair sistematicamente a atenção da mídia internacional para a floresta amazônica.

Neste momento, a ecologia se consolidava como item importante na opinião pública dos países industrializados, assustados com a divulgação das ameaças à sobrevivência da espécie humana devido ao agravamento da poluição ambiental e ao esgotamento dos recursos naturais na Terra. A consciência ecológica, a utopia ecológica, a ideologia ecológica interferindo na cena política de forma diferenciada, elegem a Amazônia como bandeira (Becker, 1994).

Na interpretação de Laymert Garcia dos Santos (1994), “a Amazônia brasileira atraiu a atenção porque o desmatamento parecia interligar, num cenário catastrófico, três grandes tendências contemporâneas que podem conduzir a um desastre ambiental global: o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio e a perda da biodiversidade”²¹. Este autor vai mais adiante e considera que foi o próprio desmatamento tropical que engendrou a questão e o conceito de biodiversidade. E “biodiversidade é antes de tudo uma questão brasileira”, ressalta Laymert Garcia (1994), lembrando a condição excepcional e histórica do Brasil de campeão entre os países líderes em megadiversidade, devido a abrigar em seu território a maior parte da Amazônia continental.

²¹ Santos, L.G. dos A Encruzilhada da política ambiental brasileira. In: D’INCAO, M.A.; SILVEIRA, I.M.. (org) **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. P. 135-154. (coleção Eduardo Galvão).

José Augusto Pádua (1997) aponta cinco características essenciais da Amazônia que adquirem um extraordinário sentido geopolítico no atual contexto histórico: enorme biodiversidade; o fato da bacia amazônica concentrar 20% da água doce disponível no planeta; além de concentrar 20% da biomassa disponível para uso energético no planeta; a importância da floresta amazônica como armazenadora de carbono e, por último, o efeito benéfico que a floresta exerce sobre a temperatura e o ciclos hidrológicos no Brasil e no planeta.

Para os países europeus mobilizados pelo movimento ecológico, e com a visibilidade proporcionada pela mídia, a Amazônia tornou-se então uma palavra catalisadora de diversas perspectivas. ‘Uma figura emblemática da ligação entre crise ecológica e crise do desenvolvimento, a Amazônia pode ser vista como francesa, e mesmo como um mito mobilizador’, avalia Lipietz citado por Potiara Ramos de Castro em seu trabalho *L’Amazonie dans la presse europeenne. Etude sur l’Information et l’Opinion Publique*²².

O estudo de Castro está baseado nos ensaios de Louis Quéré, sobre a dependência recíproca entre imprensa e governo, e os trabalhos do Grupo de Glasgow sobre a relação entre o discurso da imprensa e a elite política e econômica. A tese central é a idéia de que a agenda principal da mídia jornalística está determinada pela política governamental. O conceito de opinião pública deriva das formulações de Jürgen Habermas.

A partir de uma pesquisa dos artigos veiculados por jornais da Grã-Bretanha, França, Espanha, Bélgica e Suíça, no período de 1977 a 1997, Potiara Castro estabeleceu etapas da trajetória da região amazônica como assunto na mídia européia, apontando determinados marcos temáticos que dominaram o discurso jornalístico na Europa Ocidental.

²² Castro, C.P.R. de *L’Amazonie dans la presse europeenne. Etude sur l’Information et l’Opinion Publique*. 1998. Mémoire de DEA – Institutions et Dynamiques Socio-Politiques en Europe de l’Ouest, Université de Paris VIII. Nesse trabalho foram observados artigos dos seguintes veículos europeus: Le Monde, Libération, Le Figaro, Les Echos, La Croix, The Guardian, The Times, The Independent, Financial Times, Le Soir de Bruxelles, El Pais e Journal de Geneve. Foram 180 artigos pesquisados, produzidos no período de 1977 a 1997.

Segundo este autor, no final dos anos 70 predominavam textos sobre a região com enfoques da Amazônia como terra exótica e longínqua (onde um clima sufocante não permitia um desenvolvimento além do rudimentar), além de assuntos de ordem econômica; já nos primeiros anos da década de 80, as denúncias do uso de desfolhantes para o desmate da área de construção da hidrelétrica de Tucuruí, que provocou morte de dezenas de pessoas e animais na região, se tornaram o alvo de uma série de matérias, assinalando uma mudança das narrativas jornalística para um tom mais trágico (Castro, 1998).

O assassinato do líder sindical dos seringalistas do Acre, Chico Mendes, que ocorreu no final de 1988, adicionou o elemento que faltava e a narrativa sobre a ‘destruição da maior floresta tropical do mundo’ obteve um espaço crucial na agenda midiática europeia (Castro, 1998). A saga ecológica na Amazônia ganhou um mártir para a causa em defesa da floresta nativa: Chico Mendes, um amazônida com uma rica trajetória política, que depois de morto ganhou projeção mundial sob o rótulo de ecologista.

Com o episódio da morte de Chico Mendes por latifundiários, a questão amazônica é relacionada com a dívida do terceiro mundo, articulando “a ecologia e uma tradição de luta da esquerda (...) A Amazônia é, então, o lugar de encontro de duas vertentes importantes da militância europeia de esquerda” (Castro, 1998).

Embora identifique mudanças no decorrer do tempo no trato às questões amazônicas pela mídia europeia, Castro (1998) conclui que: o enfoque jornalístico da Floresta Amazônica sempre terá ‘um gosto de exotismo’; houve uma perda de espaço das questões econômicas, em voga na ocasião das matérias sobre os grandes empreendimentos, e que foram substituídas por assuntos ecológicos; os veículos europeus informaram corretamente tanto os assuntos econômicos quanto à perseguição aos assassinos de Chico Mendes.

Além dos tópicos assinalados acima, o autor confirma a tendência da imprensa de dar preferência às fontes oficiais; interpreta que as ONG's européias “fizeram mal seu trabalho de repassar as informações” mais completas para os jornalistas; detecta que existe queda de interesse pelas temáticas amazônicas sempre que surgem acontecimentos relacionados a “proteção dos espaços imediatos em suas vidas” (Castro, 1998).

A Pressão Internacional e a descoberta da importância ecológica da Amazônia pelos jornais brasileiros

O mundo é uma “aldeia global”, encolhido pelas redes midiáticas que amplificam e constroem processos de interação social, possibilitando transformar em determinados momentos históricos um espaço “longínquo e exótico” localizado no território brasileiro em tópico mais próximo da preocupação de um cidadão europeu do que de um brasileiro – embora, tivesse ocorrido nos anos 70 uma iniciativa rara no território midiático nacional de modificar esta realidade²³.

A Amazônia se tornou um assunto ecológico constante nos espaços midiáticos e políticos nacionais por força da capacidade de agendamento da mídia européia e americana, como atestou Fabíola de Oliveira (1990).

Estudando aspectos da cobertura sobre a ocupação da Amazônia feita por quatro grandes jornais brasileiros (O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e O

²³ Apesar da tendência predominante do noticiário nos anos 70 ser o de dar visibilidade apenas aos fatos apontados pelo aparato governamental, houve vozes dissonantes como a do jornalista Lúcio Flávio Pinto, que na ocasião era correspondente do jornal O Estado de São Paulo (conhecido popularmente como Estadão). Lúcio Flávio produziu e publicou no Estadão artigos extensos sobre os problemas fundiários, questões indígenas e a exploração mineral na Amazônia, tornando-se uma referência respeitada e reconhecida dentro e fora do país em assuntos amazônicos. É um caso raro de jornalista que vai muito além dos acontecimentos ao amarrá-los com o fio da história e analisa-os sob a ótica de teorias sociais. A dissertação de Fabíola de Oliveira (op.cit.) traz uma

Globo), Oliveira identificou que o grande volume de matérias produzidas sobre o assunto no segundo semestre de 88 foi decorrente das denúncias contra a devastação da floresta feitas por organizações como a World Resources Institute (WRI), World Wildlife Foundation (WWF) e pelo Banco Mundial que divulgou o famoso relatório sobre o índice de desmatamento da Amazônia²⁴.

Como se revela esta dependência da mídia internacional? “As matérias sobre a ocupação da Amazônia publicadas pelos quatro jornais, durante o período do estudo, são fortemente influenciadas por pressões internacionais – grande parte das fontes ouvidas por estes jornais são oriundas de países do primeiro mundo, ou repercutem matérias publicadas pela imprensa estrangeira. As fontes oficiais brasileiras, como organizações governamentais, governos estadual e federal, são ainda mais freqüentes, no total, do que as fontes estrangeiras. Mas devemos considerar que muitas destas fontes foram ouvidas para fazer comentários ou reclamações sobre as pressões internacionais contra a devastação da Amazônia” (Oliveira, 1990).

Três fatos principais capitalizaram a atenção em 1989 e foram responsáveis pelos picos de matérias publicadas neste período, segundo o estudo de Oliveira: o anúncio oficial do programa “Nossa Natureza” (uma tentativa de resposta do governo brasileiro às acusações de descompromisso do Estado com a preservação do meio ambiente); o anúncio do índice oficial do desmatamento na Amazônia feito pelo presidente José Sarney com base em levantamentos feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que gerou grande polêmica, sendo o governo federal e o INPE acusados de ‘maquiarem’ os dados para apresentar índices

entrevista com Lúcio Flávio onde ele registra momentos de sua trajetória, sua opinião quanto a cobertura que a imprensa nacional e regional faz da Amazônia e sua visão do desenvolvimento da região.

²⁴ Os artigos analisados por Fabíola de Oliveira focalizam assuntos relacionados a Ciências da Terra (como clima, meteorologia, agricultura, floresta e hidrologia), veiculados no período de agosto de 1988 a dezembro de 1989, e fazem parte do acervo de recortes de jornais da Assessoria de Imprensa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/ MCT.

menores de desmatamento; e, por fim, a tentativa de órgãos do governo de impor medidas de controle durante a estação de queimadas (maio a outubro).

Denúncias são a tônica dos artigos analisados por Fabíola de Oliveira, que sublinha outra tendência: a fonte predominante das matérias são provenientes do sudeste brasileiro ou do exterior, demonstrando o pouco interesse da grande imprensa nacional pelas pesquisas realizadas na própria região amazônica. Aliás, a autora sublinha que os artigos produzidos revelam também a pouca cultura científica dos jornalistas brasileiros.

Outros estudos desenvolvidos sobre o relacionamento da questão ambiental e dos meios de comunicação no Brasil, como os de Luís F. Angerami Ramos²⁵ e Olga Guedes²⁶, embora não sejam especificamente sobre a região amazônica trazem informações importantes e revelam o peso da Amazônia para a questão ambiental brasileira. Os dois autores analisam de forma crítica o papel da comunicação jornalística nos debates sobre homem e meio ambiente, detectando nas mensagens jornalísticas representações e perspectivas das questões ambientais que dominam o noticiário nacional. A mídia jornalística, na visão de Ramos e Guedes, é responsável pela divulgação de perspectivas muito restritas das questões ambientais junto ao público brasileiro consumidor de notícias.

Luis Angerami Ramos, pesquisando o período que antecede e sucede a realização da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente no Rio de Janeiro em 1992, ressalta o destaque

²⁵ Ramos, L.F.A.. **Meio Ambiente e Meios de Comunicação** São Paulo, Annablume: 1995. (Selo universidade, 42). O livro apresenta os resultados da dissertação de mestrado desenvolvida pelo autor que aplicou métodos quantitativos e qualitativos para avaliar o tratamento do noticiário produzido pelos jornais impressos Folha de São Paulo e Estado de São Paulo e pelos telejornais Jornal da Globo e do Jornal da Manchete, durante junho a dezembro de 1992 (período referente ao estudo dos impressos) e maio a junho de 1992 (período referente aos telejornais)..

²⁶ Guedes, O **O discurso ambientalista na mídia brasileiro**. Olhar Midiático – Revista de Comunicação e Informação do Departamento de Comunicação Social e Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), n.1, p. 7-14, mar. 1998. O artigo apresenta um resumo da tese de doutorado da autora defendida em 1996, que consistiu em análises (conteúdo e de discurso) de 5 jornais brasileiros (Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil, Folha de São Paulo, O Povo e Correio Brasiliense) e da revista Veja, além de entrevistas com

dado no material jornalístico às questões envolvendo as florestas de modo geral, os projetos de preservação, a Amazônia e a Mata Atlântica, que chegaram a ocupar 30% do noticiário.

Segundo o autor, o motor dessa elevada taxa de presença supracitada “deve-se, sobretudo às discussões a respeito da chamada ‘ameaça de internacionalização da Amazônia’ que mobilizou vários políticos, militares, entidades não-governamentais e representantes da sociedade civil, gerando inclusive uma CPI no Congresso Nacional” (Ramos, 1996). O assunto entrou em declínio no Rio 92, mas voltou a se mostrar potente na fase posterior a Convenção.

Angerami Ramos traz várias informações importantes quanto à cobertura das questões ambientais, destacamos, contudo, as que se referem mais diretamente a Amazônia ou algumas de aspecto mais geral e que tem implicações também para a temática de nossa dissertação, como, por exemplo: “que o meio ambiente foi citado apenas de forma secundária, dentro de um contexto genérico que faz a referência à necessidade e importância do tema na atualidade, sem contudo especificar áreas de atuação e programas de metas” (Ramos, 1996).

Entre as matérias que abordam questões ambientais se destacam como mais frequentes, além das relacionados a florestas, assuntos como verbas e índios²⁷. Ramos detecta que os artigos sobre estes tópicos apresentam principalmente o embate entre diferentes setores da sociedade. “De um lado os que pedem mudanças no quadro atual e, de outro, as forças contrárias que alegam ameaças de ocupação internacional na região. De uma maneira geral, o que se observa é que as matérias sobre florestas e índios repercutem principalmente o jogo de

jornalistas, especialistas e políticos envolvidos com temáticas ambientais. O período analisado na tese vai desde de 1990 até 1994.

²⁷ É importante lembrar que durante a ECO 92 aconteceu e foi noticiado com grande estardalhaço o caso em que o cacique kayapó Paulinho Paiakan foi acusado de agredir e estuprar a estudante Sílvia Letícia Ferreira. Este episódio trouxe a questão indígena para o primeiro plano do noticiário, pois, até então, este assunto tinha uma participação insignificante nos telejornais. Entretanto, Ramos observou que esta cobertura mostrou-se “incisiva, desproporcional e não ética”, desacreditando Paiakan como liderança indígena e refletindo negativamente na luta em defesa dos direitos das comunidades indígenas.

interesses econômicos na região por causa de seus preciosos recursos naturais e minerais” (Ramos, 1995).

Considerando que os tópicos acima junto com as questões de verbas e financiamentos constituem o conjunto majoritário de artigos estudados, o autor conclui que os jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo privilegiaram, sobretudo, o fator econômico da questão ambiental. Além disso, Angerami Ramos observa que “há maior preocupação com o investimento de curto prazo do que com a discussão de um modelo de desenvolvimento menos nocivo ao ambiente e mais voltado para a redução das desigualdades sociais” (Ramos, 1995).

O autor interpreta que os resultados estão relacionados com o fato do setor empresarial ser uma fonte mais presente nos jornais do que as ONG’S, ou pesquisadores brasileiros ligados à universidade ou ainda representantes dos movimentos sociais.

Ramos também se deteve em identificar os discursos relativos às questões ambientais e encontrou os seguintes tipos: 1) conceituação do que seriam os “bons” e os “maus” propósitos da ecologia, predominando o discurso que valoriza o “mau uso da ecologia”, que engloba os argumentos de que a defesa ambiental é uma estratégia dos países ricos para “inibir o crescimento nacional” e a utilização de conceitos pejorativos para caracterizar o movimento ecológico (alienação, ameaça, fanatismo, impostura, instrumento, estratégia, neurose, restrições); 2) caracterização da ecologia como uma atividade desprovida de humanismo e exclusivamente voltada para a preservação da natureza e do “verde”; 3) estímulo a preservação da natureza com a finalidade de constituir, exclusivamente, uma reserva de bens para a utilização do homem (Ramos, 1995).

O movimento ecológico é citado no material jornalístico como “abrigo para militantes de esquerda” e aparece também como “camuflagem para certos ativistas militantes que desprezam a ciência e a tecnologia, e são hostis à civilização contemporânea” (Ramos, 1996).

As análises desenvolvidas por Olga Guedes reforçam algumas conclusões já apresentadas pelos autores citados até agora, como: predominância no noticiário de denúncias (relacionadas a queimadas, poluição dos rios, falta de infra-estrutura social, etc) como estratégia argumentativa das estórias e o fato de a maior parte dos eventos serem descritos e explicados por especialistas de fontes oficiais. Além disso, concorda com Angerami Ramos sobre o fato das matérias jornalísticas prescindirem de uma visão holística da ecologia (que envolva a relação homem-natureza-sociedade-política), considerando genericamente todos (humanidade e sociedade) como responsáveis pela degradação ambiental, o que faz prevalecer uma interpretação a-política.

Olga Guedes também identificou que predomina no discurso da mídia brasileira: a perspectiva da ciência e tecnologia como meios para resolver as questões ambientais; a defesa do desenvolvimento sustentado como a melhor via para conservar a natureza; o maior volume de artigos relacionados a temas como a Amazônia e a Poluição.

Especificamente sobre a focalização da Amazônia no material jornalístico, Guedes observa que os eventos são construídos usando a mensagem implícita da soberania nacional e a cobertura é altamente centrada no apelo visual.

Desenvolvimento Sustentável e os Discursos Circulantes sobre a Amazônia

A evolução do movimento ecológico trouxe para cena pública não só novas questões e perspectivas para analisá-las, como também novos conceitos a exemplo do termo desenvolvimento sustentável, evocado crescentemente nos discursos jornalísticos sobre meio

ambiente e a Amazônia, como demonstraram Ramos (1995) e Guedes (1998), embora tenham apresentado dados diferentes quanto a importância concedida ao assunto nos jornais.

Jimena Beltrão²⁸, em estudo sobre as percepções de lideranças regionais (identificadas entre cientistas, gestores de ciência e tecnologia e jornalistas) a cerca do desenvolvimento sustentável e o papel da mídia na Amazônia, detectou que, embora o conceito esteja internalizado, não há consenso no entendimento do que seja o desenvolvimento sustentável na região, tornando difícil a seleção de ações prioritárias e a definição de estratégias para alcançá-lo.

As contradições reveladas nas estruturas de opinião estudadas por Beltrão (1994) refletem o debate existente na bibliografia relativa ao conceito e colaboram na explicação de problemas enfrentados no estabelecimento de políticas públicas para a Amazônia. O trabalho resultou na identificação de quatro perfis entre as lideranças pesquisadas denominados pela autora como: idealistas de orientação regional, os pragmáticos de orientação internacional, os arquitetos regionais e os de interesse específico.

Jimena Beltrão demonstra que os quatro perfis revelados pela sua pesquisa admitem que as “questões ambientais são importantes, mas as questões sociais e econômicas são prioritárias ao desenvolvimento regional” (Beltrão, 1996). Esta, aliás, é uma característica do debate sobre o desenvolvimento sustentável – a forte orientação em favor de critérios econômicos, o que pode levar ao menosprezo dos fatores ecológicos e sociais, como sublinha a autora.

²⁸ Beltrão, J. F. **Desenvolvimento sustentável e o papel dos mídia na Amazônia Brasileira**. Intercom – Revista Brasileira de Comunicação, São Paulo, vol. XIX, n.2, p. 79-92, jul./dez., 1996.

_____. **Opinion leaders’ perceptions on sustainable development and the news media role in the brazilian Amazônia**. 1994. 169f. Dissertação (Mestrado). Faculty of the Graduate School of University of Missouri – Columbia (EUA).

Todos os perfis analisados concordam que o campo da comunicação é um elemento essencial para mudança social, enquanto espaço de construção dos problemas ambientais. Todavia suas percepções não são uniformes quanto ao impacto desse papel. As lideranças divergem também quanto ao papel de agências e grupos nacionais e internacionais no desenvolvimento econômico.

Cynthia Corrêa²⁹, ao estudar em sua monografia os discursos que circulam sobre a Amazônia no jornal O Liberal (jornal líder do mercado de leitores em Belém), observou que predomina nos textos jornalísticos temas como política, economia e meio ambiente – e nesse conjunto a questão ambiental se destaca pela variedade de enfoques, indo desde a preservação da floresta, passando pela riqueza natural, a aplicação da pesquisa científica vinculada a sustentabilidade dos ecossistemas amazônicos e chega a biopirataria e queimadas.

Em sua pesquisa, Corrêa aponta a existência de resquícios do discurso colonial, observado na verdade como uma matriz discursiva presente em vários dos discursos constantes nos jornais. Um desses discursos, identificado pela autora como um dos predominantes, é o da desigualdade regional (no caso, o existente entre a região amazônica e o Sul e Sudeste), que articula similitudes com a posição ocupada pelo Nordeste. Outro exemplo apresentado, ainda no terreno das relações desiguais, é a referência a região funcionando como fornecedora de matéria-prima para os países industrializados, prática que existe desde os tempos das “drogas do sertão”, lembra a autora.

As matérias publicadas em O Liberal ressaltam os superlativos característicos da região amazônica, como: maiores jazidas minerais do mundo, maior reservatório de água doce existente no planeta, espaço produtor de energia, apresenta fauna e flora exuberantes. Os

²⁹ CORRÊA, CYNTHIA H.W. **Discursos Midiáticos sobre a Amazônia** 2001. 83f. Monografia. Curso de Especialização em Midiologia e Cultura das Sociedades Contemporâneas do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará.

artigos reforçam também a Amazônia como fronteira, uma região estratégica para o Brasil e o mundo, área destinada a ser explorada. De novo, como já apontaram os outros autores citados neste capítulo, há predomínio do viés econômico para abordar a região amazônica.

Cynthia Corrêa também observa a referência constante a falta de capacidade administrativa da classe política no gerenciamento da Amazônia (crítica que vale tanto para os políticos regionais quanto para os federais). O jornal, todavia, observa a autora, oculta a responsabilidade do governo brasileiro na devastação da região, apresentando, ao contrário, opiniões favoráveis às intervenções da instância federal na região, tanto no que se refere aos grandes projetos quanto a outras medidas desenvolvimentistas.

Contraditoriamente, Corrêa declara que o jornal deixa no ar a pergunta sobre quem é o maior culpado pela degradação ambiental, se é o governo brasileiro, os amazônidas ou os países desenvolvidos? A autora explica que, em graus e momentos diferentes, a pluralidade dos discursos presentes no jornal O Liberal apresenta todos como responsáveis pela destruição da Amazônia. Mas, em seguida, afirma que o jornal apresenta os crimes ambientais associados apenas a particulares, como, por exemplo, quando fala de madeireiros que extraem madeira de forma ilegal na região, de contrabandistas ou biopiratas, ou de fazendeiros que realizam queimadas.

No jornal O Liberal também é significativo o espaço dado às teses da “cobiça estrangeira” e da “internacionalização da Amazônia” e a ameaça de retirá-la do Brasil, transformando-a em patrimônio mundial. Segundo análise de Bertha Becker (1997), a presença dessas teses ou discursos, “que surgem ciclicamente com diferentes projetos, refletem o valor econômico e estratégico da região amazônica”.

Becker, citada por Armando Mendes (2001), analisa que a Amazônia ingressa no século 21 como detentora de um “duplo patrimônio” - suas *terras* e o *capital natural* (solo,

subsolo, paisagem, águas, ares, clima...) – e na condição de condômina de um dos “*três grandes eldorados*” mundiais – os *fundo dos mares* (ainda não regulamentados), a *Antártida* (compartilhada pelas potências), e a *Amazônia* (o único submetido a soberanias individuais).

Algumas Questões e Conclusões

Para encerrar este capítulo é necessário pontuar aspectos observados neste trabalho de coligir estudos. Os estudos abordados apresentam variedade de enfoques e instrumental metodológico. Embora Fabiola de Oliveira, Angerami Ramos e Olga Guedes se aproximem ao trabalharem basicamente com os mesmos veículos, utilizarem métodos quantitativos para analisar o material e criticarem a atuação da mídia jornalística no debate sobre desenvolvimento e meio ambiente, todavia, os autores divergem, principalmente, na conclusão quanto à importância do campo científico como fonte de informação. O que muda na abordagem de um para outro estudo? A visão de ciência? Os estudos mais recentes identificam a importância crescente das fontes científicas na produção das matérias jornalísticas, o que não era observado no final dos anos 80? Ou o referencial teórico utilizado como ponto de partida leva necessariamente a resultados bastante diversos?

A comparação dos dados obtidos pelos autores revistos neste capítulo reforça a idéia que defendemos quanto à cobertura noticiosa sobre a região amazônica refletir a relação problemática entre a sociedade urbana e espaços naturais, conflito que parece ser investido de novos sentidos no espaço midiático ao relacionar luta pela conservação ambiental, estagnação econômica e interesse nacional, como fica bem evidente na análise de Angerami Ramos quando ele menciona as formas de nomeação dos ambientalistas.

A revisão de estudos possibilitou estabelecer correlações entre os processos midiáticos nacionais e internacionais e perceber a ausência de pesquisas que integrem processos

nacionais e regionais, bem como, a falta de informações sobre as estratégias discursivas na enunciação do fato pela mídia jornalística para construir o tema Amazônia.

A elaboração deste capítulo também permitiu que reconstituíssemos uma trajetória de transformação da Amazônia em *hard news* na mídia nacional e internacional, assunto obrigatório na pauta jornalística. Nessa transição, a Amazônia deixou de ser um assunto de quem se interessa pela literatura de viajantes para ser um assunto com presença freqüente na vida de milhares de pessoas.

A região tornou-se visível como um patrimônio brasileiro e mundial, através de apresentações dramáticas e do reforço contínuo da cobertura noticiosa. Inicialmente a Amazônia foi apresentada intencionalmente pelos governos militares como território a ser dominado, uma fronteira para a expansão econômica, e depois como fantástica fonte de riqueza biológica, importante para o equilíbrio do planeta, cuja manutenção está ameaçada por processos destrutivos. Esses dois enfoques coexistem nas páginas dos jornais diários estudados nesta dissertação como veremos nos capítulos III e IV.

A análise dos estudos resultou igualmente na identificação de temas e tendências da cobertura noticiosa, como, por exemplo: o viés ambiental e econômico como lupas para observar a Amazônia; o uso da imagem aérea para possibilitar o domínio da área geográfica e do tema; a relação de floresta e vazios; o apelo à opinião de autoridades científicas e políticas externas a região para prover explicações; a Amazônia como assunto relacionado às questões de segurança nacional.

CAPÍTULO III – AMAZÔNIA NA VIRADA DO SÉCULO – ELEMENTOS NARRATIVOS E DISCURSOS JORNALÍSTICOS

As notícias fazem parte de uma prática cultural antiqüíssima, a narrativa e o contar <<estórias>>, que parece ser universal (Rayfield, 1972; Scholes, 1982; Turner, 1982). Como narrativa, as notícias orientam (Park, 1944) e são comunais (Dewey, 1927) e ritualistas (Carey, 1975).

Bird e Dardenne, *Mito, Registro e 'estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias*.

E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem - com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Eni Pulcinelli Orlandi, *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*.

“As notícias são narrativas, ‘estórias’, marcadas pela cultura dos membros da tribo (jornalística) e pela cultura da sociedade onde estão inseridos, sendo necessário mobilizar todo um saber de narração” (Ericson *apud* Traquina, 2001) e o “domínio de todo um inventário de discurso” (Hall *apud* Traquina, 2001). “Os relatos noticiosos” são documentos públicos que colocam um mundo à nossa frente” (Tuchman *apud* Traquina, 1993).

No pensamento de Ericson, Hall e Gaye Tuchman estão presentes questões sobre o processo de produção jornalística que são o ponto de partida deste trabalho: notícias são relatos, construções narrativas, discursivas, produtos culturais que influenciam nossa percepção do mundo.

A elaboração do capítulo anterior permitiu identificarmos traços característicos da produção de notícias referentes à Amazônia que constituem um inventário de discurso sobre a região. Os conceitos (terra sem homens, fronteira aberta para expansão econômica, espaço cobiçado internacionalmente e que demanda a fixação de marcos que assegurem a soberania

nacional, etc), as fontes recorrentes e a estratégia de enunciação através de denúncias e forte apelo às imagens, são alguns elementos da narrativa jornalística. Neste capítulo e no próximo vamos nos deter na forma particular de cada veículo jornalístico anunciar o tema Amazônia, tentando estabelecer comparações entre as estratégias dos jornais estudados, procurando perceber se há diferenças entre o tratamento dado às questões amazônicas pelos jornais regionais e por um grande jornal de circulação nacional.

Partindo das contribuições provenientes dos estudos que enfatizam o processo de agendamento pela mídia, esta dissertação objetiva investigar como acontece a construção da Amazônia no jornalismo diário, analisando o noticiário veiculado durante o ano de 1999 por três jornais brasileiros, sendo dois regionais (A Crítica, de Manaus e O Liberal, de Belém) e um de expressão nacional (Folha de São Paulo).

No ano de 1999, o século XX e o segundo milênio começavam a se despedir, momento em que a população se preocupava com diagnósticos e prognósticos das grandes questões de interesse nacional e mundial que continuariam a repercutir nos anos vindouros. A Amazônia chegava ao fim do século e a virada do próximo como uma dessas grandes questões para opinião pública mundial e para o jornalismo brasileiro, como ilustra a matéria da Folha de São Paulo “Eles são os arquitetos do amanhã”, veiculada na edição de 30 de janeiro de 2000, no caderno Cotidiano, página 5. O jornal prevê para seu leitor que entre a lista de assuntos que deverão mobilizar as principais cabeças do mundo acadêmico no século XXI está a conservação da Floresta Amazônica.

A partir dos dados obtidos, principalmente, na aplicação do instrumental fornecido pela análise de conteúdo (decompondo as mensagens jornalísticas em elementos mais simples) e pela análise do discurso, buscamos identificar a fala do jornal, o modo como cada

veículo modela o seu discurso a fim de atingir o destinatário. Em outras palavras, procuramos averiguar o seu contrato de leitura, para utilizar um termo proposto por Eliseo Verón.

Segundo Lima (2001, p.132), interpretando o uso dado ao conceito pelo próprio Verón, o contrato é “a forma como cada media fala e se propõe a ser apreendido; é o modo discursivo que o dispositivo de comunicação realiza para articular-se com as expectativas do público, evoluir com as mudanças sócio-culturais verificadas neste público e, se necessário, modificar-se de maneira coerente”.

1 – Corpus e Metodologia da pesquisa

O *corpus* da pesquisa é constituído por artigos jornalísticos publicados pelos jornais diários A Crítica, Folha de São Paulo e O Liberal durante o ano de 1999. Escolhemos os três veículos por serem os mais influentes junto ao público consumidor de notícias, cada um no seu âmbito geográfico, é claro. As edições foram levantadas na Biblioteca do Colégio Moderno (Belém), no Banco de Dados da Folha de São Paulo (SP) e nos arquivos de A Crítica (Manaus).

Como não foi possível obter as edições dos meses de janeiro, fevereiro, junho e novembro de A Crítica, selecionamos desse veículo apenas seis meses. No primeiro semestre, agrupamos os meses março, abril e maio, e no segundo semestre agosto, outubro e dezembro.

Aplicamos o critério acima para o jornal Liberal também, excetuando no caso de uma série de artigos que começou a ser publicada no final de agosto e continuou em setembro e que foi incorporada na íntegra. Além disso, para não perder a perspectiva de acompanhar a evolução do assunto Amazônia nas páginas dos jornais durante o ano de 99, acrescentamos as primeiras matérias produzidas nos meses de janeiro e fevereiro pelo jornal O Liberal, assim

poderíamos fazer um paralelo sobre o início do ano com a Folha de São Paulo, do qual mantivemos todos os artigos produzidos no ano inteiro.

O material analisado é constituído por 389 matérias, sendo 47 da Folha de São Paulo, 106 de O Liberal e 236 de A Crítica. A seleção dos artigos aconteceu partir da localização de palavras-chaves – Amazônia, Região Amazônica e Floresta Amazônica - nos títulos e no corpo do texto jornalístico. Para efeito da análise só foi considerado o material de caráter informativo, ou seja, entrevistas, reportagens, notas e notícias.

A pesquisa dos jornais se concentrou em observar os seguintes aspectos: tópicos noticiados e fontes de informação predominantes; os veículos jornalísticos enquanto sujeitos do processo enunciativo (procurando localizar os modos de identificar a Amazônia); e, por fim, a constituição de uma questão referente à Amazônia e a disputa entre os agentes para significá-la – este último ponto será observado no próximo capítulo.

Técnicas de análise de conteúdo foram utilizadas na observação de temas e fontes de informação, que se distribuíram nas seguintes categorias, estabelecidas após verificações prévias do material³⁰:

Temas: **Conservação da Natureza** {política, legislação e fiscalização ambiental, reservas e florestas nacionais, PPG-7, aproveitamento e recuperação de áreas degradadas e educação ambiental}, **Desmatamento & Queimadas, Comunidades Indígenas** {direitos, história, saúde, demarcação de terras e disputas pelo acesso às terras indígenas}, **Ciência & Tecnologia e Manejo, Fronteiras e Soberania Nacional**{guerrilha, Calha Norte, Sivam, ameaças de internacionalização da região e soberania nacional}, **Narcotráfico e**

³⁰ Os temas/tópicos listados para efeito de análise dessa dissertação foram escolhidos a partir de dois critérios: categorias reconhecidas ou clássicas em estudos de análise de conteúdo de material jornalístico e tópicos que nas verificações prévias do material se destacaram significativamente no universo estudado. Todavia, concordamos que toda divisão dessa natureza é arbitrária, pois a realidade é contínua e os fatos não são estanques e estão interligados. Além disso, a característica dos enunciados jornalísticos é articular informações de diferentes áreas do conhecimento para reportar um acontecimento e contextualizá-lo para os seus leitores.

Biopirataria, Desenvolvimento Regional {atividade madeireira, agropecuária, turismo, transporte, energia, negócios, mineração, políticas e agentes de desenvolvimento}, **Política** {políticos e partidos se manifestando sobre questões amazônicas}, e **Outros** {saúde, educação, habitação e cultura}.

Fontes: **Cientistas e Institutos de Pesquisa, Governo** (Federal, Estadual e Municipal), **Organizações Internacionais, ONG'S, Empresários, Mídia** (Nacional e Internacional), **Movimentos Sociais, Políticos, Militares e Outros** (religiosos, personalidades públicas, populares, pequenos produtores e guias de turismo).

Com o apoio da análise do discurso, buscamos identificar as estratégias enunciativas dos veículos na constituição do seu local de fala sobre o assunto Amazônia, através da localização de palavras-chaves no corpo dos artigos (retrancas) e nos títulos das matérias e dos recursos ilustrativos (como nas legendas de fotos, quadros e gráficos), tentando definir o enquadramento dado ao assunto noticiado. Em resumo, procuramos localizar nos textos jornalísticos o que era enfatizado para ser reconhecido, a fim de que pudéssemos entender o que a narrativa jornalística direcionava para ser compreendido.

O discurso neste trabalho é visto como um processo de significação, e tem como característica “seguir um curso, ser um projeto e retornar”, conforme as metáforas de Orlandi em “As Formas do Silêncio” (1997). O discurso é entendido, então, como uma disputa pela palavra, e esta como um ato de poder. O poder de significar, de fixar sentidos sobre algo, sendo que um mesmo sentido é construído ao longo de enunciados distintos.

Eni Orlandi chama a atenção para “o discurso como lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, ao compreender como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (1999). Na visão de Eni Orlandi, ideologia é um processo de produção de um certo imaginário.

Ou seja, uma interpretação que aparece como necessária e que destina sentidos fixos para as palavras, num mesmo contexto sócio-histórico (...) A ideologia aparece não como resultado das relações entre as classes (essas com conteúdos já dados), mas como ‘transposição’ de certas formas materiais em outras, isto é, como ‘simulação’ (e não ocultação, pois não há nenhum ‘conteúdo escondido), em que os sentidos são projetados em outros, transparências são construídas para serem interpretadas por determinações históricas que aparecem, no entanto como evidências empíricas (...) A ideologia não é ‘x’, mas o mecanismo de produzir ‘x’ (ORLANDI, 1990).

2. – O Processo de Leitura

O processo de leitura que optamos fazer passeia pelos discursos dos jornais estudados, tentando identificar o curso seguido por cada modo de dizer a Amazônia. Mas, antes de particularizar as formas de narrar e agendar de cada veículo, procuramos ver as linhas gerais do material noticioso estudado.

Estabelecendo uma linha cronológica que junta os artigos publicados sobre a região nos três jornais investigados nesta dissertação, podemos dizer que a Amazônia inicia sua inserção na agenda jornalística de 1999 pela visão da ciência, que indica, segundo o jornal Liberal, como salvar o mogno e que anuncia um *check-up* da Amazônia, desenvolvido por uma equipe internacional de cientistas com a ajuda de um avião “espião” da Nasa (Folha de São Paulo).

No entremeio do ano, notícias sobre o recrudescimento do desmatamento, polêmicas sobre medidas do MMA para proteção da floresta nativa, Código Florestal, demarcação e acesso à exploração de terras indígenas, discussões sobre a privatização de Tucuruí, narcotráfico, guerrilha, abandono da Transamazônica, Parlamento Amazônico, SUDAM e planos de desenvolvimento.

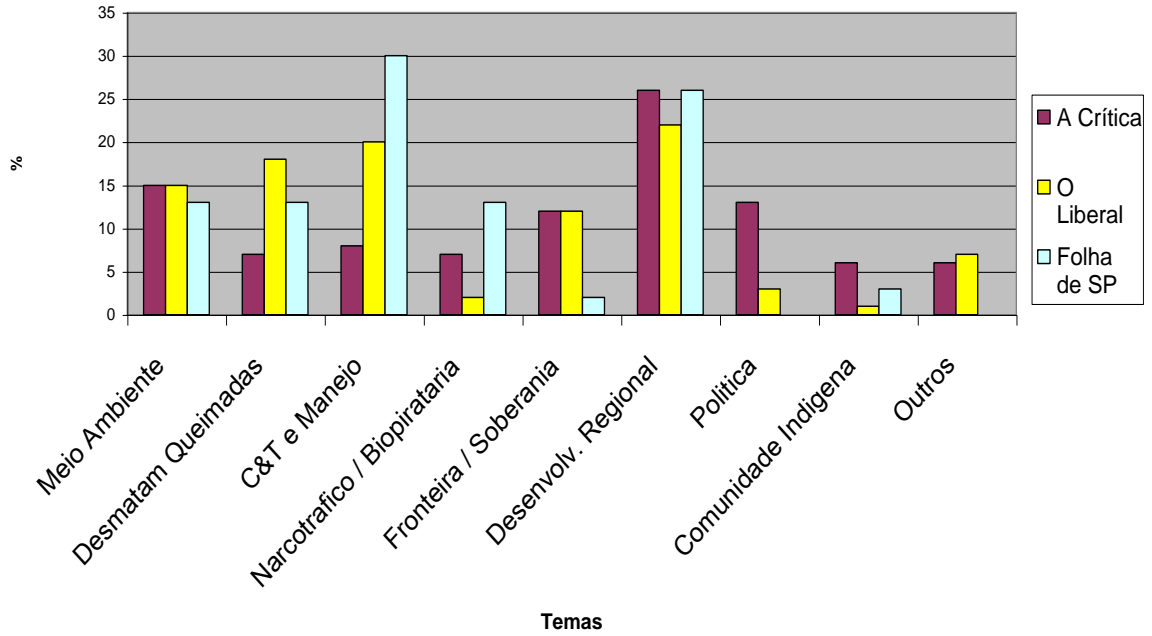
Se a trajetória da Amazônia como notícia em 99 começa com informações científicas, ela finaliza com matérias sobre o turismo ecológico na floresta “mais valorizada por estrangeiros do que por brasileiros” (Folha), com pronunciamentos do ministro do meio

ambiente Sarney Filho sobre medidas para combater a biopirataria para a Escola Superior de Guerra no seminário “Amazônia – cobiça internacional” (O Liberal), e, por fim, com entrevista do já mencionado Sarney Filho sobre o debate em torno do código florestal e, ainda, uma nota sobre a apresentação do avião-radar do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM, ao final de uma intensa campanha noticiosa para ampliar a segurança na fronteira amazônica, objetivando garantir sua defesa de ameaças de invasão por narcotraficantes, guerrilheiros ou pelo exército americano a pretexto de defender a região (A Crítica).

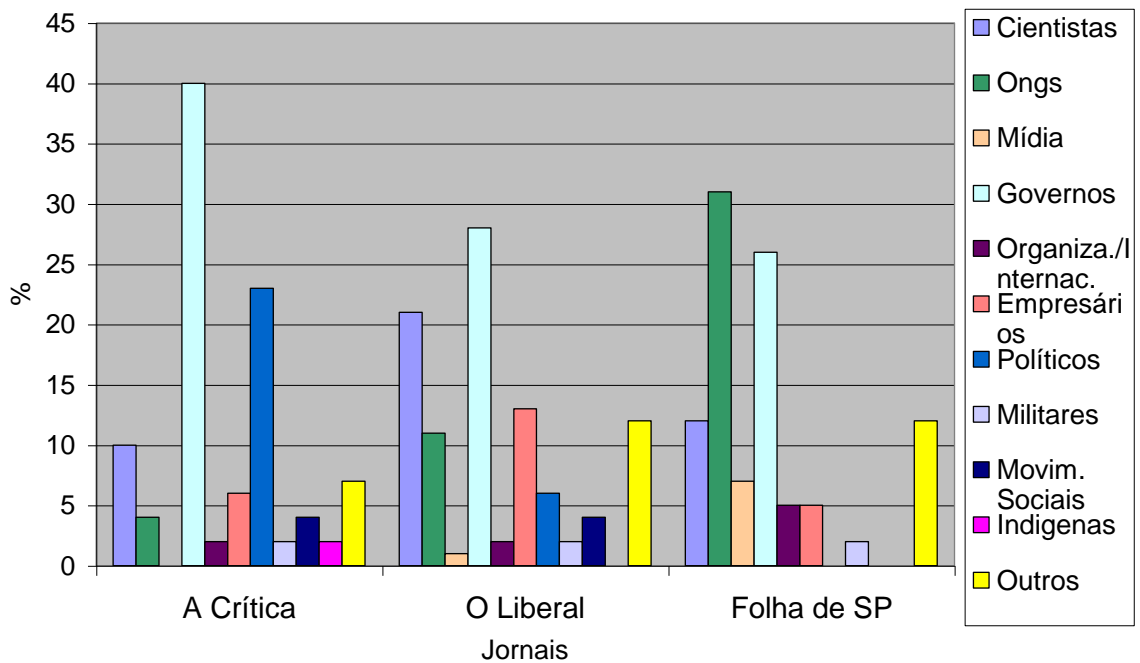
De certa maneira, podemos dizer que as notícias enfatizam que há “olhos sobre a floresta” em busca de solução para continuar explorá-la, olhares que tentam decifrar seu funcionamento e importância para o clima do mundo e organização para usufruí-la enquanto paraíso ecológico e para vigiá-la com melhor instrumentação tecnológica. Nas páginas seguintes, tentaremos mostrar como tantos “olhares”, expectativas e interesses sobre a Amazônia convergem nas páginas de cada jornal estudado e a leitura da questão feita por cada veículo.

3.2.1 Dados Gerais da Análise de Conteúdo dos Jornais

Gráfico de Temas



Jornais / Fontes



A análise dos jornais Folha de São Paulo, A Crítica e O Liberal permitiu que observássemos as diferenças e semelhanças das agendas dos jornais. Atribuímos as diferenças nas abordagens da Amazônia pelos três jornais, principalmente, ao fator geográfico. O ponto onde cada um dos veículos está posicionado para olhar ou se inserir no cenário amazônico transparece no seu local de fala e na estrutura de sua rede de captura de notícias. Sobre esse aspecto, é interessante destacar que 17 a 18 % do conteúdo noticioso da Crítica e do Liberal tem origem no material produzido pelas agências de notícias, sendo que a Agência Estado é a principal responsável pelo fornecimento do material sobre a Amazônia tanto no Liberal (80%), quanto na Crítica (65%).

Para os três jornais a questão ambiental é um viés indispensável para se noticiar a região. Todavia, nos jornais regionais ela está necessariamente vinculada ao desenvolvimento regional, seja como um fator positivo ou um fator negativo. O interesse internacional pela região é motivo de orgulho, mas principalmente de preocupação. Nos três jornais há manifestações de alerta com esse interesse, apresentado como cobiça (um termo que sugere avarice), seja na fala das fontes ou nas marcas enunciativas do jornal. Se as manifestações variam de intensidade, contudo há uma certa homogeneidade nos assuntos em que ela se apresenta (principalmente nos jornais regionais). Por exemplo, a preocupação com interesses obscuros de outros países pode-se apresentar em matérias que abordem os convênios científicos internacionais, ou a atuação das ONGs na região ou nos assuntos relativos a segurança da fronteira.

Essa preocupação com o interesse internacional pela Amazônia é uma constante na história da região e tem raízes no período colonial. A coroa portuguesa (inicialmente sob domínio do trono espanhol) só começou a estabelecer estruturas na região depois de saber que

havia movimentos de outras nações para se instalarem no território amazônico. A resposta geralmente é militar e tem verbos que a acompanham: ocupar, defender, vigiar, etc.

O Modo de dizer de cada veículo

3.2.2) FOLHA DE SÃO PAULO

O jornal-empresa tem uma personalidade que se manifesta na sua forma de apresentar as notícias. Folha de São Paulo (FSP), o jornal que em 1999 apresentou a média mais expressiva de vendas diárias no País conforme o Almanaque Abril³¹, distribui diariamente seu material pelos cadernos Brasil/Mundo, Dinheiro, São Paulo, Esporte e Ilustrada, e semanalmente são editados suplementos como Mais, Agrofolha, Turismo, Folhinha, Revista da Folha, etc.

Em 1999, o material da Folha sobre a Amazônia aparece com frequência nos cadernos Brasil/Mundo e São Paulo, mas, também, foi assunto principal do caderno de Turismo em uma edição do final do ano, e objeto de reportagens extensas na Folhinha (suplemento infantil), nos cadernos Agrofolha e Mais (onde se concentra no domingo a seção voltada à cultura e à ciência).

A Folha anuncia seus assuntos através de muitos recursos gráficos, como titulação diversificada (usando selos, sobre-títulos, títulos e intertítulos)³², infográficos (quadros, mapas e tabelas), fotografias e dividindo o texto em retrancas, sub-retrancas e boxes. As matérias referentes à região amazônica foram publicadas majoritariamente sob os selos Meio Ambiente (35%) e Ciência (25%), em seguida Amazônia (15%) e outros (25%), como Biodiversidade,

³¹ ALMANAQUE ABRIL, disponível no endereço <http://pp.uol.com.br/almanaque/show_verbete>, acessado em 26 out. 2001.

³² Segundo Gaillard, citado por Nuno Crato (1982, p. 129), “o título tem uma função discursiva dupla: informar e captar a atenção”. No jornal, os títulos resumem o que vai ser dito no corpo do texto. Para cumprir esta função anunciativa, o título deve ser claro e centrado no aspecto ou numa palavra chave do texto. Crato considera que a tendência atual no jornalismo é enfatizar o aspecto publicitário em detrimento da função informativa.

Crime Organizado, Brasil, Religião, Onda de Calor e Indústria do Turismo (que apareceram uma vez cada no corpo do jornal). O uso dos selos antecipa para o leitor o enquadramento dado aos assuntos noticiados.

O tema Amazônia esteve presente em todos os meses do primeiro semestre, quando foi veiculado 32% do material produzido em 1999 pela reportagem da Folha, com o pico de notícias acontecendo em junho (quando acontece o Dia Mundial do Meio Ambiente), que concentrou metade da produção informativa desse período. No segundo semestre, quando foi publicado o maior volume informativo (68%), a produção se concentrou no período de setembro a dezembro, não sendo registrado nenhuma ocorrência em julho ou agosto. O pico desse período foi dezembro (39%), quando uma edição do caderno de Turismo foi dedicada a Amazônia. Todavia, em todos os meses do segundo semestre houve matérias que ocuparam ou 1/3, ou a metade, ou mesmo páginas inteiras e onde se observou maior número de sub-retrancas e recursos ilustrativos.

Em setembro, a região foi uma presença constante, gerando notícias em intervalos cada vez mais curtos até que, no período de 20 a 25 de setembro, ser assunto quase diário nas páginas da Folha de São Paulo, em função da extensa cobertura dada ao Seminário Consulta Biodiversidade na Amazônia, realizado em Macapá (AP), sob a coordenação geral do Instituto Socioambiental (ISA), em cumprimento a obrigação assumida pelo Brasil ao assinar a Convenção da Biodiversidade, na Conferência do Rio.

As questões ambientais polarizam o noticiário da Folha, pois a grande maioria das matérias jornalísticas produzidas se relacionam às temáticas do meio ambiente amazônico, mesmo quando o mote do artigo seja informações acerca de ciência ou indústria. A seguir apresentamos quadros de temas e fontes no noticiário da FSP.

Gráfico de Fontes da Folha

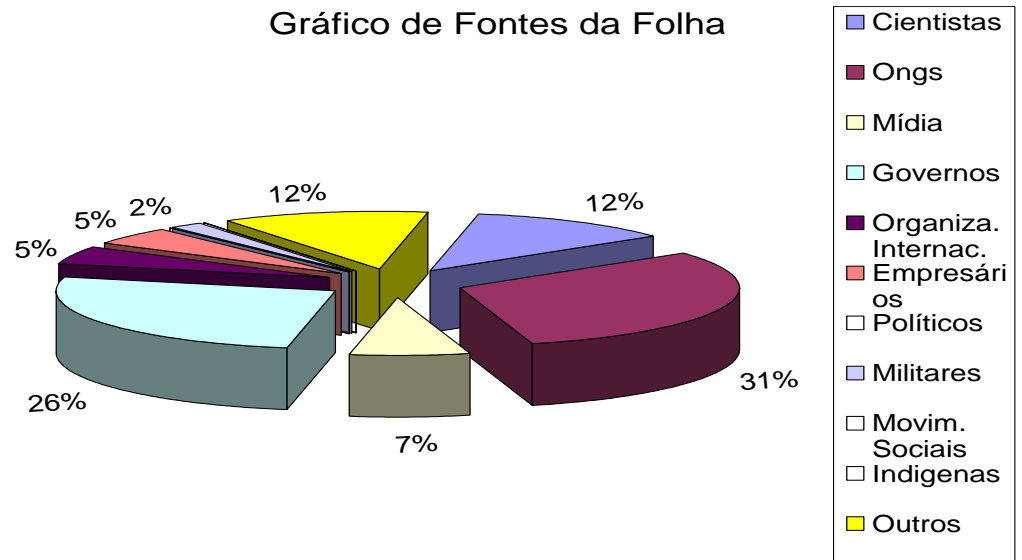
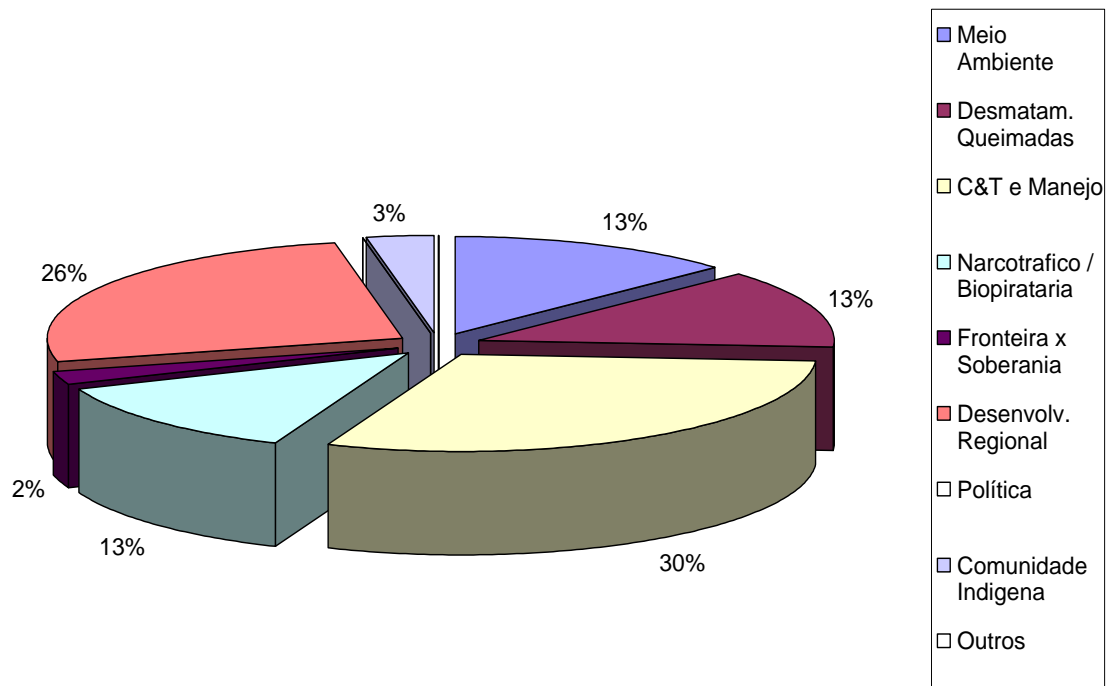


Gráfico de Temas da Folha



A análise dos dados ilustrados nos gráficos demonstra o predomínio da questão ambiental amazônica na agenda da Folha de São Paulo. Se somarmos os itens 'meio ambiente' (13%), 'desmatamento e queimadas' (13%), 'ciência & tecnologia e manejo' (30%)

– pois, a ciência enfocada é referente a compreensão ou diagnóstico do ambiente natural - e, também, ‘Comunidades Indígenas’ (3%), já que são enfocados enquanto elementos da natureza amazônica (denominados de “guardiões da floresta” ou “biozeladores”), observamos que o assunto na verdade ocupa cerca de 60% do noticiário.

Sendo mais rigorosa na avaliação, todavia o peso da questão ambiental na Folha de São Paulo se aproxima dos 90%, já que os itens noticiados de ‘desenvolvimento regional’ (26%) são ligados às atividades vistas sob a ótica do desenvolvimento sustentável, como o Turismo e os sistemas agrosilvopastoris.

O tópico ‘fronteiras e soberania nacional’ (2%) também se relaciona a questão ambiental, na medida em que a matéria (na qual o tópico está referido diretamente, pois, na verdade, a questão se estende a outros três textos, que apontaremos mais adiante) com o depoimento do comandante militar da Amazônia, general Luiz Gonzaga Lessa, no Congresso Nacional vincula os dois tópicos — nos anexos deste trabalho apresentamos a reprodução das matérias citadas no corpo desta dissertação.

Os falantes sobre a Amazônia na FSP

Quem fala na Folha sobre questões amazônicas? Majoritariamente, homens da ciência. Somando os itens ‘cientistas e institutos de pesquisa’ (12%), ‘ONGS’ (31%) — as organizações não-governamentais referidas no noticiário são ongs de pesquisa e tecnologia, com exceção do Greenpeace — e ‘mídia’ (7%), que se referem às prestigiadas revistas científicas Science e Nature, as fontes científicas chegam a 50% do universo consultado para fornecer informações sobre a Amazônia. Significa dizer que os cientistas são os ‘definidores primários’ principais da Folha.

Em segundo lugar, temos as fontes governamentais (26%), onde se destacam, de sobremaneira, o Ministério do Meio Ambiente e Ibama, e bem depois vem a Polícia Federal,

fonte das reportagens sobre narcotráfico, que ocupou integralmente duas páginas na edição de 21.11.99. Os empresários citados são ligados as atividades agrícolas e madeireiras que empregam tecnologias de manejo florestal ou são acusados de utilizar madeiras extraídas ilegalmente de reservas indígenas.

Entre as organizações não governamentais que desenvolvem pesquisa e funcionam como fontes, destaca-se o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia- IPAM, vinculado a Universidade Federal do Pará. O IPAM, associado a ong americana Woods Hole Research Center (Boston/ EUA), tendo a frente da equipe de pesquisa o ecólogo Daniel Nepstad, aparece como fonte de informação na metade das matérias relacionadas ao conhecimento científico sobre o funcionamento da Floresta Amazônica.

Daniel Nepstad e as ongs em que atua estiveram como personagens importantes em destacadas reportagens da Folha de São Paulo durante o ano de 1999. O artigo sobre os arquitetos do futuro, de janeiro de 2000, consolida essa transformação do cientista e das ongs de pesquisa como fontes privilegiadas de informação sobre a Amazônia na Folha de São Paulo. A identificação de personagens é um dos elementos do processo de construção narrativa/discursiva da região feita pelo noticiário, e que é objeto dessa dissertação.

A chave para explicar essa presença dominante é o reconhecimento da qualidade da pesquisa desenvolvida pela equipe dessas organizações por revistas como a Science e a Nature, fontes recorrentemente consultadas pelo jornal Folha de São Paulo para definir sua pauta de ciência. Além do IPAM, se destaca, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia — IMAZON, também sediado em Belém (Pará). Caracterizando o caráter híbrido do discurso midiático, a FSP adota critérios internos ao campo científico para escolher suas fontes e organizar tematicamente seu processo de visibilizar o real. A própria Folha explica

aos seus leitores o motivo de seu entusiasmo pelo trabalho das ongs de pesquisa nos trechos da matéria que reproduzimos abaixo.

Interessante observar na titulação da matéria abaixo a apropriação irônica de um certo modo de se referir pejorativamente a atuação das ongs, que é próprio dos discursos críticos dos movimentos ambientalistas, que são acusados de invadir espaços alheios. O texto também assinala para os leitores a importância da região amazônica na agenda brasileira e ressalta, através do uso de qualificativos e exemplos, a superioridade da performance científica das ongs de pesquisa frente às universidades – se esquecendo de ressaltar, contudo que uma delas está vinculada a uma universidade pública (no caso, a Federal do Pará). O jornal mimetiza os textos culinários e oferece a receita e os ingredientes do sucesso das ongs de pesquisa.

- **“ONGs ‘invadem’ Amazônia e mostram que dano real é maior”**
“Os brasileiros que se preocupam com os 60% do país conhecido como Amazônia devem prestar atenção a duas siglas novas: Ipam e Imazon. São ONGs (organizações não-governamentais) de um tipo novo, mais de pesquisa que de militância. **É pesquisa da melhor, de nível internacional.** O Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), por exemplo, liderou recentemente um estudo sobre empobrecimento da floresta amazônica que foi parar na capa da revista ‘Nature’, em 8 de abril. (...) Esse é o tempo que uma universidade pediria, provavelmente, para elaborar um estudo desses. **Em institutos como Ipam e Imazon,** ambos sediados em Belém e criados precisamente para servir de ‘ferramentas’ para políticas públicas, **sai muito mais rápido.** Segundo André Guimarães, 39, que já foi diretor do Imazon e hoje trabalha no escritório do Banco Mundial em Brasília, **há um ‘tempero’ peculiar’ nessas ONGs.** São **dois ingredientes principais:** pessoas de bom senso e com princípios comuns; uma pessoa com notoriedade científica e liderança, que ajuda a levantar fundos e dar qualidade técnica à pesquisa. No caso do Ipam, esse líder foi Daniel Nepstad (...) Seu equivalente no Imazon é Christopher Uhl, da Universidade da Pensilvânia (Penn State). Segundo Veríssimo, em 1988 **ele teve a idéia de criar na Amazônia um centro de pesquisa que contornasse as dificuldades e a lentidão das universidades”.**

FSP, 25.09.99

Além das ongs já citadas, outra presença destacada na Folha de São Paulo é o Instituto Socioambiental – ISA, chamado a se pronunciar sobre as taxas de desmatamento ou sobre a política de desenvolvimento para região concebida pelo Governo Federal. O ISA aparece

como a mais importante voz política que organiza a discussão sobre políticas públicas para a Amazônia e o Greenpeace é apresentado como a mais importante e poderosa ong na linha do ativismo ambiental de repercussão mundial, com capacidade de agendar até o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Das instituições científicas nacionais, a fonte mais importante é o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE que aparece nas discussões sobre taxas de desmatamento e em matérias sobre o Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia — LBA, bem como na citação de trabalhos desenvolvidos sobre a liderança de Daniel Nepstad. A Embrapa Amazônia Oriental — CPATU, sediada em Belém, aparece como fonte principal no caderno Agrofolha, em artigo sobre sistemas silvopastoris, onde também o Ipam aparece como parceiro de uma pesquisa inovadora.

A Folha e seu Lugar de Fala

Stuart Hall (*apud* SANTOS, 2001)³³, ressalta em seus estudos sobre identidade que “quem fala e a pessoa de quem se fala nunca são idênticos, nunca estão exatamente no mesmo lugar (...) Todos nós escrevemos e falamos desde um lugar e um tempo particulares, desde uma história e cultura que nós são específicas. O que dizemos está sempre ‘em contexto’, posicionado”.

Observar os veículos jornalísticos como sujeitos no processo enunciativo implica considerar, não somente sua forma de apresentar o material jornalístico, mas também sua disposição geopolítica enquanto captadores da informação³⁴. Ao apresentar diariamente seu recorte da realidade, os jornais constituem seu leitor e seu território geográfico. Ou seja, a

³³ Santos, J. **Possessões da Amazônia na cobertura jornalística da Folha de São Paulo**. In: Iº Simpósio de Comunicação, Propaganda e Publicidade da Universidade Federal do Pará, 21 a 25 Maio de 2001, Belém (PA).

³⁴ Mouillaud faz observações muito interessantes sobre este aspecto nas páginas 45 a 47 do livro “Jornal: da forma ao sentido”, 1997.

Folha de São Paulo, apesar de ser um veículo que circula nacionalmente, é antes de tudo um jornal paulista. O jornal pensa o mundo e a Amazônia conforme a ótica da elite de São Paulo. Cabe na sua linha editorial o que eles imaginam ser de interesse a esse público leitor. São Paulo, onde está sediado o jornal Folha, e a Amazônia mantém uma relação de ‘centro e periferia’ quanto ao poder político-econômico-cultural³⁵.

Para Folha, a Amazônia é uma questão ambiental, e a fonte competente para revelar e propor mecanismos para resolver questões que ameacem a sobrevivência da floresta é a ciência, mas, não qualquer ciência. A ciência referida pelo jornal paulistano é a valorizada nos canais reconhecidos pela comunidade científica internacional, como as revistas *Science* e *Nature*. Essa operação de agendar o noticiário diário pela pauta de periódicos científicos demonstra como o campo midiático jornalístico se apropria de princípios internos de outros campos estrategicamente para legitimar sua fala.

Na narrativa proposta pelo jornal sobre a Amazônia, o Governo Federal tem a obrigação de estabelecer mecanismos ágeis e proteger a natureza amazônica dos processos destrutivos, além de defender a região de ações criminosas e garantir a soberania nacional sobre a região. O modo de dizer do jornal ao enunciar os assuntos noticiados é declarativo e indicador.

Analisando os títulos e diagramação do jornal-empresa, observamos que Folha de São Paulo (FSP) se coloca na posição de: 1) controlar a saúde ambiental da floresta amazônica

³⁵ A recente crise energética nacional explicitou como a Amazônia é pensada enquanto província supridora de matéria prima para as demais unidades da federação brasileira. Do Estado do Pará, onde está localizada a Hidroelétrica de Tucuruí, foi exigida a mesma cota de sacrifício das regiões em crise, a fim de que o Estado pudesse aumentar sua cota de exportação de energia. Na Região Sul, onde também não havia problemas nos reservatórios das hidroelétricas, foi estabelecida uma taxa menor de economia, porque sua estrutura energética tem pouca capacidade de transmissão de energia para outros Estados. Em Tucuruí, construída há duas décadas, os principais aspectos da obra, além do reservatório, são suas linhas de transmissão que permitem exportar 80% de sua capacidade. Até recentemente, áreas paraenses próximas de Tucuruí não recebiam sua energia e, até hoje, a população paraense aguarda que sejam construídas as eclusas do rio Tocantins, que permitirão que um dos seus mais importantes rios volte a ser navegável. O noticiário nacional não disse uma linha sobre os prejuízos que o Pará enfrentou e tampouco menciona as almejadas eclusas. O silêncio, nesse caso, dá o tom e diz o texto.

através dos números divulgados, geralmente, pela comunidade científica; 2) questionar e cobrar atitudes dos órgãos governamentais quanto aos problemas apontados pela ciência ou por ongs; 3) estimular a adoção de práticas ecologicamente corretas; 4) mostrar o lado exótico, perigoso e aventureiro da Floresta Amazônica.

Antônio Fausto Neto em suas pesquisas sobre a cobertura noticiosa da AIDS, demonstra como a doença se constitui em “um significante com várias dimensões, resultado das diferentes construções de sentidos realizadas pelas estratégias de várias instituições”, que disputam o poder de falar sobre e realizam transações no contexto do espaço público. No dizer deste autor, entre “as prerrogativas da mídia nos processos de tornar compreensível as temáticas, está a de organizar e classificar os diferentes saberes institucionais de acordo com suas próprias regras, oferecendo aos seus leitores suas próprias construções”³⁶.

Nos exemplos que se seguem pretendemos mostrar como o jornal exerce seu poder de vigiar os outros campos sociais e de organizar a exposição de suas falas para explicar um problema. Chamamos a atenção para os títulos construídos na terceira pessoa gramatical, enfatizando um estilo objetivo, que introduz uma opinião sem deixar claro envolvimento do próprio jornal. O texto da matéria avalia a atitude do ministro do meio ambiente, sugerindo que a ignorância assumida pelo ministro quanto aos dados divulgados sobre o desmatamento contamina todo o escalão diretivo do Ministério. O jornal reforça essa opinião, utilizando a transcrição de trechos da fala do próprio ministro Sarney Filho. A combinação dos títulos e dos textos das retrancas nos exemplos reportados criam um efeito de sentido: a ciência e a mídia sabem o que está acontecendo, o governo não.

³⁶ FAUSTO NETO, A. **Comunicação & Mídia Impressa: estudos sobre a AIDS** São Paulo: Hacker Editores, 1999.

1 e 2) Controle da saúde ambiental da floresta amazônica e cobrança de ações do governo.

- “Meio Ambiente — Estimativas do Inpe **mostram** aumento de 27%, após dois anos de queda” (selo e sobretítulo)
“Área desflorestada da Amazônia cresceu em 98” (título)
“Ministro desconhece causas do desmatamento” (sub-retranca)
 “Sarney Filho **disse que não sabia responder** sobre o assunto e **estendeu seu desconhecimento ao presidente do Ibama**, Eduardo Martins, que está no cargo desde maio de 1996. ‘**Nem ele sabe**’, afirmou **Sarney Filho**.
 (texto da sub-retranca) FSP, 11.02.99
- “Ciência — **Estudo indica danos ocultos na Amazônia**” (selo e título)
 “Mas computar apenas as áreas de floresta e de não-floresta ‘negligencia aquelas alterações que reduzem a cobertura de árvores, mas não a eliminam, como a extração de madeira e os fogos superficiais’, dizem os pesquisadores em artigo da edição de hoje da revista científica britânica ‘Nature’ ”. (retranca)
“Ibama não comenta a pesquisa” (título sub-retranca)
 “O presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), **Eduardo Martins, não quis comentar as conclusões do estudo publicado hoje** na revista britânica “Nature” sobre a extensão da devastação da Floresta Amazônica”. (texto sub-retranca)
 FSP, 08.04.99
- “**Crime ambiental terá pena mais dura**” (título)
“O presidente demorou 19 meses para regulamentar a lei, sancionada por ele, que aumenta as multas para os crimes ambientais. Entidades ambientalistas **pressionavam o governo** para pôr a norma em prática e diziam haver pressões de madeireiros e ruralistas”.
 FSP, 22.09.99
- “Meio Ambiente — Segundo o Greenpeace, que fará campanha mundial para a preservação da floresta, dinheiro está liberado desde 92” (selo e sobretítulo)
“País deixa de usar US\$ 270 mi na Amazônia” (título)
 FSP, 01.06.99

3) A FSP procura estimular a adoção de práticas ecologicamente corretas, indicando no título a eficácia das medidas.

- “Amazônia — **Uma das opções é triturar a capoeira** para incorporar a massa ao solo” (selo e sobretítulo)
“Pesquisa traz alternativas para evitar as queimadas” (título)

“Produtor também utiliza sistemas silvopastoris” (título sub-retranca)

FSP, 08.06.99

- “Ambiente — Organizações divulgam tecnologia para permitir novas derrubadas em um período de 30-40 anos” (selo e subtítulo)
“Extração de madeira no AM é sustentável” (título)
 “Pioneiros são de Paragominas” (título sub-retranca -1)
 “Madeira extrai 45 espécies” (título sub-retranca - 2)
 “Certificadores operam no país” (título sub-retranca - 3)
 “Tora é cortada em Itacotiara (270 Km de Manaus) para facilitar a retirada de madeira por trator; o veículo não entra na mata, **o que evita danos** em outras áreas” (legenda de foto)
 “Onde atuam as madeiras da Amazônia — **veja como entra em conflito os planos federais de desenvolvimento e de conservação ambiental para a região**” (legenda do Quadro 1)
 “Prós e Contras da certificação ambiental — como o selo verde pode afetar empresas que exploram madeira tropical” (legenda do Quadro 2)

FSP, 31.10.99

4) O jornal aponta as qualidades para quem queira andar pela Amazônia ter, assinalando o lado exótico e aventureiro da selva amazônica e nominando a região.

- “Ciência — **El Niño artificial** — Pesquisadores simulam seca na Amazônia para estudar efeitos de anomalia climática” (selo, título e intertítulo)

“A chefe local da trupe é Gina Knust Cardinot, 26, bióloga formada na UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) **com mestrado** na UNB (Universidade de Brasília). **Nem mesmo alguns encontros com onças foram capazes de fazer-la pensar em voltar para a casa dos pais**, em Niterói. **Ri muito, na direção da picape Toyota Bandeirante**, ao narrar as histórias de onças pretas e pintadas, ou da ‘visagem’ (fantasma) do fazendeiro Ricoso, que, segundo duas dezenas de trabalhadores sob seu comando, assombra os 600 mil hectares da Floresta Nacional do Tapajós, a ‘Flona’. Quando chega ao Km 67 da BR- 163 (Cuiabá-Santarém), Gina **desce calmamente** para destrancar o portão da estrada que leva à Casa da Onça, base de operações do Projeto Seca-Floresta. Aproveita para **‘traçar’ as rodas dianteiras da picape. De volta ao volante, enfrenta os inúmeros lodaçais como quem pega a ponte Rio-Niterói** para a Ilha do Fundão”.

FSP, 24.10.99

- “Brasil — **Na selva com os Ticuna**” (selo e título)
 “A viagem”, “Tempero Ticuna”, “Vida ligada ao rio”, “Programa de Índio”, “Bilboquê”, “Comer, comer”, “Hora de catar piolhos”, “Vá caçar macaco”, “Escolas bilíngües” e “Ticunas e ‘civilizados’” (negritos subdividindo a retranca)

“Conhecer os índios ticunas e passar quatro dias entre eles foi uma das melhores coisas que me aconteceram como repórter. Quer saber por quê? Então me acompanhe nesta aventura. (...) **Para entrar na floresta amazônica, nós, que moramos nas cidades, precisamos tomar algumas providências:** comprar repelentes de mosquito, botas, chapéus, lanternas e redes para dormir. **É importante que as redes tenham mosquiteiros**, ou seja, véus que impedem a aproximação de insetos durante a noite. **Os mosquitos que vivem na floresta amazônica, como tudo o que há por lá, são de tamanho exagerado.** Alguns possuem um ferrão capaz de ultrapassar nossa roupa, até a calça jeans. Começamos nossa viagem pela selva subindo o rio Solimões. Os **policiais** estavam **armados com fuzis e metralhadoras**, para a eventualidade de encontrarem **traficantes**, e vestiam **uniformes com estampa de camuflagem**, para se confundirem com a mata. **O rio Solimões é muito largo e assusta a primeira vista**, por causa da água barrenta e da força da correnteza”.

FSP, caderno Folhinha, 18.12.99

O jornal enfatiza nos seus textos a capacidade de revelar ao seu leitor um mundo até então desconhecido. O artigo que segue é rico em nomações da floresta, propõe interpretações do espaço e mais uma vez ressalta que a região é algo que deve ser valorizada pelos brasileiros.

- “**Descubra a AMAZÔNIA — Fronteira para o futuro do mundo.** Manaus abaixa preços e é ponto de partida para visitar a **floresta tropical mais valorizada por estrangeiros do que por brasileiros**”. (título e sobre-título)

“É uma oportunidade para que os longínquos moradores das grandes cidades brasileiras visitem essa **floresta intrincada** que já foi considerada o pulmão do mundo — antes de descobrirem que suas plantas absorvem à noite todo o oxigênio que produzem de dia — e hoje é comprovadamente um ecossistema fundamental para a manutenção do equilíbrio dinâmico (homeostase) da Terra. Entre outras características, **a grande floresta tropical é considerada o maior ar-condicionado do planeta**, capaz de resfriar e umidificar o clima de uma parcela significativa do globo”.

Primeira página do caderno Folha Turismo, 20.12.99

As matérias que ressaltam o lado exótico da Amazônia demonstram mais explicitamente a construção da região pela Folha de São Paulo como local antítese da

civilização e da modernidade, como evidenciam as comparações entre a vida na floresta e na cidade. Porém, é importante ressaltar que esta visão/concepção impregna todos os espaços, inclusive as matérias científicas, seja pelo reforço a idéia de que a explicação competente da região se encontra em profissionais não-amazônidas, seja pela explicitação no dizer de que a região não tem humanidade, como anuncia o texto abaixo.

- “Ciência — **Humanizar a Amazônia** — Seminário em Macapá tenta unir bem-estar social e biodiversidade” (selo, título e subtítulo)

“O seminário de Macapá pode entrar para a história do ambientalismo brasileiro como um dos primeiros a encarar o desafio de provar que **é preciso humanizar, não ocupar**, a Amazônia. Durante cinco dias, a palavra ‘sociodiversidade’ foi pronunciada tantas vezes quanto ‘biodiversidade’ (...) Essas 64 áreas somam 586 mil quilômetros quadrados, ou 11% da Amazônia Legal. Com os 8,5% já protegidos, ao menos no papel, o seminário propõe a reserva de 19,5% da **maior floresta tropical do mundo** — para o homem”.

FSP, 03.10.99

Pode se perceber no texto que há uma preocupação em responder aos argumentos conservadores que defendem ser necessário sacrificar o meio ambiente para que o homem possa viver bem na região. Há, inclusive, uma referência explícita ao discurso de origem militar que defende que a Amazônia deve ser ocupada. Contudo, a estrutura discursiva da Folha acaba reforçando a tese de que falta humanidade na Amazônia, apagando com palavras mais de onze mil anos comprovados de presença humana na região, a história pós-contato com os europeus e os milhares de habitantes atuais. A compreensão de humanidade parece, então, ser um conceito que varia de acordo com quem fala e sobre quem se fala.

No exemplo citado logo em seguida chamamos a atenção também para outro atributo da região assinalado pela narrativa de todos os três jornais: a Amazônia é uma região sob constante ameaça e as pessoas que se preocupam com ela estão sempre temendo alguma coisa. Contudo, os motivos da ameaça podem mudar de um discurso para o outro. A matéria

também apresenta um dos modos de nominar a floresta amazônica que repercutiu em outro texto já citado.

- “Meio Ambiente — Pesquisador teme que se inicie um círculo vicioso de ressecamento e megaincêndios na região” (selo e sobretítulo)
 “**Seca ameaça Amazônia, diz cientista**” (título)

“ ‘O futuro climático da região depende da floresta em pé, que **faz o serviço de ar condicionado**’, diz Moutinho, 37, biólogo paulista que mora há dez anos no Pará. (...) Ele **teme** que se inicie um círculo vicioso de ressecamento e megaincêndios na região, como o que assolou Roraima em 1998. Naquele desastre, 14 mil Km² de floresta pegaram fogo, uma área comparável ao desmatamento de todo um ano. ‘A paisagem está ficando inflamável’, diz Moutinho. (...) Esse **risco** é mais forte na parte leste da Amazônia (veja mapa). Trata-se da **região mais sujeita a secas. Também está entre as que mais sofreram a ação predatória das madeiras e da pecuária**”. (retranca)
 FSP, 22.09.99

As preocupações com a soberania e segurança nacional sobre o território amazônico é outro motivo para preocupações que também se fazem notar no jornal paulistano. Observemos um exemplo já citado dessa construção na matéria “País deixa de usar US\$ 270 mi na Amazônia”, onde está destacado no título da sub-retranca a reação do presidente Fernando Henrique ao anúncio do Greenpeace sobre uma campanha mundial centrada na preservação da Amazônia. Ainda no mês de junho, duas outras notícias apresentam novas evidências dessa preocupação que se manifesta discursivamente, como listamos abaixo. Na verdade, essa preocupação com a soberania nacional sobre a região se manifesta logo no primeiro artigo do ano de 99, que focaliza as atividades do programa internacional de pesquisa LBA e também em dezembro na chamada de capa do caderno Folha Turismo:

- “Meio Ambiente — Avião de ‘espionagem’ utilizado pela Nasa investiga metabolismo da maior floresta tropical do planeta” (selo e sobre-título)
 “**Cientistas iniciam check-up da Amazônia**” (título)
 “Avião só decola com supervisão” (título sub-retranca)

FSP, 08.01.99

- “**País deixa de usar US\$ 270 mi na Amazônia**” (título)

“**Presidente teme decisão do Greenpeace**” (título da sub-retranca)

“A preocupação do presidente é que, **embora a Amazônia seja um tema de interesse global, ela é antes de tudo um tema brasileiro** e que sempre levanta alguma sensibilidade nacionalista”, afirmou Roberto Kishinami, diretor-executivo do Greenpeace no Brasil”.

FSP, 01.06.99

Abaixo, uma fala transcrita do presidente Fernando Henrique no título da matéria da FSP rememora as campanhas promovidas pelos governos militares e reafirma o que a sociedade brasileira deve ter bem claro: a Amazônia tem dono. A região é algo para ser possuída. Dias mais tarde, o jornal reverbera novamente as preocupações com a defesa do território nacional pela voz do general Lessa. O jornal enfatiza a fala do Comandante Militar da Amazônia no Congresso Nacional antecipando um futuro próximo.

- “**Meio Ambiente — FHC diz que ‘a Amazônia é nossa’**(selo e sobretítulo)
“**Presidente defende remessa estrangeira**” (título)

“O presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu ontem a continuidade das remessas ao país de recursos de entidades internacionais para pesquisa e preservação ambiental. Mas **declarou que o país não cederá sua soberania em troca do dinheiro. “A Amazônia é nossa, é brasileira”**. FHC fez as afirmações sobre uma balsa estacionada no rio Japurá, afluente do rio Solimões, a 40 Km da cidade de Tefé (AM), por ocasião do Dia Mundial do Meio Ambiente. Ele retornou para Brasília às 16h30 de ontem”.

FSP, 06.06.99

- “Amazônia — **Comandante vê risco de intervenção externa**” (selo e título)
“O comandante militar da Amazônia, Luiz Gonzaga Lessa, disse que **a defesa da Amazônia poder ser utilizada como pretexto para intervenção armada no Brasil, por parte dos países desenvolvidos. Segundo ele, a intervenção militar motivada pela proteção ao meio ambiente ‘é tendência da próxima década’** (...) Depois de afirmar que **a Amazônia é inegociável**, afirmou: ‘Queira Deus que no futuro não tenhamos de lutar para reincorporar a Amazônia ao território brasileiro’. O general mostrou também um cartão postal britânico que diz ‘*Fight for the Amazon — Burn a Brazilian*’ (Lute pela Amazônia — Queime um brasileiro), e disse que **o governo precisa convencer a opinião pública internacional de que está defendendo o meio ambiente na região**”.

FSP, 17.06.99

2.2) A CRÍTICA

A Crítica, jornal pertencente às organizações Calderaro, foi criado em Manaus há 53 anos. Em março de 1999, para comemorar os cinquenta anos de fundação do jornal, é apresentado ao seu público leitor um novo projeto gráfico que tornou a leitura do jornal mais dinâmica e agradável. A Crítica, como a Folha de São Paulo, segue uma apresentação de seus textos utilizando muitos recursos gráficos, o que inclui o uso de titulação composta de várias partes (selos, título principal e intertítulos), o uso intensivo de fotografias e a divisão das matérias em retrancas, sub-retrancas e boxes.

O recorte diário da realidade feita pela Crítica se apresenta distribuído em 4 cadernos de notícias, e conta com as seguintes seções no primeiro caderno: “Opinião”, “Política”, “Brasil”, “Mundo” e “Economia”. Os outros cadernos são Bem Viver, Cidades, Esportes e Classificados. Segundo o novo projeto gráfico, o jornal se caracteriza como um espaço informativo “comprometido com a região”, sendo no caderno Cidades onde “o cotidiano de Manaus e os temas relativos à Região Amazônica”³⁷ tem um lugar específico. Todavia, como era de se esperar de um jornal da própria região amazônica, as questões regionais não ficam restritas a um único caderno. Os assuntos amazônicos³⁸ podem ser encontrados em todos os espaços do jornal, mas as matérias informativas se concentram, em primeiro lugar, sob a rubrica “Economia” (30 %) e, depois, em “Cidades” (27 %), “Política” (18 %) e “Brasil” (14%), “Bem Viver” (8 %), etc.

A distribuição do material informativo no decorrer do ano se encontra equilibrado nos dois semestres, sendo que os picos do noticiário ocorreram nos meses de abril (19%) e

³⁷ Suplemento especial “A Crítica — novo projeto gráfico e editorial”, publicado juntamente com a edição de 28.03.99.

³⁸ Lembramos que estamos considerando nesta análise apenas os artigos que mencionam explicitamente a palavra Amazônia ou o termo Região Amazônica. Portanto, os assuntos noticiados mais voltados ao estado do Amazonas ou do Pará são considerados quando estes são apresentados enquanto Amazônia no texto.

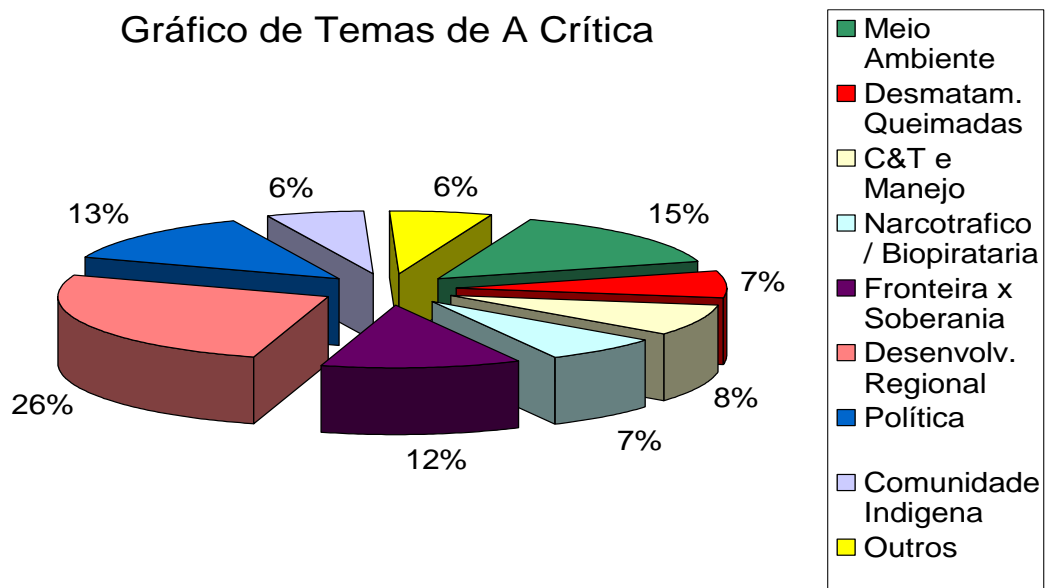
outubro (21%). Em abril, a questão ambiental polariza o noticiário com a repercussão das medidas do Ministério do Meio Ambiente, que em fevereiro proibiu novos desmatamentos em face do recrudescimento das taxas de destruição da floresta nativa, atingindo as atividades dos setores madeireiro e agropecuário. A preocupação com as perspectivas do setor madeireiro e o estabelecimento de regras para explorar os estoques florestais do Amazonas ocupa o noticiário.

No movimentado mês de outubro, o noticiário da Crítica apresenta a região em estado de alerta ao abordar a segurança da fronteira amazônica. O Amazonas vive um clima de “perigo real e imediato” com as notícias sobre a situação na Colômbia (confronto entre o governo colombiano, narcotraficantes e guerrilheiros das FARC e a possível intervenção militar americana no país vizinho, com rumores que esta poderia se estender a Amazônia brasileira). As palavras: “fronteira”, “narcotráfico”, “invasão”, “internacionalização”, “cobiça”, “segurança”, “defesa”, “Calha Norte” e “vigilância” são frequentes no corpo do jornal.

Ainda em outubro, dois eventos atraem as atenções do jornal e geram notícias. O primeiro, foi promovido pelo setor madeireiro e concentra o foco nas perspectivas econômicas da movelaria com *design* amazônico. O segundo evento foi sobre desenvolvimento sustentável na Amazônia, promovido pelo Centro de Pesquisa Ecológicas da Amazônia (Cepeam), uma ong ligada a organização internacional Sokka-Gakkai, de origem japonesa. O terreno da política também gerou assuntos que conseguiram significativo espaço na agenda do jornal nesse período, como: a votação da Lei de Informática no Congresso (que tinha implicações diretas na Zona Franca de Manaus) e a proposta do governador Amazonino Mendes de negociar junto a Bolsa de Valores de Chicago investimentos compensatórios para a conservação da floresta tropical amazônica, fazendo uso de sua função de sequestrar

carbono da atmosfera (este é um dos itens que constam no Protocolo de Kyoto, não assinado pelo governo americano).

A seguir apresentamos os gráficos referentes a análise de temas e fontes de A Crítica, para mais adiante continuar comentando características da cobertura do jornal de Manaus.



Se na Folha de São Paulo foi observada pouca variedade de temática e de fontes, a característica dos jornais regionais no trato do assunto Amazônia é a diversidade do que se fala e de quem fala. O terreno da “política” e de “desenvolvimento regional” dominam a pauta do jornal de Manaus, mas o meio ambiente também tem um espaço significativo.

Seguindo o mesmo critério aplicado à Folha, para obtermos idéia da dimensão do espaço concedido ao meio ambiente somamos os itens “meio ambiente”(15%),

“desmatamento” (7%) e “ciência & tecnologia e manejo” (8%), mais 1% de matérias que focalizaram exclusivamente a “biopirataria”³⁹ e chegamos a um total de 30%.

A análise das questões ambientais amazônicas revelam os assuntos obrigatórios na agenda midiática, ficando o aspecto intensidade da cobertura jornalística a critério da linha editorial de cada veículo. Na Crítica, temos os seguintes assuntos dominando a pauta nos tópicos referentes a questão ambiental: desmatamento e queimadas, o andamento do Programa Piloto Para Proteção das Florestas Tropicais — PPG-7, as atividades de fiscalização ambiental promovidas pelo Ibama e pelo Greenpeace, as políticas públicas adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente e a legislação ambiental, destacando-se nesse conjunto os debates em torno do Código Florestal.

Entre os atributos da Ciência prefere focalizar está o de esclarecer e revelar questões relativas à biodiversidade, mas também campo científico pode fornecer informações para o manejo de reservas, esclarecer detalhes sobre as culturas indígenas e apresentar áreas potenciais para o investimento econômico. O conhecimento científico anunciado nos jornais é prioritariamente produzido por pesquisadores e instituições da região como, por exemplo, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, a Universidade Federal do Amazonas e a Embrapa da Amazônia Ocidental, cujas pesquisas recebem apoio de indústrias e empresas como a Petrobrás e a Eletronorte. Mas o campo científico na ótica do jornal também pode ser um facilitador para as ações de biopirataria, como indica a matéria abaixo:

- **“Convênios podem facilitar a biopirataria na Amazônia — Convênios são apontados como uma das vias de saída indiscriminada de amostras e dados científicos”** (título e subtítulo)
“Insetos, sementes, plantas, sapos, cobras etc. saem da Amazônia sem qualquer fiscalização” (legenda de foto)

³⁹ O comércio ilegal com espécies biológicas é uma preocupação constante no jornal A Crítica. Embora nem sempre gere muitas matérias específicas sobre o assunto, ele é citado com frequência em notas de colunas, artigos e em pronunciamentos de governantes e políticos.

“O problema agora não é só a ação de aventureiros que se infiltram em tribos indígenas para aprender segredos do pajé. Os laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) são palco de acalorado debate sobre a saída descontrolada de amostras com o aval de convênios internacionais de cooperação científica. A denúncia é de que plantas e animais podem estar sendo desviados para o desenvolvimento de produtos, com vistas às indústrias farmacêutica, têxtil, cosmética e alimentícia. E assim não reverterem em divisas ou benefícios para o País”.

A Crítica, 07.03.99

Há vários assuntos que cruzam o trato da questão ambiental com o desenvolvimento regional, mas um deles queremos ressaltar em particular, hidrelétricas, devido a sua importância para o início do processo de visibilidade midiática da Amazônia. No ano de 1999, sindicatos e a Federação dos urbanitários e a classe política regional se mobilizaram intensamente para protestar contra a privatização da Eletronorte, especialmente da Hidrelétrica de Tucuruí. Além de matérias sobre a questão energética no Norte do Brasil e a importância de Tucuruí para a região, observamos o esforço de mudar, por parte da Eletronorte, o trato jornalístico da Hidrelétrica de Balbina, que deixou de ser um empreendimento (desastroso) de infra-estrutura para a economia para se transformar num espaço cuja principal característica é “ter atrativos ecológicos capazes de seduzir os virtuais compradores”.

“A usina tem o mérito de não só poder gerar energia, mas também de preservar a vida de espécies que ficaram ameaçadas com a construção da barragem”, defende o presidente da Eletronorte José Maria Muniz na matéria “Dez anos de Balbina — Continua a polêmica” (A Crítica, 20.04.99).

O Programa Uamiri-Atroari, desenvolvido pela FUNAI e financiado pela Eletronorte, é também citado como um resultado positivo da empresa. Os Uamiri-Atroaris é um dos povos indígenas que quase foi extinto em função de empreendimentos de infraestrutura em suas terras — além de Balbina, houve a construção da BR-174 e exploração de minérios. A

tendência de reforço aos benefícios ecológicos advindos com a construção dos empreendimentos hidrelétricos é igualmente observado no jornal O Liberal.

O assunto “narcotráfico” ocupa um espaço significativo no noticiário da Crítica, que vai muito além dos 6% de matérias que o focalizam diretamente, conforme está registrado na análise de conteúdo. Este tópico juntamente com os itens “fronteiras e soberania nacional” (12%), “política” (13%) e “desenvolvimento regional” (26%) chegam a gerar 58% do noticiário do jornal de Manaus. A razão para juntá-los é que, com frequência, eles são articulados em discursos do próprio jornal, de autoridades governamentais, de políticos e, até, do chefe-geral da Embrapa Amazônia Ocidental⁴⁰.

A temática “narcotráfico” mobiliza diretamente outro tópico — “fronteiras, segurança e soberania nacional” (onde é ressaltado a importância das Forças Armadas na região), como também pode se relacionar a questões indígenas e também a “saúde” (em uma das poucas situações em que esta gera notícia). “Fronteiras e a defesa da Amazônia” é relacionada discursivamente com o campo da política e mobiliza atos de fala de parlamentares de todo os espectros ideológicos. Nos parágrafos abaixo, apontamos alguns desses exemplos da cobertura noticiosa sobre “narcotráfico” e sua imbricação com o tópico “fronteiras” e discursos de “defesa da Amazônia”, e de “segurança e soberania nacional”.

Os títulos abaixo demonstram os investimentos simbólicos feitos pelo jornal para comprovar junto ao seu público leitor a necessidade de melhorar os mecanismos de defesa e vigilância da região. Lendo o noticiário da Crítica temos a nítida impressão de que a Amazônia está para ser invadida. É interessante observar o uso dos verbos que acompanham as matérias e a referência constante aos militares brasileiros como os defensores da soberania nacional. Outro detalhe é que diversas e diferentes vozes comparecem a cena midiática para

⁴⁰ A declaração do chefe-geral da Embrapa repercutiu tão positivamente no jornal que, na mesma edição, foi publicada em duas editorias diferentes — política e economia.

falar sobre o assunto, normalmente corroborando as preocupações quanto aparelhamento das Forças Armada para garantir a defesa do território amazônico.

- “Guerrilha assusta — **EUA pedem reforço na Amazônia**” (selo e título
“O medo da invasão estrangeira no país pela Amazônia, desperta o Governo dos Estados Unidos, que pedem ao governo brasileiro reforço na vigilância de fronteira” (intertítulo)

“Os Estados Unidos pedirão ao Brasil, nas próximas semanas, para **umentar a vigilância na fronteira com a Colômbia**. O **temor** é de que narcotraficantes colombianos expandam suas operações para a Amazônia brasileira, através da instalação de laboratórios de produção de cocaína, e que, ao mesmo tempo, guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) estabeleçam postos avançados na região”.

A Crítica, 05.08.99

- “Narcotráfico — **Incursão colombiana preocupa**” (selo e título)
“O governo brasileiro **acompanha com preocupação** a expansão do narcotráfico colombiano, mas afirma que não teme o problema. **A confiança está nas forças militares de fronteira**” (intertítulo)

“Para o general Cardoso, a hipótese de expansão na direção do Brasil “é bastante provável”. “Mas o controle da fronteira é feito por um batalhão do Exército, em Tabatinga, que destaca pelotões e companhias em caso de necessidade”, disse Cardoso. Ele admite, no entanto, que o controle efetivo na região é deficiente. “Numa região de fronteira de selva, tão extensa e tão permeada de rios, **o controle efetivo é praticamente impossível, mas a vigilância facilita ações no sentido de informar possíveis tentativas de entrada em território e de reação**”, disse Cardoso. Ele disse também que há troca de informações, com as Forças Armadas de países vizinhos, sobre a movimentação na fronteira. Mas não soube dizer qual o efetivo militar na área”.

A Crítica, 07.08.99

- Efeito Colômbia — “**Mestrinho pede segurança redobrada na fronteira**” (selo e título)
“ ‘**Como brasileiro faço um apelo ao presidente da República para que redobre a segurança na fronteira amazônica**’, pediu o senador amazonense (...) São riscos que corremos e devemos cuidar para que não se alastrem, a fim de que **a fronteira amazônica não seja uma presa fácil para os interesses que não estão preocupados com nossa segurança, mas tão somente com o lucro**’, disse ele. Mestrinho elogiou a recente viagem do presidente da República ao Acre, frisando que a Amazônia é a maior província mineral da terra, sendo também o maior banco genético do mundo”.

A Crítica, 25.08.99

- “Ocupação Amazônica — **Felipe Lampreia defende retomada do Calha Norte**”(selo e título)
 “Para o chanceler Luiz Felipe **Lampreia, a falta de reforço na fronteira deixa a defesa diplomática do país sensível**. Ele não descarta eventual ajuda pela paz na Colômbia” (intertítulo)

“Sob a coordenação das Forças Armadas, o Governo brasileiro iniciou várias atividades de desenvolvimento da Amazônia para **estimular a ocupação da região fronteiriça**. ‘Apesar das dificuldades de recursos, o Calha Norte tem forte apoio das Forças Armadas e do Itamaraty’, disse o chanceler. Segundo ele, a retomada do projeto é uma forma de organizar a presença do Estado brasileiro naquela região, e não apenas dos militares”.

A Crítica, 27.08.99

Em contraponto as exaltações ao papel do Projeto Calha Norte e do Exército na defesa da Amazônia, organizações indígenas conseguem obter espaço para ser uma voz discordante. As lideranças indígenas tornam público um conflito quanto a interpretação do que deve ser defendido. A matéria caracteriza a postura combativa e reivindicativa dos grupos indígenas.

- Reunião discute — **Índios querem garantia de terras no Rio Negro**” (selo e título)
 “Trinta organizações de nativos da região **vão exigir** que o exército expulse os invasores” (intertítulo)
 “**Na luta** — Tribos do Alto Rio Negro querem garantir as terras em que vivem” (legenda de foto)

“O Exército tira o corpo fora na hora de fiscalizar os garimpeiros e narcotraficantes, dizendo que estão na área para garantir a segurança nacional’, critica o presidente da federação, ao considerar contraditório que eles não vejam a presença desses grupos como ameaça à segurança nacional (...) Para o presidente da Foirn, o projeto Calha Norte, criado para garantir a segurança das fronteiras amazônicas, tem sido bom apenas para os que usam farda. **‘Para os povos da região não tem utilidade porque as terras indígenas são ameaçadas, invadidas constantemente e eles não se envolvem’**. Os índios, segundo o presidente, sentem falta do apoio dos Governos Federal e Estadual e nunca receberam apoio efetivo.”

A Crítica, 05.08.99

Até o campo da saúde comparece na cena midiática para falar sobre a precariedade da região fronteiriça. Adicionando mais um elemento de perigo que deve ser conhecido do público.

- Sem controle — **Hanseníase é maior nas regiões de fronteira**” (selo e título)

“**Não é só o narcotráfico e a formação de grupos guerrilheiros na floresta amazônica que ameaçam a fronteira brasileira.** A falta e a desarticulação das atividades de controle da hanseníase nos países fronteiriços, como Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Suriname e as Guianas, também estão prejudicando a eliminação da doença como problema de saúde pública na região”.

A Crítica, 26.08.99

Os militares demonstram grande poder de mobilização do campo midiático e do político. A mídia cobre exaustivamente a campanha do exército para conseguir apoio político de parlamentares de todos os matizes ideológicos.

- “**Calha Norte — Parlamentares visitam fronteiras**” (selo e título)
 “A convite do exército, os 15 parlamentares que estão no Amazonas vão conhecer Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira. Eles **prometeram discutir a segurança da Amazônia no Congresso Nacional**” (intertítulo)
 “ ‘**A Amazônia é uma questão central nacional**’, Arnaldo Madeira, líder do Governo na Câmara dos Deputados” (olho)
 “**Ações — O Comando Militar da Amazônia (CMA) mantém soldados nas áreas de fronteiras para impedir possíveis invasões estrangeiras**” (legenda de foto)

A Crítica, 3 e 4.10.99

- “Entrevista/ José Genoíno — **Invasão americana preocupa**” (selo e título)
 “Genoíno — ‘O Brasil não pode ser ingênuo’”(legenda de foto)

“AC — A Colômbia, país que faz fronteira com o Brasil, é uma área de conflito. O senhor acha que há possibilidade de uma intervenção norte-americana?

(...) Mas os Estados Unidos podem aproveitar essa instabilidade para ter uma presença mais ostensiva na Amazônia, que é um objetivo estratégico. Com a situação instável na fronteira, **o Brasil não pode ser ingênuo, tem que estar preparado para qualquer ameaça**, com condições de empregar, como tática de dissuasão, a força de combate. As Forças Armadas têm um bom nível de preparo, mas isso não é suficiente. Se tivessem recursos e melhores equipamentos seriam imbatíveis”.

A Crítica, 3 e 4.10.99

- “**Resultados — Deputados se entusiasmam com a Amazônia**” (selo e título)
 “A visita às fronteiras deixou os parlamentares do sul com boa impressão. Eles prometeram recursos” (intertítulo)
 “**Elogios — as atividades do Exército na Amazônia foram destacadas por todos os parlamentares visitantes. A meta foi alcançada**” (legenda de foto)

Arnaldo Madeira destacou o trabalho ‘magnífico’ do Exército integrado com as comunidades (...) O líder do PT na Câmara, deputado José Genoíno (SP), também integrante do grupo, defende a inclusão da Amazônia como parte de um projeto nacional do Governo. **O petista disse ter ficado impressionado com a região, mas alertou que a área corre risco de soberania**, por ser extensa, rica em biodiversidade e está próxima a fronteira com a Colômbia. **Genoíno destacou projetos como o Calha Norte, o Sivam** (Sistema de Vigilância da Amazônia), embora defenda um amplo debate sobre a Amazônia”.

“Interesses coletivos — **Políticos propõe mais recursos**” (sub-retranca)

“Calha Norte — Mestrinho sugere emenda individual ao programa” (legenda de foto)

A Crítica, 10 e 11.10.99

A Crítica busca vozes que legitimem a preocupação com a questão de defesa do território até no campo científico. O chefe-geral da Embrapa da Amazônia Oriental relaciona num depoimento à Assembléia Legislativa do Amazonas ciência, narcotráfico, desenvolvimento regional e defesa da Zona Franca de Manaus. A fala do pesquisador agradou tanto que foi alvo de duas matérias na mesma edição.

- “Embrapa — **Plano diretor é apresentado à ALE**” (selo e título)
“Chefe-geral da empresa adverte para o avanço do narcotráfico na região, caso a Zona Franca seja enfraquecida. Setores pesqueiro e agroflorestal são destaques do plano”. (intertítulo)

“Entre os assuntos discutidos destacaram-se o dilema entre manter a Amazônia como região de preservação ambiental, sem explorar seus recursos naturais ou adequá-la à necessidade de sobrevivência do homem, adotando tecnologias de agricultura e pesca. **O chefe-geral da Embrapa Amazônia Ocidental, Eduardo Alberto Morales, criticou a tendência do Governo Federal em investir mais na preservação ambiental do que em pesquisas de agropecuária e piscicultura.** Morales disse que a Embrapa, ao longo dos seus 39 anos de existência, tem esbarrado constantemente na falta de recursos para desempenhar seu trabalho e cobrou uma definição para a Amazônia. **“Ou destinamos essa região para ser patrimônio da humanidade ou partimos para a pesquisa de tecnologia agrícola para melhorar as condições de vida do povo”, disse Morales (...)** Para Morales, se eventualmente, houver um enfraquecimento da Zona Franca de Manaus e a população retornar para o interior, uma das alternativas poderá ser o relacionamento com o narcotráfico, já que existem poucas soluções tecnológicas para o estabelecimento de agronegócios”.

A Crítica, 26.10.99

A discussão sobre “guerrilha”, “narcotráfico”, “cobiça internacional”, acentua a ênfase para vigiar e controlar (verbos frequentes também nas matérias sobre queimadas e desmatamento) não só a região fronteira, mas toda Amazônia, pois, no tratamento usual dado ao território, a região amazônica é uma fronteira. Controle e vigilância são verbos-chaves para falar sobre a Amazônia e são indícios da enorme potência do discurso militar sobre a região, pois vozes de diversos campos sociais comparecem no palco midiático para falar sobre a necessidade de controlar a região.

Lembrando Bertha Becker (1997), “a fronteira é, pois, para a nação, símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-a uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle”.

- “Na Amazônia — **Campanha contra o desmatamento começa hoje**” (selo e título)
 “Prevenção — a Região Amazônica passa a partir deste verão a ser **vigiada por fiscais do Ibama com apoio militar** para serem evitadas queimadas e desmatamento” (legenda de foto)
 A Crítica, 04.08.99
- “Narcotráfico na fronteira — **Operação para ‘fechar’ a Amazônia**” (selo e título de sub-retranca)
 A Crítica, 24.08.99
- “Projetos são reativados — **PF ataca Narcotráfico com rigor**” (selo e título)
 “**Operações ‘Bloqueio’ e ‘Fechamento da Amazônia’** pretendem reprimir com mais severidade as ações de traficantes e até de garimpeiros para o **controle total da região**” (intertítulo)

Rivadavia assinalou que os projetos estavam meio parados por falta de recursos, mas começaram a ser reativados no início deste mês (...) **A Polícia Federal conta com o apoio do Exército no trabalho de fronteira**”.

A Crítica, 26.08.99

- “Fotografar a Terra — **Brasil e China lançam satélite**” (selo e título)

“O satélite sino-brasileiro vai **permitir maior controle do território nacional**, com informações sobre queimadas e desmatamento, plantio e distribuição de drogas e o crescimento de cidades” (intertítulo)

“O ministro da Ciência e da Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, disse hoje, em Brasília, que o CBERS-1 terá funções econômicas, sociais, de defesa e de policiamento. (...) Sardenberg disse que as informações levantadas pelo CBERS-1 serão relacionadas aos dados obtidos pelo Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), possibilitando maior controle do território, especialmente das fronteiras brasileiras”.

A Crítica, 02.10.99

- “Vigilância na Amazônia — **Embraer apresenta avião-radar do Sivam**” (selo e título)

A Crítica, 29.12.99

Além dos narcotraficantes, guerrilheiros e destruidores do meio ambiente, outro personagem é posto sob suspeita nos relatos jornalísticos sobre a região – as ONGs. As questões sobre cobiça internacional, fronteiras e segurança nacional, faz emergir como assunto no jornal A Crítica velhas desconfianças e discursos da elite regional sobre a atuação das ONGs (como ponta de lança de escusos interesses internacionais) e

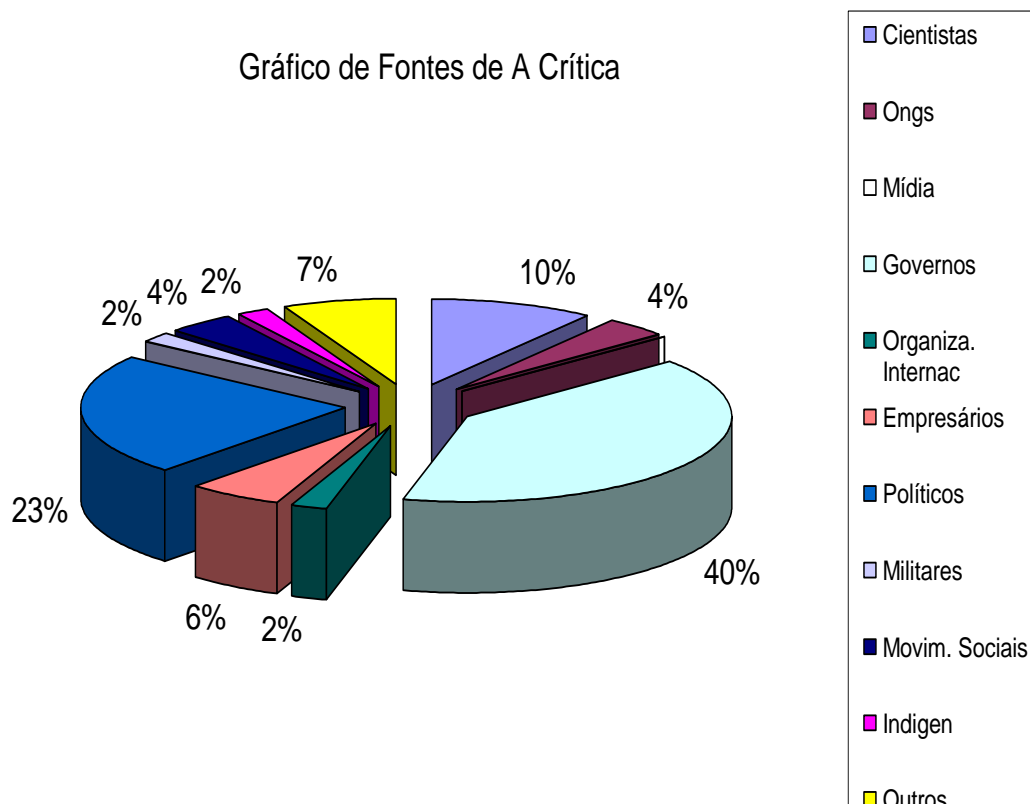
- “Substituindo o estado — Atuação de ONGs cria polêmica” (selo e título)
 “Enquanto o senador Gilberto Mestrinho afirma que as **instituições vivem à custa da Amazônia**, militantes garantem que agem na área em que o governo se omite” (intertítulo)
 “**Governo facilita**” (sub-retranca)
 “**Escola atende crianças carente**” (sub-retranca)
 “**Desenvolvimento sustentável é disputado**” (sub-retranca)
 “**Inflexível — Mestrinho denunciou que poucas organizações não governamentais podem ser consideradas sérias**” (legenda da foto)

“Crítica — ‘Esvaziamento da Amazônia é o objetivo’” (Box)

“O senador Gilberto Mestrinho acusou o Governo Federal de ser conivente com um **plano internacional de esvaziamento da Amazônia**, que teria a finalidade de facilitar a dominação e a exploração da biodiversidade da região. Ele afirmou que 320 ONGs ‘vivem às custas’ da Amazônia e que poucas podem ser consideradas sérias (...) Para o senador, os seis corredores ecológicos instalados na região dificultam o desenvolvimento dos municípios (...) **De acordo com o senador, a Amazônia não foi desvinculada do resto do País até hoje em razão da atuação das Forças Armadas**”.

A Crítica, 06.10.99

Gráfico de Fontes de A Crítica



Vozes que falam sobre a região na Crítica

Apresentamos até agora os pontos que consideramos mais importantes sobre a seleção temática de A Crítica no que se refere à Amazônia, e, embora não tenhamos dado ênfase, já assinalamos algumas das vozes que se manifestam no jornal. Contudo, necessitamos pontuar outras particularidades do jornal de Manaus.

Em primeiro lugar, os definidores primários de A Crítica são autoridades. Fontes governamentais (40%) e políticos (23%) somados chegam a 63% do universo de pessoas acessadas, ou que acessaram o jornal, como fontes. A presença expressiva da manifestação de políticos marca a diferença com outros jornais, além do menor espaço dado as ongs e cientistas. Este dado pode indicar, além da dependência estrutural que o campo jornalístico tem do campo político para gerar notícia, uma tendência conservadora do jornal.

Por outro lado, no universo de fontes de A Crítica consta um segmento da população regional muito falado e mencionado e nada ouvido, a população indígena. Com uma

participação pequena (2%), é verdade. A população indígena se faz representar através de várias entidades (o que reflete, talvez, a multiplicidade cultural do que se costuma considerar como homogêneo – “o índio brasileiro”), e este fato deve dificultar para a mídia localizar uma representação forte que possa ser enquadrada como “a voz” das populações indígenas amazônicas.

As questões relativas às comunidades indígenas têm uma expressão maior do que o espaço dado aos seus representantes, 6%. Pois, nesse item foi incluída a disputa em torno do acesso às terras indígenas, principalmente para exploração mineral, na qual em nenhum momento foi ouvida qualquer liderança indígena. Abaixo, dois exemplos de como esta questão surge no espaço do jornal e de como este enuncia o assunto se posicionando favoravelmente ao pleito.

- “Mapa mineral — **A mina da Amazônia**” (selo e título)

“**Obstáculo — Falta de definição legal inviabilizou projeto de R\$ 6,5 milhões, em São Gabriel da Cachoeira, para exploração de granito**” (legenda de foto)

“**Geólogo critica o rigor da legislação**” (sub-retranca)

“Para o geólogo, **os fatores que mais dificultam a pesquisa e a exploração mineral no País é a legislação ambiental, que é muito rígida**, e impede, por exemplo, que se faça qualquer exploração em áreas indígenas, reservas biológicas, reservas ambientais”.

A Crítica, 01 e 02.08.99

- “Áreas Indígenas — **Comissão aprova exploração mineral**” (selo e título)

“O projeto foi aprovado no senado e agora depende do plenário da câmara para ir à sanção do presidente da República. O CIMI e a oposição questionam” (intertítulo)

“As terras indígenas são tão cobiçadas que existem cerca de 30 mil projetos de pesquisa na fila do DNPM” (legenda de foto)

A Crítica, 13.08.99

Foi difícil manter para os jornais regionais a mesma divisão na abordagem de conteúdo que propusemos para a Folha de São Paulo, pois os assuntos relativos a Amazônia são momentos de intensa elaboração da identidade do território amazônico onde os jornais A

Crítica e O Liberal estão situados. Essa elaboração discursiva salta aos olhos. Desse modo, parte do conteúdo sobre o “local de fala” do jornal já foi adiantada quando abordamos temas e fontes. Todavia, ainda há pontos para sublinhar, listar e considerar. Então, vamos a eles.

A Crítica e seu Lugar de Fala

Os jornais A Crítica e O Liberal se inserem no cenário amazônico a partir de suas localidades, é claro. São ‘amazônias’ distintas com interesses divergentes, algumas vezes. A Crítica, por exemplo, constrói em seus textos essas “divergências” a partir da perspectiva do Amazonas como: o estado conscientemente mais bem preservado, pobre, que mais contribui com a arrecadação federal na região sem a contrapartida devida de investimento da esfera federal e sistematicamente é prejudicado pela concentração de órgãos decisórios da Amazônia em Belém e pelo tratamento discriminatório dado a região em benefício da região Sudeste brasileira (especialmente São Paulo). A proposta defendida por lideranças políticas amazonenses e pelo jornal é consolidar a divisão da região em duas áreas — Amazônia Ocidental e Amazônia Oriental —, cabendo a liderança da Amazônia Ocidental ao Amazonas, centro da região. A título de ilustração da análise referencio abaixo alguns títulos e trechos de retransmissões nas quais aparecem essas elaborações discursivas.

1. **“Fala de FHC — Serafim reclama política dirigida à Amazônia”** (título)
“Gás de Urucu é excelente negócio para a Petrobrás, mas não para o Amazonas, de acordo com a análise do economista” (intertítulo)
 “Cobrança — Serafim lembra de receita” (legenda)

“O economista parte de **duas situações concretas** para fazer sua análise: a de que **o Amazonas é um estado pobre**, com milhares de pessoas ao desabrigo de qualquer ação do Governo Federal e a segunda, que o Amazonas, **mesmo sendo pobre, contribui significativamente para a arrecadação federal em proporções infinitamente maiores do que os investimentos federais no estado**”. (retransmissão)

A Crítica, 31.03.99

2. **“Recursos — Fundo Amazônico: Amazonino acerta com governadores”**
 “Em busca da união, capaz de superar dificuldades que cada um enfrenta, **estados da Amazônia embarcam na idéia do Amazonas e conseguem avanço significativo**” (intertítulo)

“Unidade — O governador Amazonino Mendes **prega a união para escapar do colonialismo na região**” (legenda)

“Ele **disse que a única coisa que pediu a Sarney Filho foi a criação de subsecretarias para cuidar das diferentes áreas da Amazônia**. ‘Tenho experiências sobre o assunto e sei que o que vem de cima para baixo é errado. Veja que somos uma região imensa, com diferenças muito grandes. **Enquanto Roraima tem pastagens naturais, o Amazonas tem 98% de sua floresta preservados**’ ”. (retranca)

A Crítica. 24.04.99

3. **“Amazônia — Belém pode sediar secretaria”**
“Representantes da bancada do Amazonas no Congresso tentam garantir transferência da Secretaria para Manaus” (intertítulo)

“O Ministério do Meio Ambiente está estudando a possibilidade de transferir para uma capital do Norte, provavelmente para Belém, a sede da Secretaria de Coordenação da Amazônia, que hoje funciona em Brasília. Na quinta-feira, o senador Jefferson Péres (PDT/AM) e a deputada Vanessa Grazziotin (PC do B/AM), estiveram reunidos com o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, e insistiram que se a transferência for efetivada, o mais correto seria trazer a Secretaria para Manaus (...) **Vanessa Grazziotin observa que Manaus é o centro geográfico da região, e que os amazonenses já têm sido desprestigiados com as escolhas anteriores feitas pelo governo, que normalmente privilegiam Belém**”. (retranca)

A Crítica, 2 e 3.05.99

O jornal A Crítica, também, enquadra as discussões de desenvolvimento regional dentro do contexto da “Amazônia como território cobiçado por suas riquezas e ameaçado de internacionalização”. O texto também está eivado pelo discurso das desigualdades regionais.

4. **“Já está no Congresso — Um plano para a Amazônia”**
 “Apresentado ontem, o Plano de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental prevê a captação de recursos a partir da elevação do IPI para produtos fabricados na Zona Franca de Manaus” (subtítulo)

“Amazônidas aprovam idéia” (título da sub-retranca)

“O governador de Roraima, Neudo Campos, disse ontem, na Comissão de Economia e Finanças da Câmara, durante o seminário que discutia o Programa Plurianual de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, que **São Paulo precisa deixar que outros estados cresçam**, e defendeu o acirramento da guerra fiscal

para estimular a implantação de indústrias nos estados mais pobres do Norte e Nordeste do País. Para Neudo, **se os estados ricos impedirem os pobres de exportarem produtos, eles vão exportar gente, miséria e violência**". (sub-retranca)

“Elevação de imposto — **Fundo pode ter verba de R\$ 700 milhões**”(box)

“ ‘Esse é o preço que a sociedade tem que pagar pela conservação da Amazônia’, vice-governador do Amazonas, Samuel Hanan” (legenda de foto)

“O que dizem sobre a Amazônia” (Box)

“ ‘Se os países desenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas’, Margareth Thatcher, 1983, ex-primeira-ministra da Inglaterra;

‘Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós’, Al Gore, 1989, vice-presidente dos Estados Unidos;

‘As nações desenvolvidas devem estender o domínio da lei ao que é comum de todos no mundo. As campanhas ecológicas internacionais sobre a região amazônica estão deixando a fase propagandística para dar início a uma fase operativa, que pode, definitivamente, ensejar intervenções militares diretas sobre a região’, John Major, 1992, ex-primeiro-ministro da Inglaterra;

‘Caso o Brasil resolva fazer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente nos Estados Unidos, temos de estar prontos para interromper esse processo imediatamente’, Patrick Hugles, chefe do órgão central de informações das Forças Armadas Americanas, em 16 de abril de 1998 (Fonte: Veja, 22.04.98);

‘O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes’, Mikahil Gorbachev, 1992, ex-presidente da extinta União Soviética”.

A Crítica, 20.08.99

3.2.4) O LIBERAL

O jornal O Liberal é o diário mais lido de Belém, e o veículo mais antigo das Organizações Rômulo Maiorana — ORM. Segundo seus próprios anúncios publicitários, O Liberal domina mais de 80% do mercado consumidor de notícias jornalísticas do Pará, o estado mais populoso da Região Norte e um dos que comportam as maiores taxas de desmatamento, além de apresentar uma base de atividades econômicas mais diversificada e onde, também, está localizado o maior número de empreendimentos de infraestrutura concebidos ou incentivados pelos governos militares (hidrelétricas, projetos minerários, agropecuários, rodovias, etc).

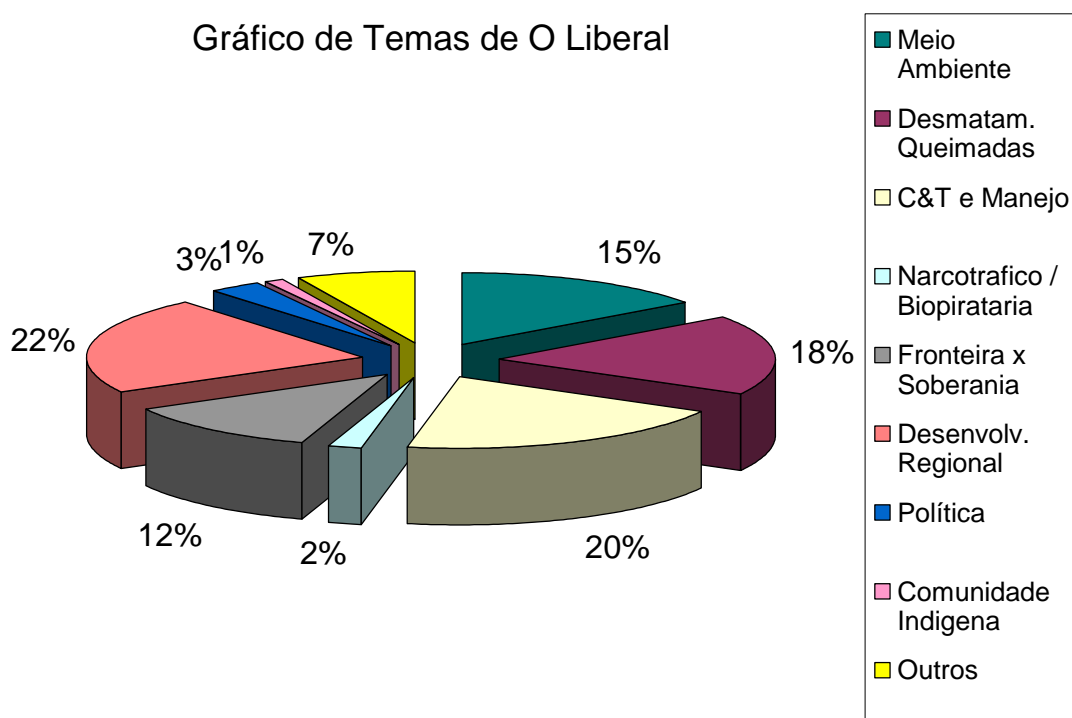
A apresentação do mundo segundo a estrutura do jornal Liberal é feita através dos cadernos Atualidades (onde se encontra assuntos ligados à cidade, saúde, ciência, Brasil, educação), Painel (política, economia e mundo), Cartaz (cultura) e Esportes (que inclui também polícia). A diagramação do jornal é agradável, embora mais simples que os outros dois veículos estudados. A titulação muitas vezes é composta apenas de um título principal, ou, no máximo, este é acompanhado de um subtítulo. Não é freqüente o uso de selos e infográficos. A ilustração mais recorrente é a fotografia.

Sessenta por cento das informações publicadas sobre a Amazônia no jornal “O Liberal” está no caderno Atualidades, e logo após vem o caderno Painel (31%). Os 9% restantes se distribuem entre o caderno Cartaz e nos suplementos especiais. Dos seis meses estudados⁴¹, março apresentou o maior pico de notícias, 25%. Entretanto, o maior volume de informações foi publicado no segundo semestre (60%), sendo que o maior índice ficou equilibrado entre agosto (20%) e outubro (21%).

Em março o jornal teve uma grande movimentação em virtude dos acalorados debates em torno da ação do Ministério do Meio Ambiente, que enfocaremos no próximo capítulo. Já no mês de agosto, a pauta jornalística ficou bastante dividida entre assuntos vinculados as questões ambientais, como a operação Amazônia Fique Legal do Ibama e propostas de licitação de florestas, reivindicações em torno de recursos para a Transamazônica e assuntos de ciência e tecnologia. Contudo, no final do mês começou uma inacreditável série de artigos sobre “invasão e internacionalização da Amazônia” que se estendeu até setembro. No mês de outubro, a pauta ficou dividida entre ciência, meio ambiente e desenvolvimento regional. Agora, vamos aos gráficos, ver como fica a divisão do noticiário no Liberal.

⁴¹ Conforme explicamos no início deste capítulo, na seção sobre metodologia, aplicamos para O Liberal o mesmo critério de A Crítica, todavia, para fazer um paralelo com A Folha e ter uma perspectiva do início do ano coletamos as duas primeiras matérias de janeiro e fevereiro. Além disso, selecionamos no mês de setembro uma série de artigos que tiveram início em agosto.

Gráfico de Temas de O Liberal



O tópico “meio ambiente” (15%), somado com “desmatamento e queimadas” (18%) e “ciência & tecnologia e manejo” (20%), chega a 53% do universo de artigos produzidos pelo O Liberal sobre a Amazônia. Como a Folha de São Paulo, embora em proporções diferentes, o jornal O Liberal também enfatiza as questões ambientais e as explicações científicas, todavia o enquadramento é diverso. O ambiente, geralmente, é abordado como aspecto que facilita ou problematiza o desenvolvimento regional.

Qual é o papel reservado para a ciência na história cotidiana da Amazônia pelo jornal de Belém? Ela ajuda primordialmente a resolver impasses entre a conservação ambiental e as necessidades de desenvolvimento dos setores econômicos mais importantes, é convocada também como autoridade para legitimar ou não propostas de regulamentação do uso de recursos naturais. Além disso, a pesquisa científica pode revelar detalhes sobre: a biodiversidade, o funcionamento da floresta e as consequências da desordem ecológica.

No enquadramento do jornal, a atuação de ONGs ambientalistas que auxiliem na divulgação de técnicas de manejo cumpre igualmente uma função didática, embora seja usual demarcar o fato delas ou não serem de origem brasileira ou serem financiadas com recursos internacionais. Nos dois primeiros exemplos vamos apontar duas notícias que estão relacionadas na mesma página do jornal e que foram geradas a partir da suspensão pelo Ibama de todas as autorizações para exploração, beneficiamento, transporte e comercialização de mogno no sul do Pará.

- **“Engenheiro diz como salvar mogno”** (título)
 “Pesquisa e prática ainda estão muito dissociadas, mas **situação muda se madeireiros acessarem os novos métodos**” (intertítulo)
“Ouro Verde — O mogno ainda tem muitas reservas no Pará, garante Natalino, que tem método de manejo para preservar a espécie” (legenda de foto)
 “A falta de projetos de manejo sustentado de madeira com participação direta dos produtores tem estimulado o ataque indiscriminado à floresta para a retirada de espécies nobres, principalmente o mogno. (...) Nessa entrevista a O Liberal, José Natalino Silva aborda a retirada de mogno das áreas indígenas, entendendo que a exploração através de manejo resolveria diversos problemas, beneficiando a índios e madeireiros”.

- “Americanos ensinam como explorar”** (sub-retranca)
 (...) Além de provocar debate sobre a questão, a FFT começou a reunir entidades e pesquisadores para criar uma metodologia de trabalho que irá fornecer subsídios para a nova legislação sobre o mogno (...) **‘Nosso objetivo é ensinar os madeireiros da região a extrair a madeira sem criar grandes danos à floresta’**, afirma Amaral, informando que a FFT foi pioneira em dar cursos para engenheiros florestais recém formados”.
 “O bê-a-bá — extração convencional e de baixo impacto” (box)
 O Liberal, 03.01.99

O Liberal se preocupa repetidas vezes em apontar os culpados pelas taxas crescentes de desmatamento. Na maioria das vezes, todavia, os responsáveis apontados pelas matérias jornalísticas são os pequenos agricultores. A responsabilidade em apontar normalmente aparece na fala de fontes citadas no texto.

- **“Dobram os casos de malária no Amazonas”** (título)
“Vítimas — a população indígena do estado é a mais atingida. FNS culpa os desmatamentos” (legenda de foto)
 “De acordo com o chefe do escritório da Fiocruz em Manaus, Luciano Toledo, **os maiores responsáveis pelo desmatamento e, conseqüentemente, pelo aumento da malária, são as madeireiras, os garimpeiros, a modernização agrícola, as frentes de assentamento e o crescimento desenfreado da periferia** de Manaus, que avança floresta adentro. O motivo é o mesmo: ao promoverem um desmatamento desordenado, lançam vegetação nos rios, represando-os e formando pequenas lagoas. ‘Esses locais são ideais para o mosquito procriar’, explicou Toledo”.
 O Liberal, 23.03.99
- **“Floresta arde em segredo — Incêndios rasteiros devastam a mata sem ser notados nem pelos satélites”** (título e subtítulo)
 “A **destruição** das florestas na Amazônia deve ser quase o dobro da taxa anual divulgada pelo Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). São imperceptíveis às imagens de satélites os **desmatamentos feitos por 8 milhões de pequenos agricultores que vivem na região**. Esses argumentos constam do livro “Floresta em Chamas”, que está sendo lançado, em Brasília, pelo Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), com o patrocínio do Banco Mundial (...) **A mesma pesquisa revelou que um quinto do desmatamento foi praticado por pequenos proprietários**”.
 O Liberal, 12.04.99

A suspeita da existência de outros interesses por trás de convênios internacionais também alcança o campo da ciência. E essa sugestão pode estar implícita ou não. Desse modo, repete-se no Liberal, e de certo modo com mais vigor, a tendência já observada na Crítica. A seguir, apresentamos os exemplos de textos onde observamos essa elaboração discursiva. Atentamos para uso das aspas como recurso para ironizar a fala transcrita.

- **“Floresta amazônica ajuda indústrias ao absorver gás”**
 A maior floresta tropical do mundo pode ajudar no crescimento da indústria no Brasil pela constatação de cientistas nacionais, da Europa e dos Estados Unidos de que as florestas na Amazônia estão absorvendo em grande quantidade o fluxo de gás carbônico produzido aqui. (...) Um dos coordenadores do projeto, que integra, também, o Comitê Superior do LBA, **professor Paulo Artaxo, disse que não se trata de uma espionagem científica no coração da Amazônia**. A reunião de tantos pesquisadores **é apenas, segundo ele, “uma cooperação internacional”** que começou a ser colocada em prática desde janeiro deste ano. ‘A ciência, assim como a economia, está internacionalizada’, reforçou (...) Paulo Artaxo, que é professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP), revelou que este é o maior e mais importante ‘experimento ambiental feito em qualquer região do mundo’. **A importância do LBA Ecologia se traduz nos financiadores que estão por**

trás dos cientistas. Ninguém menos do que a Comunidade Econômica Européia, a própria Nasa, o governo brasileiro e suas principais instituições de fomento à pesquisa”.

O Liberal, 20.04.99

- “Meio Ambiente — **Licitação de florestas sob análise**” (título)
 “A proposta lançada esta semana pelo vice-governador Hildegardo Nunes, que prevê a licitação de florestas no Pará para exploração madeireira, em regime de concessão, não sofre, em princípio qualquer objeção dos empresários do setor”.
 “A licitação de florestas nativas agrada, mas também preocupa os madeireiros do Pará” (legenda de foto)

“Proposta reduz ilegalidades” (sub-retranca)

“Mestre em ecologia florestal, fazendo atualmente o curso de doutorado na matéria, o pesquisador **Samuel Almeida, do Museu Paraense Emílio Goeldi, considera que a licitação de florestas**, para exploração madeireira sob regime de concessão, **poderá ser no futuro uma alternativa eficaz** para o aproveitamento racional dos recursos florestais da Amazônia sem riscos maiores de devastação”.

O Liberal, 22.08.99

O tópico “fronteiras e soberania nacional” também conta um espaço significativo em O Liberal e se vincula ao tema “ciência e tecnologia” numa curiosa série de artigos especiais que fogem ao usual estilo de O Liberal. Os artigos chamam a atenção pelo vigor com que atacam os convênios científicos internacionais, prioritariamente o LBA. Além disso, as matérias são artigos opinativos que se apresentam como informativos sem explicitar qualquer fonte de informação. O mais esclarecedor é o posicionamento do autor, um jornalista que não pertence a equipe do jornal, que defende, sem nenhum pudor, um projeto de sua autoria submetido a financiamento no Ministério da Ciência e da Tecnologia. Interessa sublinhar o enorme espaço dado pelo Liberal a este assunto e as marcas enunciativas utilizadas pela edição do jornal, também eivadas do discurso de “cobiça estrangeira e internacionalização”. Nos discursos também nota-se formas de nomenclatura da região que ressaltam sua grandeza. Vamos pontuar alguns títulos dessa série especial sobre “a invasão da Amazônia” :

- **“Invasão da Amazônia — Projeto LBA é a cabeça de ponte”** (selo e título)
 “Com a mesma disposição e sem cerimônia com que bombardeia o Iraque e a Iugoslávia, jogando seus poderosos torpedos ‘*tomhawk*’, **Bill Clinton está**

invadindo a Amazônia, materializando a **décima ação de cobiça em cima da maior e mais importante floresta tropical da terra**, a quem os brasileiros dedicam, apenas, um amor folclórico ...”

“Parte da conta fica com o Brasil” (sub-retranca)

“Alternativas à invasão da Nasa” (sub-retranca)

O Liberal, 29.08.1999

- “**Invasão da Amazônia — Banco genético gera cobiça**” (selo e título)
“Pesquisadores da Nasa são a vanguarda do interesse americano sobre as informações genéticas” (intertítulo)
O Liberal, 30.08.1999
- “**Invasão da Amazônia — Nasa tem um torpedo pronto**” (selo e título)
“No ajuste, Soberania nacional é esquecida” (sub-retranca)
O Liberal, 31.08.1999
- “**Invasão da Amazônia — Brasil entrega patrimônio genético**” (selo e título)
“Ministério da Ciência e Tecnologia precisa rever acordo do LBA, para proteger os interesses nacionais” (intertítulo)
O Liberal, 02.09.1999

As matérias sobre Invasão da Amazônia provocam a reação de pesquisadores participantes do LBA, que reagem as contra as afirmações de que está havendo espionagem internacional. A declaração dos pesquisadores foi publicada de forma discreta no interior do jornal.

- “**Pesquisadores saem em defesa do projeto LBA**” (título)
- “Um grupo de pesquisadores de diversas entidades envolvidas com o LBA – Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera da Amazônia – enviou, esta semana, correspondência a O Liberal, contestando informações contidas na série de reportagens feitas por Roberto Gueudeville acerca do projeto (...) ‘O LBA não é um experimento sobre biodiversidade. Apesar da reconhecida importância dos recursos naturais da Amazônia, associados a notável complexidade ecológica, o eixo científico do LBA é sobre o entendimento da biosfera com a atmosfera. Esse é o outro equívoco que o jornalista comete na série de reportagens. Não resta dúvida na cabeça de ninguém que realmente conheça a história do LBA e sua relevância científica para o país, que sua liderança é do Brasil. Esse fato é aceito integralmente pelos parceiros internacionais’.”

O Liberal, 09.09.1999

As matérias que se enquadram no tópico “desenvolvimento regional” focalizam a agricultura (especialmente as potencialidades da soja), assuntos de infraestrutura (hidrelétrica de Tucuruí, Transamazônica, etc) e principalmente questões relativas ao setor madeireiro. A

indústria madeireira é o setor da economia que teve maior destaque no período estudado e que mostrou uma grande capacidade de agendamento de O Liberal e da A Crítica (como poderemos observar no próximo capítulo).

Vamos aos exemplos do tópico “desenvolvimento regional”, privilegiando os assuntos econômicos relativos a setores que provocam polêmicas com agentes mais ligados às questões ambientais. O jornal enuncia o assunto abrindo um espaço privilegiado para o setor madeireiro se posicionar. O texto jornalístico desqualifica os dados provenientes das ONGs usando linguajar chulo ou utilizando falas dos representantes dos setores madeireiros. O discurso adotado no texto reproduz citações familiares aos discursos anti-ecológicos. Na guerra discursiva para caracterizar quem são os verdadeiros culpados pela destruição da floresta mais uma vez se investe contra os pequenos produtores.

- **“Guerra no setor madeireiro”** (título)
“Madeireiros e ONGs divergem sobre a quantidade de madeira extraída ilegalmente da Amazônia” (intertítulo)
 “Veja o ranking nacional de exportação de madeira” (título de quadro)
 “Produção dos EUA é maior que a do Brasil” (sub-retranca)
 “Pará registra queda na exportação de madeira” (sub-retranca)

“Uma série de estatísticas divulgadas ao longo do tempo por Organizações Não Governamentais (ONGs) sobre o setor madeireiro na Amazônia faz de uma das principais atividades econômicas do Pará uma verdadeira zorra numérica(...) O presidente do IV Congresso e vice-presidente da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Pará (Aimex), Roberto Puppo, é um dos primeiros a contestar os números divulgados pelas ONGs (...) Roberto Puppo afirma que, além de haver um exagero quando se fala dos números que cercam a indústria da madeira no Pará, ocorre um certo interesse de pessoas que são contra o desenvolvimento do Estado. “ ‘O Pará tem seu desenvolvimento ligado à indústria madeireira, à agricultura e à mineração. Mas só a imagem de uma árvore caindo no meio da mata é que causa um impacto na sociedade’, afirma(...) O presidente da Aimex, Elias Salame, também contesta os números das ONGs e diz que ‘todos os ecologistas que se opõem à atividade madeireira comem bife numa mesa de madeira e a primeira coisa que fazem para entrar em casa é abrir a porta, que também é de madeira’. ‘O problema do desmatamento e do desperdício não é do madeireiro, mas sim do posseiro, que desmata para

demarcar a terra, e do grileiro, que derruba árvores para fazer pasto’, acusa Salame”. (retranca)

O Liberal, 24.10.99

Há um aspecto que é necessário chamar a atenção nos relatos jornalísticos sobre os processos de desflorestamento da Amazônia, pois identificam o tratamento dado pelo jornal aos segmentos marginalizados nos processos produtivos e que já se apresenta nos discursos das matérias citadas acima (podemos observá-lo no final do texto da retranca principal no primeiro exemplo e no final da citação da sub-retranca do segundo exemplo).

Há uma tendência a enfatizar, dar relevo, a responsabilidade dos pequenos agricultores nas queimadas e desmatamentos da floresta nativa, e, como acabamos de assinalar nos exemplos acima, essa construção discursiva não fica restrita a artigos sobre queimadas e meio ambiente. Por outro lado, em uma matéria sobre a várzea e suas terras férteis é projetado o discurso da incapacidade do ribeirinho em aproveitar de forma adequada os recursos da terra, construindo um efeito de sentido acerca do “desperdício da iniciativa de dar terras tão produtivas a pessoas incapazes de explorá-las”. A seguir, exemplificamos esse tratamento:

- **“Governo reconhece posse”** (título)
 “Regularização — Sonho de milhares de ribeirinhos começa a se concretizar com os títulos de posse” (legenda de foto)
A região de várzea é uma área enorme não somente no tamanho como também em potencial agrícola(...) (retranca principal)

“Terras férteis e subutilizadas” (sub-retranca)

“Paradoxo — a fertilidade da terra não é transformada em riqueza; a agricultura é de subsistência” (legenda de foto)

“Tendo uma área estimada em 8,5 milhões de hectares em toda a Amazônia, as várzeas são áreas de terras inundadas anualmente pelo rio Amazonas(...) Isso acaba por ocasionar uma elevada fertilidade do solo, tornando-o uma reserva potencial à produção agropecuária (...) Nessa área, a agricultura desenvolvida é a de subsistência, em escala produtiva reduzida, com 2 hectares em média, sendo cultivados principalmente o arroz, o milho e o feijão. Entretanto, iniciativas recentes de utilização agrícola da várzea em escala comercial vêm sendo realizadas. Há poucos anos, seis empresários de Santarém exploraram

cerca de 2.400 hectares de arroz irrigado, obtendo a produtividade de 7.500kg/ha, excelente para os padrões nacionais. **As várzeas, segundo os técnicos, é caracterizada por um grande paradoxo: apesar de solo comprovadamente fértil, abriga em grande parte famílias desprovidas de conhecimento tecnológico, de capital e até mesmo de ambição na busca de soluções que resultem na melhoria de suas condições de vida”.**

O Liberal, 21.03.99

O texto abaixo é mais sutil na sua caracterização da ineficiência da pequena agricultura familiar. A estratégia deste texto é trabalhar com imagens opostas: a atividade empresarial tem impulso e dá saltos, quanto os pequenos produtores desenvolvem culturas de subsistência e são descapitalizados, futuramente, dependendo das iniciativas governamentais, eles poderão aumentar o rol de marginalizados nas grandes cidades. Mas, para variar, lá no final do texto está de novo a caracterização desse segmento como o grande desmatador.

- **“Soja ganha impulso na Amazônia”** (título)

“A cultura da soja no Brasil prepara-se para dar mais um salto, conquistando sua última fronteira: a Amazônia (retranca principal)

“Cooperativa é a saída para produtores” (sub-retranca)

“A mudança do perfil de utilização da terra na região traz um dilema social para o município. A região abriga muitos pequenos produtores, que vivem da fruticultura e de culturas de subsistência. A tendência é que eles vendam suas terras para produtores mais capitalizados. Como viverão depois disso? ‘Precisamos impedir que esses pequenos produtores venham para a cidade e sejam marginalizados’, afirma o produtor Francisco Quincó, que é também um dos líderes dos fazendeiros da região. Ele está propondo ao governo paraense um projeto para agrupar todos os pequenos em uma única grande área, para que trabalhem em sistema de cooperativa. **‘Se existir um bom projeto, esses pequenos produtores vão até reduzir o desmatamento nas áreas em que trabalham’, alega.**

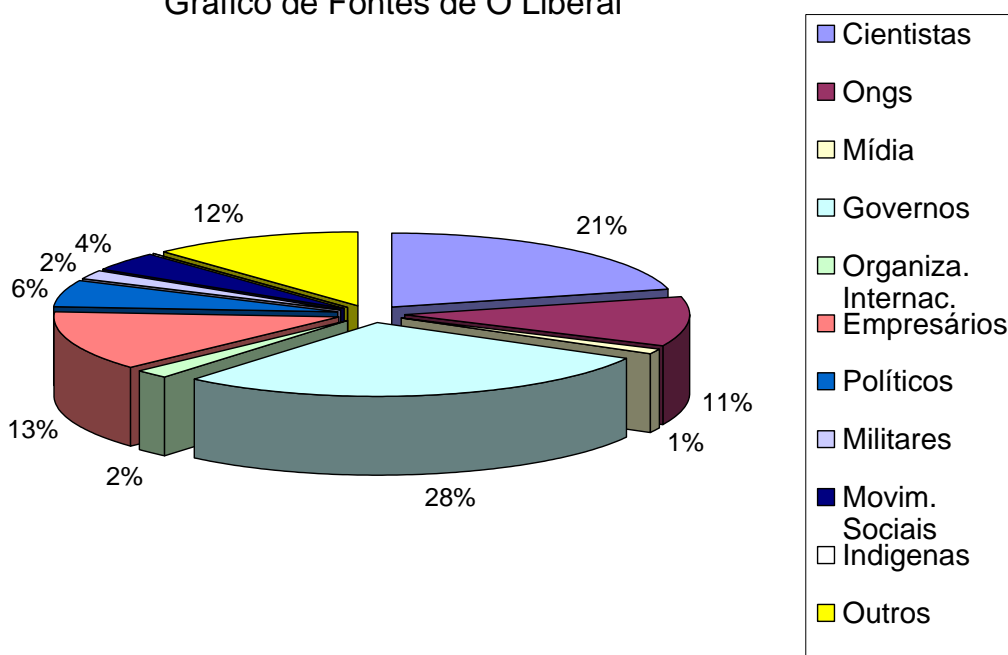
O Liberal, 05.04.99

Outra tendência observada em O Liberal é valorizar, nas matérias sobre fiscalização, controle e vigilância da região, a presença das Forças Armadas colaborando com o Ibama ou sendo o agente principal de notícias sobre a segurança das fronteiras, além de provedor de

assistência médica-hospitalar para as populações amazônicas que habitam as distantes regiões fronteiriças, como está caracterizado na matéria abaixo;

- **“Exército deve reduzir ação social na região amazônica”** (título)
 “Verbas – Os comandantes militares da Amazônia reunidos em Belém: aperto no orçamento da Arma”. (legenda de foto)
 “O general falou das readaptações que precisarão ser feitas em função do corte orçamentário e destacou que é preocupante a limitação de recursos, principalmente nas áreas de fronteira da Amazônia. Além da segurança, outros serviços prestados pelo Exército, na área de assistência social, estarão comprometidos(...) ‘No hospital do Exército de São Gabriel da Cachoeira (AM), 90% dos atendimentos são da população civil e populações indígenas’. Ele lembrou ainda que os pelotões têm grande atividade também na zona rural da região amazônica e terão que ser feitas readaptações para a manutenção das ações nessas áreas”.
- O Liberal, 10.02.99

Gráfico de Fontes de O Liberal



Quem fala no jornal O Liberal sobre a Amazônia

Quem são os definidores primários no jornal O Liberal? Fontes governamentais (28%) e empresários (13%) representam 41% do universo de fontes principais do jornal. Os dois setores demonstram uma fina sintonia entre os temas que mobilizam e os discursos que apresentam sobre a região e o Pará, em particular. Em segundo lugar temos os cientistas (21%) e depois as Organizações Não Governamentais (11%), estas compõem um universo

plural que abrange as organizações que atuam no campo científico (Ipam e Imazon), as ambientalistas (como Sopren, Greenpeace, WWF, Amigos da Terra, FFT e Imaflora) e as que atuam junto aos pequenos agricultores, como o Faor.

A classe política aparece como fonte mais importante em 6% das matérias que abordam a Região Amazônica e entre os assuntos que levam para o espaço midiático estão problemas da ordem da infraestrutura do Estado (energia e Transamazônica, principalmente), a organização do Parlamento Amazônico, Basa e a política ambiental, no sentido que esta pode ser um problema para o desenvolvimento da Amazônia.

As fontes científicas citadas no jornal são, primordialmente, instituições nacionais e ONGs de pesquisa. Entre os institutos destaca-se o Museu Paraense Emílio Goeldi, a Embrapa, o Inpe, o programa LBA e a USP. Além deles, aparecem também Inpa, a Universidade Federal do Pará, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) e a Faculdade de Ciências Agrárias do Pará.

O jornal pouco fala das comunidades indígenas (1%) e não dá nenhum espaço para as lideranças indígenas se manifestarem. Também não encontramos nenhuma matéria com ribeirnhos e pescadores. Os urbanitários e a Fetagri são os representantes dos movimentos sociais que mais se expressam no Liberal.

O Lugar de Fala de O Liberal

O primeiro aspecto que se sobressai na construção da Amazônia pelo jornal Liberal é que dos 106 artigos coletados, apenas 15 apresentam os termos Amazônia ou Região Amazônica ou amazônico nos títulos das matérias. Portanto, não há uma preocupação constante em se identificar como Amazônia por parte do jornal O Liberal, tendência oposta do

que observamos em A Crítica. A construção dessa identidade do Pará como Amazônia pode ser observada geralmente nas matérias sobre Turismo e Cultura.

O jornal Liberal, nos artigos coletados para a análise, não apresenta nenhum conflito de interesses explicitamente com Manaus ou o estado do Amazonas (há com o Maranhão). Todavia, a divergência de interesses aparece na análise temática quanto à importância dada ou no silêncio quanto a assuntos importantes para o estado vizinho, como o destino da Zona Franca de Manaus, o Plano proposto pelo estado amazonense para o desenvolvimento da Amazônia Ocidental e a presença de guerrilheiros e traficantes na fronteira do estado.

A Amazônia que aparece nos espaços informativos do jornal Liberal é a fronteira para o desenvolvimento econômico, principalmente. Espaço exuberante, que contém recursos potencialmente geradores de riquezas - alvo da cobiça internacional. O território é controlado e fiscalizado pelas Forças Armadas, abandonado pelo governo federal (na maioria das vezes) e elucidado pela ciência e a tecnologia que têm competência para apontar soluções que resolvam os conflitos entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental. A seguir, assinalamos alguns momentos em que observamos essas construções discursivas, além das que já pontuamos nas páginas anteriores.

1) Identificações -

- **“Alixia expõe obras sobre a Amazônia”** (título)
 “Para o artista, a exposição é uma ‘leitura semiótica sobre a **natureza amazônica, com seus animais, plantas e tribos indígenas**’. Um olhar que **procura o signo da identidade regional**, buscando uma certa universalidade”.
 O Liberal, 04.03.99
- **“Pará aposta alto no potencial turístico”** (título)
 “O turismo é a indústria mais promissora do Pará no próximo século. E o Estado está procurando fazer jus ao seu próprio potencial. O secretário especial de Produção, Simão Jatene, alinhava um conjunto de projetos que está sendo tocado (...) que, se implementado, poderá **fazer o Estado saltar para a condição de ser a porta preferida de entrada da Amazônia Legal**”.
 O Liberal, 21.03.99

2) Região abandonada pelo governo federal

- **“Transamazônica exige atenção – Organizações populares promovem hoje em Altamira manifestação de protesto”** (título e subtítulo)

“Os coordenadores do movimento pretendem levar para Altamira jornalistas de todo o País, para **denunciar o isolamento em que se encontra a BR-320, que há 27 anos espera do governo federal as obras de pavimentação**”.

O Liberal, 10.08.99

4) Segurança do Território -

- **“Alerta na fronteira com a Colômbia– Tropas do Comando Militar da Amazônia reforçam vigilância na fronteira** para evitar a entrada no Brasil da guerrilha colombiana” (título e intertítulo)

O Liberal, 09.08.99

- **“Operação começa dia quatro – Forças Armadas estão prontas para **fiscalizar e controlar desmatamentos**”** (título e subtítulo)

O Liberal, 13.08.99

5) Preocupação com a cobiça internacional e saque dos recursos-

- **“Ministro sugere medidas para conter biopirataria”** (título)
 “O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, afirmou ontem que **o país não tem capacidade para controlar a evasão de recursos biogenéticos da Amazônia(...)** ‘Para compensarmos essa perda , só vejo uma saída: contrapor a biopirataria a bioprospecção’, propôs o ministro(...) somente por meio do conhecimento poderemos obter o domínio sobre os nossos recursos, sobre o nosso valiosíssimo patrimônio genético’, afirmou. O ministro participou ontem do Seminário Amazônia – A Cobiça Internacional, promovido pela Escola Superior de Guerra (ESG)”.

O Liberal, 25.12.99

Avaliações do Noticiário Pesquisado

Após a análise do material estudado, quando procuramos particularizar as estratégias enunciativas de cada jornal para abordar os problemas amazônicos, e considerado a trajetória esboçada no capítulo II, concluímos que os discursos existentes não se anulam, mas se sobrepõem ou se complementam. O reforço de um ou de outro, depende da situação. Os diferentes sentidos provenientes de diversas falas institucionais, reorganizados e tornados visíveis pela mídia jornalística, concorrem para transformar a Amazônia num território que comporta diferentes investimentos simbólicos..

Assim, nas páginas dos jornais aparece a Amazônia, como área misteriosa e vazia a ser descoberta, definitivamente ocupada e incorporada a Nação brasileira; como solução para problemas de outras regiões e fonte de riquezas para o país e para o mundo; como lugar exótico e distante, antítese da civilização ocidental; como exemplo de barbarismo ambiental que tem implicações a todo planeta; como espaço que abriga o maior reservatório de diversidade de formas da vida na Terra; como símbolo que mobiliza a opinião pública mundial, provocando uma pressão internacional sobre o governo brasileiro no sentido de que este adote medidas para sua conservação; como fonte de cobiça internacional e ameaça a soberania nacional; como região aviltada pelas desigualdades regionais e esquecida pelo governo brasileiro; como região “engessada” pelo discurso ambientalista, que esconde “outros interesses” contrários ao desenvolvimento regional, como região que deve ser defendida (esta defesa é diversificada, tanto pode ser dos interesses que desejam expropriá-la da nação brasileira, dos saque dos seus recursos naturais, do processos desenvolvimentistas que alteram radicalmente sua condição de floresta) etc.

A multiplicidade de discursos reflete o percurso histórico da região e as disputas das várias instituições e agentes para significá-la. Fausto Neto (1999) em suas pesquisas sobre a cobertura noticiosa da AIDS, observa a construção de “um significante com várias dimensões, resultado das diferentes construções de sentidos realizadas pelas estratégias de várias instituições”, que disputam o poder de falar sobre e realizam transações no contexto do espaço público. No dizer deste autor, entre “as prerrogativas da mídia nos processos de tornar compreensível as temáticas, está a de organizar e classificar os diferentes saberes institucionais de acordo com suas próprias regras, oferecendo aos seus leitores suas próprias

construções”⁴². No próximo capítulo iremos observar como a mídia opera esta disputa entre campos.

Como falamos no início deste capítulo, os jornais no decorrer de seu processo produtivo lançam mão de um repertório de narrativas e de estratégias já consolidados para abordar as questões pertinentes a Amazônia. Este espaço de construção discursiva está relacionado ao seu lugar geográfico e a sua posição de enunciação. Os temas e fontes escolhidos e os enquadramentos das matérias aparecem como marcas dessa posição.

Além disso, alguns dados confirmam as linhas gerais dos estudos sobre a mídia jornalística, como o espaço privilegiado dado às autoridades governamentais e setores economicamente mais poderosos.

⁴² FAUSTO NETO, A. **Comunicação & Mídia Impressa: estudos sobre a AIDS** São Paulo: Hacker Editores, 1999.

CAPÍTULO IV – O JORNAL COMO ARENA – AGENDAMENTO E EMBATE DAS INSTITUIÇÕES EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Todo discurso já é uma fala que fala com outras palavras, através de outras palavras.

Para Pêcheux, o discurso é efeito de sentidos entre locutores. Compreender o que é efeito de sentidos é compreender que o sentido não está (alocado) em lugar nenhum, mas se produz nas relações: dos sujeitos, dos sentidos (...).

Eni Pulcinelli Orlandi, *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*.

O fenômeno do agendamento produzido via ação midiática importa para a compreensão do funcionamento da sociedade contemporânea, principalmente as organizadas sob o regime democrático. Pois, como bem explica Wilson Gomes, “a democracia deliberativa, enquanto se apóia na expressão discursiva, estabelece relações fundamentais com o espaço discursivo predominante, a cena midiática”⁴³. Logo, um rico filão dos estudos de agendamento relaciona comunicação e política, e percebe o espaço noticioso como palco de uma luta simbólica em torno da construção dos acontecimentos e das questões. O jornal, mais do que um local, é uma força organizadora dos discursos.

Antônio Fausto Neto (1999), ao apresentar os resultados de uma extensa pesquisa sobre as estratégias de comunicação empregadas na construção da AIDS no noticiário nacional, analisa que diferentes campos e saberes com suas respectivas instituições “travam ‘disputas’, segundo rituais próprios voltados para práticas de produção, circulação e de recepção de sentido, segundo regimes técnicos, estéticos e éticos próprios”. Para este autor,

⁴³ GOMES, W. “Esfera Pública Política e Media – II”. In Rubim, A.A., Bentz, I., Pinto, M. (org) *Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea*, São Leopoldo (RS), Editora Unisinos, 1999, p. 203 –231.

bem como para Wilson Gomes (1999), o campo das mídias é um dispositivo privilegiado de construção dos modernos processos de visibilidade social.

Conferir aos “regimes de discursividade um papel central na maneira com que as instituições desenvolvem estratégias de produção e efeitos de sentido, permitem entender de outro modo o conceito de ‘espaço público’, apoiando-se em formulações relativas ao continente da linguagem e dos seus respectivos funcionamentos. Nestes termos, entende-se a noção de espaço público como um âmbito que se estrutura a partir do conjunto de práticas simbólicas desenvolvidas por diferentes redes que tomam formatos a partir de diferentes rituais e procedimentos mobilizados pelas competências das instituições nos âmbitos do poder, do saber e do fazer” (Fausto Neto, 1999).

No presente capítulo vamos observar como a mídia jornalística, em seu processo de produção, tenta controlar o debate sobre a Amazônia, utilizando como exemplo um acontecimento que gerou material jornalístico durante dois meses. O acontecimento, na verdade, já entrou para o calendário da agenda jornalística desde o final da década de 80. Trata-se de um anúncio de novas taxas de desmatamento da Floresta Amazônica. A análise da estrutura de enunciação desse episódio permite perceber como a Amazônia é construída como questão nas páginas dos diários estudados. Segundo Traquina, “uma questão (*issue*) surge quando há pelo menos duas utilizações opostas, envolvendo pelo menos duas partes que têm acesso aos *mass media*” (Traquina, 2001).

O exemplo que descrevemos neste capítulo pode ilustrar diversos aspectos do jornalismo, mas vamos focalizar o problema do acesso aos mídia noticiosos, a constituição do jornal como arena (espaço de discussão) e o trabalho dos promotores de notícia (as fontes) na concorrência para mobilizar pontos para ser discutido como recurso estratégico na construção da experiência coletiva sobre a Amazônia. Propomos que o caso que vamos descrever é uma

das principais estratégias discursivas da mídia nacional para “trazer a baila” o assunto Amazônia e legitimar seu papel de mediador para os outros campos, assumindo uma posição “neutra”.

Para Regina Lima (2001) a construção da neutralidade ocorre através da recorrência à fala de outros atores sociais. Este recurso discursivo permite camuflar a opinião midiática, além de apresentar a mídia como lugar das falas alheias. Como estratégia de apresentação deste capítulo, transcreveremos apenas alguns trechos das matérias, que podem ser consultadas na íntegra nos anexos do trabalho. Assinalamos em negrito os trechos que apontamos para serem observados.

O Fato inicial

Após dois anos de registro que as taxas de desmatamento haviam caído, a Folha de São Paulo noticia em fevereiro dados do relatório anual do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE que demonstravam que os indicadores de desflorestamento da Amazônia haviam retornado em 1998 a sua escalada de crescimento. Ao enunciar o fato, em tom de denúncia, a Folha dimensiona o problema com a fala das fontes e com gráfico das taxas de devastação da Floresta Amazônica. O jornal durante o desenvolvimento do assunto abre espaço para as instituições e esclarece para os seus leitores as atribuições de cada um dos elementos envolvidos no episódio.

Observamos neste episódio o papel privilegiado da mídia como o campo que traz à público dados que seriam normalmente de conhecimento restrito. O jornal FSP em seu processo discursivo estrategicamente associa-se ao discurso da ciência para legitimar o anúncio de suas informações colocando no título o INPE como co-enunciador.

“Meio Ambiente – **Estimativas do Inpe mostram** aumento de 27%, após dois anos de queda (selo e subtítulo)

“**Área desflorestada da Amazônia cresceu em 98**” (título)

“Área desflorestada da Amazônia” (título do gráfico)

“Pesquisadores do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), em São José dos Campos (97 Km de São Paulo), **divulgaram** ontem estimativas de crescimento de 27% nas áreas desflorestadas na Amazônia em 98, após dois anos seguidos de queda desse índice (...) **O Inpe faz apenas a avaliação técnica do trabalho. Já o Ibama, que é responsável por atividades de combate ao desflorestamento**, diz que o crescimento é preocupante, mas não chega a alarmar, pois estaria dentro do esperado (...) **O avanço no desflorestamento foi criticado pelo presidente do Instituto Socioambiental, de São Paulo, João Paulo Capobianco**. Para ele, ‘os dados apresentados não revelam a amplitude da destruição da Amazônia’”. (retranca principal)

FSP, 11.02.99

Seguindo na posição do poder vigilante da atuação dos outros campos, na mesma matéria a Folha convoca o Ministério do Meio Ambiente para responder pelo fato tornado público e desqualifica a atuação do governo federal através da fala do próprio ministro do meio ambiente, Sarney Filho.

“**Ministro desconhece causas do desmatamento**” (título sub-retranca)

“**Sarney Filho disse que não sabia responder** sobre o assunto e **estendeu seu desconhecimento ao presidente do Ibama**, Eduardo Martins, que está no cargo desde maio de 1996. ‘**Nem ele sabe**’, afirmou Sarney Filho.

FSP, 11.02.99

Ainda nessa matéria o jornal assinala uma tensão entre os campos político e científico e ainda aponta possíveis causas para o recrudescimento das taxas de desmatamento. E tudo isso construindo seu discurso na terceira pessoa gramatical, o que caracteriza, nas regras jornalísticas, objetividade. Esta adesão às leis jornalísticas, segundo Lima (2001), serve para camuflar o sujeito da enunciação e atribuir ao jornalismo o estatuto de porta-voz das verdades factuais, imprimindo uma marca de impessoalidade, que reforça o mito do jornal como espelho da realidade.

‘Os trabalhos do Inpe são cada vez melhores, mas **nós estamos mais preocupados em saber as causas desse problema para combatê-lo do que com os números**’, disse ele. Ele **reconheceu, porém, que existem inúmeros estudos apontando a agricultura e a reforma agrária como as principais causas** das queimadas e dos desmatamentos na Amazônia”. (texto da sub-retranca)

FSP, 11.02.99

O Liberal divulga a notícia no mesmo dia, contudo com um enquadramento completamente diferente da Folha de São Paulo. Uma pequena chamada de primeira página anuncia que a devastação na Amazônia atinge níveis preocupantes, porém o título da matéria no interior do jornal, colocada numa página par, apresenta-o como um acontecimento genérico no país. O texto do artigo, produzido pela Agência Globo, coloca o ministro Sarney Filho como a fonte da informação e na condição de quem agiliza providências para conter a devastação (a pedidos do presidente Fernando Henrique que estaria com receio das “freqüentes condenações internacionais”), tomando medidas duras. A responsabilidade pelo crescimento das taxas é atribuída à equipe anterior do MMA. Declarações das ongs Amigos da Terra e WWF parecem reforçar essa tese no texto.

- **“Aumenta desmatamento no País”** (título)
 “Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), **divulgados ontem pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho**, com base na análise do satélite Landsat, indicam que em 1998 foram devastados 16.838 quilômetros quadrados da floresta (...) **Para conter a devastação amazônica**, que consumiu o equivalente ao estado de Alagoas nos últimos dois anos, **Sarney Filho anunciou um conjunto de medidas emergenciais**. Entre elas, o ministro citou o reforço imediato em pessoal e equipamento do aparelho fiscalizador do Ibama, a regulamentação da Lei de crimes Ambientais para endurecer o combate aos devastadores e o fortalecimento de esquemas de prevenção de queimadas”.

O Liberal, 11.02.1999

No plano nacional, após a denúncia, a Folha não se interessa mais pela repercussão do assunto. O jornal paulista apenas publica, no dia seguinte ao anúncio dos dados do Inpe, uma pequena nota de canto de página no caderno São Paulo, em uma página par, trocando a

palavra Amazônia por Amazonas, a notícia de que o MMA suspendeu as autorizações de desmatamento. O tratamento editorial da FSP desmerece o impacto das medidas. A nota prefere pontuar a forma discreta do MMA de anunciar a medida e o silêncio que se segue após a publicação do ato. O noticiário relaciona a atitude do Ministério a divulgação dos dados sobre os desmatamentos na região.

Segundo momento – o debate na região

A repercussão das medidas do MMA, de publicar uma Portaria suspendendo os desmatamentos na Amazônia por 120 dias e baixar uma Instrução Normativa que suspendeu a emissão de Autorizações de Transporte de Produto Florestal (ATPFs), provoca uma intensa mobilização das entidades de classe de grandes e pequenos produtores rurais e do setor madeireiro, da classe política regional, das ONGs e dos governos estaduais e municipais.

Os jornais regionais participam ativamente da discussão sobre as medidas do MMA e, através de suas marcas enunciativas, se posicionam, promovendo campanhas para revogar a portaria e a instrução normativa. No bojo da maioria das enunciações das fontes, a acusação de que o governo federal, além de ser autoritário, é insensível às necessidades da região e da população amazônica, se preocupando mais com as pressões internacionais. Destaca-se nesse período, o esforço de cada campo e instituição para caracterizar os responsáveis pela situação ambiental.

A campanha para mudança da portaria pode ser observada já no título da matéria de A Crítica. A retranscrição da matéria mostra que o descontentamento é generalizado e dá ênfase a posição dos partidos de esquerda e dos movimentos sociais. A senadora Marina Silva defende os interesses dos pequenos agricultores em dos poucos momentos em que fontes ligadas a setores economicamente marginalizados comparecem com o direito a fala. Analisando o

restante do noticiário no dois meses em que a medida repercutiu, acredito que essas aparições acontecem como estratégia dos jornais regionais para desgastar a imagem do MMA.

- **“Desmatamento – Portaria pode ser modificada”** (selo e título)
 “A senadora **Marina Silva** liderou grupo que **pediu mudanças** ao ministro Sarney Filho”
 “O ministro do Meio Ambiente, **Sarney filho, admitiu ter sido pressionado pelo Palácio do Planalto para tomar medidas de impactos** após o anúncio do aumento do desmatamento, ocorrido em 10 de fevereiro. **A revelação foi feita durante a audiência do ministro com representantes da bancada da Amazônia, da Federação dos Trabalhadores Rurais do Pará (Fetagri) e de Organizações Não Governamentais (ONGs)** (...) O ministro concordou que qualquer medida genérica é, em princípio injusta. Ele admitiu modificar a portaria: ‘podemos excepcionalizar situações, por exemplo’ (...) Sarney Filho descartou, no entanto, a revogação pura e simples da portaria, sem que outra medida seja adotada para coibir desmatamentos (...) A senadora disse que a portaria atinge o período de preparo de áreas de roçado em pequenas propriedades de agricultores familiares, colocando em risco a sobrevivência de muitas famílias”. (retranca)

A Crítica, 03.03.99

O Liberal, por sua vez, da matéria abaixo em diante, já adota como linha para abordar este tópico apontar responsáveis pelos terríveis desmatamentos, o que acontece no título e na retranca em dois momentos, sendo que um deles é a fala de Sarney Filho.

- **“Empréstimo só para quem preserva”** (título)
 “O governo vai baixar normas condicionando a liberação de empréstimos para a reforma agrária à preservação do ambiente (...) O ministro do meio Ambiente, José **Sarney Filho, com quem Jungmann esteve reunido ontem, disse que os assentamentos rurais estão se ‘multiplicando muito na Amazônia’** e que é necessário condicionar os empréstimos à proteção da flora e da fauna. O governo pretende reunir-se com os movimentos sociais, incluindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), para discutir uma agenda conjunta para proteção ambiental(...) **O governo decidiu condicionar os empréstimos da reforma agrária a partir da constatação que os agricultores assentados têm grande participação nas queimadas de áreas de florestas na Amazônia”**.

O Liberal, 10.03.99

A Crítica torna visível a revolta dos madeireiros de RO com as medidas do MMA, utilizando na titulação um termo muito comum aos discursos desenvolvimentistas como o verbo “engessar”. O jornal de Manaus reforça sua argumentação quanto a pertinência de

mudar as medidas do MMA, apresentando importância de seus personagens na economia regional. Ao construir seu lugar de fala no discurso midiático, os madeireiros se colocam na posição de vítimas. O espaço cedido pelo jornal e a forma como foi enquadrada a notícia demonstra que o setor obteve ampla simpatia de A Crítica. Nesta mesma matéria, no documento oficial do setor endereçado aos governadores e que foi transcrito pelo jornal, os empresários do setor madeireiro de RO se coloca como porta-voz dos milhares de habitantes de Amazônia e protestam contra a submissão do governo federal às pressões externas a região. No documento os empresários acusam o governo federal de legislar com autoritarismo e demonstrar descaso com os empresários e proprietários rurais da região, apresentados como os segmentos sociais mais abusados pela atuação do poder central e ameaçam que a bancarrota desses empreendimentos irá gerar desemprego na Amazônia e violência nas grandes cidades do sul do país.

- **“Madeireiros ameaçam fechar a BR-374** – Eles afirmam que medidas do governo **engessaram** o setor em Rondônia e que as demissões vão aumentar. **O segmento é o segundo maior empregador do estado**” (título e subtítulo)
 “Nunca fizemos uma derrubada ou queimada. Pelo contrário, **aproveitamos o que os outros derrubam**”, Aldo Josefovicz” (olho)
 “Área de manejo em Cacoal: madeireiros dizem que já replantaram mais de 30 milhões de árvores e **questionam o papel de vilão do meio ambiente**” (legenda de foto)
- “Documento critica governadores do norte”** (box)
 “Trechos do documento divulgado por madeireiros de Cacoal, em Rondônia, no dia 11 deste mês que tem como título ‘**A Amazônia tem dono**’: ‘**Os sete estados do Norte, que fazem parte da Amazônia têm mais de 15 milhões de habitantes, que são os verdadeiros donos da Amazônia.** É preciso que fique bem claro porque, na prática, todo mundo quer ter direito sobre a Amazônia, e o que é pior: as autoridades brasileiras dizem amém(...) **qualquer política ambiental, econômica ou social aqui aplicada, deve se levar em conta sempre, em primeiro lugar, os seus habitantes. Não é isso o que tem acontecido, há muitos anos os seus direitos tem sido violados pelo governo federal,** por meio de decretos, medidas provisórias, portarias, fiscalizações arbitrárias, etc. As mais abusivas foram, em 1996, a medida provisória nº 1.511, que tomou 30% de todas as propriedades rurais sem desapropriar ou indenizar ninguém. Agora a portaria nº 16N, de 17/02/99, cujo objetivo é parar os

desmatamentos(...) **Com toda essa disponibilidade de matéria-prima, ironicamente milhares de empresas foram fechadas.** Temos conhecimento que as fiscalizações vem de Brasília já com metas definidas(...) Sem se importar com as conseqüências, todos sabemos que quando se fecha uma empresa, **além do problema econômico, existe o social, o desemprego.** Uma grande retorna para a região Sul, para engrossar a fila dos desempregados e conseqüentemente aumentar a violência nas grandes cidades. Essa é a política ambiental aplicada aqui na Amazônia”.

Neste quadro de crise ambiental, a Crítica projeta para seu público que no Amazonas a realidade é diferente dos demais estados da região, em razão da consciência do empresariado e da interação existente entre as instituições que fazem a gestão ambiental.

“Reflexo é menor no Amazonas” (sub-retranca)

“No Amazonas, o principal pólo madeireiro do estado é o de Itacotiara (a 170 quilômetros de Manaus) que **empregou, até o início de 97, 3.500 pessoas, hoje são 1.200 postos ocupados.** O gerente florestal da Gethal da Amazônia, instalada no município, **Fernando Ludke, disse que os problemas vivenciados pelos madeireiros de Rondônia ainda não se reflete por aqui, onde a maioria das madeireiras já possui plano de manejo. Segundo ele, chega a ser raro o uso, no estado, da autorização de desmate”.**

A Crítica, 16.03.99

- **“AM tem outra realidade, diz Ibama”** (título)

“O superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Hamilton Casara, não acredita que o clima de revolta dos madeireiros de Rondônia contra a suspensão de autorização para o desmatamento possa repercutir no Amazonas(...) ‘A maioria das indústrias do Amazonas trabalha com plano de manejo, o melhor instrumento de política florestal’, afirma Casara para explicar que o estado vive outra realidade.

O setor madeireiro no Pará mostra sua força, mobilizando continuamente a agenda do jornal O Liberal para acompanhar de perto as negociações com o Ministério do Meio Ambiente. Através da fala de suas fontes, marcadas nos títulos das matérias ou no corpo do artigo jornalístico, o Liberal critica a atuação do Ministério, colocando-o em evidência negativa inclusive em outras questões não restritas a suspensão das concessões para desmatamentos e emissão de ATPFs. Como acontece no noticiário da Crítica, o jornal Liberal destaca os impactos econômicos das medidas do MMA.

- **“Transporte de madeira deve ser liberado hoje** – Ministro promete revogar memorando que suspendeu guias florestais” (título e subtítulo)
 “O ministro Sarney Filho, do Meio Ambiente, anunciou ontem, **durante audiência concedida a industriais do setor madeireiro e parlamentares dos estados do Pará e Mato Grosso**, que ainda hoje será revogado o memorando baixado na sexta-feira, 12, proibindo a emissão, pelo Ibama, das autorizações para transporte de produtos florestais (ATPF) (...) **Trabalhando apenas com a madeira disponível nos estoques – que nesta época costumam ser muito baixos na Amazônia, por causa das chuvas – elas correm o risco de paralisação e de conseqüente demissão em massa de trabalhadores**”.

Os argumentos apresentados pelos representantes do setor madeireiro apelam para as rixas regionais entre Pará e Maranhão e para o discurso das desigualdades de tratamento por parte do governo federal. O Liberal aproveita a fala debochada do advogado da Aimex e desqualifica o MMA. Na fala do advogado da Aimex a insistência em caracterizar os pequenos agricultores como os verdadeiros vilões do meio ambiente.

“Proibição é ‘hilarante’, diz advogado” (sub-retranca)

“O advogado da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Pará (Aimex), Aldebaro Baim Klautau Filho, **criticou o ministro do Meio Ambiente**, José Sarney Filho, ‘porque atinge o estado de direito com uma circular’. Ele considera que o Pará tem sido tratado com discriminação pelo governo federal, no que diz respeito à extração de madeira, se comparado a Estados como o Maranhão(...) Hoje, segundo Baim Klautau, **o que está destruindo a Amazônia são o fogo, a agropecuária informal e os assentamentos desordenados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)**, enquanto a indústria madeireira contribui apenas com uma pequena parte, mas mesmo assim é ‘objeto de perseguição’ “.
 O Liberal, 18.03.99

Dia a dia os textos do jornal O Liberal questionam a seriedade da fala do ministro por ainda não ter revogado as combatidas medidas que atingem o setor madeireiro.

- **“Ibama mantém proibição – Apesar da garantia do ministro Sarney Filho**, continua em vigor portaria que suspende a guia florestal” (selo e subtítulo)
“Expectativa – Guilherme Carvalho, da Aimex: prejuízo à vista” (legenda de foto)
“A informação de que nenhuma decisão havia sido tomada em Brasília foi confirmada no final da tarde de ontem pelo diretor-técnico da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará (Aimex), Guilherme Carvalho, logo depois de deixar o prédio da Delegacia Regional do Ibama (...) ‘Se isso acontecer os prejuízos vão ser grandes e as demissões se

tornarão inevitáveis’, advertiu, lembrando ainda que muitos municípios do Pará têm hoje sua economia fortemente sustentada pela atividade madeireira”.
O Liberal, 19.03.99

- **“Dinheiro desperdiçado”** (título)
“Mesmo vivendo a maior crise de recursos de sua história, o governo deixou de gastar US\$ 210 milhões doados há cinco anos pelo G-7 (os sete países mais ricos) para o desenvolvimento de projetos ambientais no País (...) Outra novidade é que o Ministério do Meio Ambiente permitirá o desmatamento de até 1, 8 milhão de hectares de florestas nativas por ano na Amazônia, desde que seja feito por agricultores de pequeno porte (...) Somente eles poderão desmatar nas áreas de floresta nativa: no máximo, três hectares ao ano por família. O problema é que o ministro ainda discutirá o assunto com os madeireiros na próxima sexta-feira e, como não retrocederá nesses pontos, a discussão deverá ser dura”.

O Liberal, 24.03.99

Enquanto os jornais A Crítica e O Liberal apresentam uma cobertura intensiva das negociações do MMA com os segmentos regionais para modificar as medidas adotadas e buscar novos mecanismos que garantam a continuidade das atividades produtivas e a conservação da floresta nativa, o único comentário da Folha de São Paulo sobre essas movimentações políticas é uma pequena nota informando um primeiro resultado das negociações no caderno São Paulo.

- **“Famílias ficam livres de proibição na Amazônia”** (título)
“O Ministério do Meio Ambiente revogou a proibição de desmatamento na Amazônia em propriedades para agricultura familiar. **A medida vai beneficiar 600 mil famílias**, segundo o ministério. Será alterada a instrução normativa que suspendeu por 120 dias todo tipo de desmatamento na região”.

FSP, 24.03.99

Os jornais regionais continuam acompanhando o desenrolar das negociações, participando ativamente da campanha para a revogação das medidas. Todavia, enquanto o Liberal acompanha diariamente as gestões do setor madeireiro junto ao Ministério e comemora a revogação das medidas, o jornal A Crítica faz análises da legislação e da política ambiental, informando sobre a crise no setor madeireiro e as propostas do governo estadual de loteamento de florestas e divulga uma lista de campeões do desmatamento no Amazonas.

Ainda no início de abril, uma voz respeitada no mundo faz um apelo pela preservação da Amazônia.

- “Sarney recebe madeireiros – Ministro do Meio Ambiente promete flexibilizar norma que proíbe desmatamento”

“Faor entende reuniões como auto-crítica” (sub-retranca)

“A reunião do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com pequenos produtores agrícolas, extrativistas e de pesca artesanal, que se realiza em Brasília, durante toda esta semana, **foi considerada um espécie de auto-crítica do ministério** pelo secretário-executivo do Fórum da Amazônia Oriental (Faor), João Cláudio Arroyo, que representa as organizações de agricultura familiar na Amazônia nas rodadas de negociações com o ministério para um pacto pela Amazônia. **‘Foi um autocrítica depois que eles baixaram uma portaria que proibiu o desmatamento e que conseguiu desagradar tanto a produtores da agricultura familiar quanto madeireiros’**, disse Arroyo (...) ‘Esse nível de desmatamento representa menos de 10% do ritmo de desmatamento que a Amazônia vem registrando nos últimos anos, o que desmente de uma vez por todas a tese de que a agricultura familiar é a grande vilã do desmatamento da Amazônia’, ressaltou Arroyo”.

O Liberal, 25.03.99

- “Madeira – Transporte volta a ser liberado no País” (selo e título)
 “Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPF) foram liberadas ontem, pelo ministro do Meio Ambiente, Sarney filho, para o setor madeireiro com algumas regras (...) **A medida anunciada pelo setor foi insuficiente para acabar com a irritação dos madeireiros.**”
 “Flexibilização da Instrução normativa nº4” (Box)

A Crítica, 26.03.99

O Liberal continua batendo forte no MMA, comemorando cada passo dado em direção a revogação, utilizando a fala de suas fontes para protestar contra a situação. As falas chegam a relacionar um possível recrudescimento da destruição devido ao descontrole do setor madeireiro, jogado na ilegalidade pelo governo federal. O governador paraense também utiliza a tribuna midiática para exigir ser ouvido pelo MMA.

- “Governo volta a liberar o corte seletivo de madeira” (título)
“Liberado – Empresas que têm autorização podem desmatar” (legenda de foto)

“A liberação será imediata para áreas com até 200 hectares e, acima disso, para as que já tiverem sido vistoriadas (...) **A decisão do governo dividiu os madeireiros.** A representante da Associação dos Madeireiros do Norte do Mato Grosso, Elisabete Domingues de Moraes, **teme que o Ibama não entregue ATPFs suficientes para o transporte como, segundo ela, teria ocorrido em 98 por desorganização dos postos do órgão. Se o caso se repetir, ela diz que o governo estará novamente jogando os madeireiros para a ilegalidade.** ‘Sem uma exploração sustentável, nós vamos destruir a Amazônia’, alertou o diretor da Federação das Indústrias de Mato Grosso, Apolinário Stuhler”.

O Liberal, 26.03.99

“**Almir exige ser ouvido sobre medidas**” (sub-retranca)

O Liberal, 26.03.99

- “**Suspensão de guia florestal é revogada** - A decisão foi tomada graças à pressão feita por madeireiros e parlamentares” (título e subtítulo)

O Liberal, 26.03.99

A Crítica segue uma linha diferente do Liberal preferindo dar ênfase a análises da política e da legislação ambiental, convocando Ibama e ong WWF para se posicionar, além disso publica uma lista dos desmatadores no Amazonas. Na sua cobertura noticiosa também há espaço para que o MST se pronuncie sobre a questão. As acusações entre os atores sociais continuam de parte a parte. O setor madeireiro do Amazonas anuncia os dados de sua crise e, mais uma vez, o jornal opta por demarcar a diferença existente entre a situação no Amazonas dos demais estados amazônicos.

- “**Sem rigor – Lei do meio ambiente não protege a floresta**” (selo e título)
 “A legislação existe há um ano, mas não foi regulamentada no prazo de 90 dias, conforme prometera o governo” (intertítulo)
 “Ato Criminoso – As ações contra a natureza continuam sem a norma que regulamentaria a Lei 9.605, aprovado pelo Congresso no ano passado” (legenda de foto)
 “Para o diretor do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Garo Batmanian, sem a regulamentação é como se a Lei não existisse (...) Como não há regulamentação, a Justiça continuará derrubando as multas aplicadas pelo Ibama”.

A Crítica, 28.03.99

- **“Desenvolvimento - Ocupação Ecológica da Amazônia será discutida”** (selo e título)
 “A reforma agrária ecológica na Amazônia consiste em encontrar alternativas ao desmatamento com incentivo à cultura do extrativismo e da pesca dentro do projeto de educação ambiental” (intertítulo)
 “Na última rodada de negociação para um ‘pacto pela Amazônia’ a assessora especial do Ministério do Meio Ambiente, Mary Allegrette, reuniu-se anteontem com representantes do MST e ONGs ambientalistas(...) O coordenador nacional do MST, **Mário Schons**, afirmou que o movimento não apóia migração de trabalhadores sem-terra para a Amazônia e acusou o Ministério da Política Fundiária de incentivar a transferência de famílias de outras regiões para lá. ‘Nos últimos dois anos o maior número de assentamentos ocorreu no Mato Grosso, Pará e Amazonas’ (...) **Schons admitiu que os sem-terra assentados na Amazônia acabam desmatando e vendendo a madeira para sobreviver, quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) demora a liberar os recursos para implantação dos projetos. ‘Por trás dos assentados estão as madeiras e o governo deveria ter uma fiscalização maior’, pediu**“.
 A Crítica, 01.04.99
- **“ ‘Efeito Crise’ – Madeiras desempregam 50%”** (título)
 “Elevação do dólar ajuda a melhorar a saúde das madeiras, mas o nível de desemprego ainda é grande. Empresários dizem que farão novas contratações” (intertítulo)
“Exportação correta” (sub-retranca)
“Manejo ajuda setor” (sub-retranca)
 “No início de março, o Ministério do Meio Ambiente baixou uma instrução normativa suspendendo autorizações para desmatamento na Amazônia pelo prazo de 120 dias (...) **No Amazonas a questão não repercutiu tanto porque boa parte das indústrias madeiras trabalha com plano de manejo**”.
 A Crítica, 02.04.99
- **“No Amazonas – Estado loteia floresta para setor privado”** (título)
 “O presidente do Ipaam, Vicente Nogueira, **disse que a concessão seria para que a atividade seja a mais ordenada possível. O objetivo é afastar as empresas estrangeiras**”
“A riqueza – Os estudos do Ipaam vão indicar as áreas para exploração florestal dentro das regras do Estado” (legenda de foto)
- **“Dalai-Lama – Monge defende a região Amazônia”**
 “Além de **defender a Região Amazônica**, o líder do budismo tibetano condenou a violência no mundo, em particular a que está acontecendo na Iugoslávia, contra o povo de Kosovo” (intertítulo)
“O sábio – O dalai-lama Tenzin Gyatso, líder político e religioso do Tibete, durante seminário em Curitiba” (legenda de foto)
 “O dalai-lama **Tenzin Gyatso pediu** ontem durante entrevista coletiva, em Curitiba, **um cuidado especial na preservação da Amazônia. ‘A proteção da Amazônia e o controle do desmatamento deveriam preocupar a todos’,**

disse. ‘Se houver qualquer alteração nas condições climáticas, vai ecoar no mundo todo’ “

A Crítica, 06.04.99

- **“Transporte de toras é liberado”** (título)
 “O presidente da Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais da Amazônia (Sopren), **Camillo Vianna, criticou ontem a revogação**, pelo Instituto Brasileiro do meio Ambiente (Ibama), da portaria que proibia o transporte de madeira em tora. Para ele, isso é um ‘incentivo oficial à devastação ainda maior da Amazônia’”.

A Crítica, 06.04.99

- **“Ibama – Campeões do desmatamento”** (título)
“Morte – O desmatamento no Amazonas vem aumentando ano a ano. O município campeão de infrações é Boca do Acre, com autorizações para desmatar milhares de hectares de floresta. **O Ibama garante que não há grandes desmatamentos no estado”** (legenda de foto)

A Crítica, 07.04.99

No início de abril, a Folha de São Paulo volta a agendar o desmatamento da Amazônia, denunciando, a partir dos dados científicos de um estudo feito por ONGs de pesquisa publicado na Nature, que o desflorestamento é mais grave. E o processo de disputa começa de novo.

- **“Ciência – Estudo indica danos ocultos na Amazônia”** (selo e título)
 “A devastação da Amazônia que o satélite não vê” (título de gráfico)
 “Um estudo feito por pesquisadores do Brasil e dos EUA revelou uma devastação oculta da Floresta Amazônica: a ação das madeiras ‘danifica significativamente’, a cada ano, entre 10 mil e 15 mil quilômetros quadrados de mata que não aparecem nos mapeamentos oficiais feitos por satélite (...) A equipe de pesquisa, de 12 pessoas, foi liderada por Daniel Nepstad, do Centro de Pesquisa Woods Hole, de Massachusetts (leste dos EUA), e também do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, em Belém”.

“Ibama não comenta a pesquisa” (sub-retranca)

“O presidente do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), Eduardo Martins, não quis comentar as conclusões do estudo publicado hoje na revista britânica “Nature” sobre a extensão da devastação da Floresta Amazônica”.

FSP, 08.04.99

Conclusão do Capítulo

Rastreando a evolução do noticiário diário percebemos o funcionamento deste como espaço de projeção dos acontecimentos, que, por sua vez, são enquadrados segundo a linha editorial de cada veículo. A seleção dos temas noticiados permite perceber a ótica sob a qual os jornais visualizam o assunto Amazônia. Enquanto a Folha silencia após denunciar que o desmatamento voltou a se agravar, os jornais regionais tornam o episódio uma questão (confronto entre partes), o debate não é sobre a validade ou não dos dados científicos - não se discute a competência do Inpe -, e, sim, as medidas adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente. No entremeio desse embate pelo poder de falar, ocorre a disputa para caracterizar os culpados.

A seleção das fontes de notícias está relacionada a abertura ou não do jornal como arena e recurso para os diferentes agentes sociais. Os jornais são desiguais na abertura desse espaço. As fontes mais freqüentes demonstram maior poder de agendamento. Observamos também o estabelecimento de redes de cooperação. Enquanto, o Liberal cita o caso dos madeireiros de Mato Grosso, o jornal A Crítica noticia a situação do setor em Rondônia.

A predominância das fontes é um aspecto relacionado ao aparato organizacional das empresas jornalísticas e justificado pelos valores da cultura jornalística. Na montagem de suas “redes para capturar” acontecimentos, as empresas e os jornalistas valorizam agentes que demonstram acessibilidade facilitada, credibilidade (autoridade sobre o assunto), e capacidade de produção da informação (cf. Sousa, 2000).

Os madeireiros apresentam uma grande vantagem em mobilizar a mídia, a classe política e os governos, todos unânimes em caracterizar os prejuízos do setor como um golpe para melhoria da qualidade de vida dos amazônidas. Todavia não houve nenhuma matéria,

pelo menos, para caracterizar quem são e como vivem os trabalhadores da indústria madeireira.

O campo científico funciona na mídia nacional como fonte acionada para revelar a saúde da floresta e legitimar a constante vigilância por parte da mídia da atuação do poder executivo na gestão do espaço amazônico. A ciência no discurso da mídia é um importante colaborador na tarefa de “fazer-criar” sobre a pertinência dos assuntos noticiados.

O governo federal é o alvo prioritário da crítica da mídia e de todos os segmentos, seja por sua ação ou por omissão. As diferentes perspectivas existentes na sociedade nacional para ver as questões amazônicas aparecem no espaço discursivo dos jornais, todavia o tratamento dado a elas é desigual e depende da autoridade de quem fala. Igual mesmo só a tendência que permanece edição após edição dos veículos jornalísticos de priorizarem setores economicamente importantes. A eles é concedido um poder privilegiado de propor assuntos e enquadramentos relativos ao desenvolvimento regional

CONCLUSÃO

“O jornal é uma forma ameaçada de, a cada dia, transformar-se em pó. Nele, as informações aparecem como figuras nômades, que são apagadas em seu fluxo cotidiano” (Mouillaud, 1997). Seguir o fluxo da informação veiculada no jornal com o passar dos dias permite perceber o que constantemente se repete, não varia, pouco varia ou o que muda radicalmente nos jornais.

Nominação da Região

Ao começarmos este trabalho pensávamos que na nominação da região iria prevalecer a referência a Floresta Amazônica. Todavia, a análise dos dados demonstrou que o termo predominante é Amazônia, mesmo. Concluiu-se que Amazônia é sinônimo de floresta na cultura contemporânea. O noticiário da Folha de São Paulo reflete este enquadramento. Suas narrativas apresentam personagens que tem atribuições de estudá-la (e estes quando residem na “floresta” são intrépidos), de gerenciá-la (especialmente fiscalizá-la), há os que a violam (narcotraficantes, agricultores, madeireiros, especialmente), os que aprendem a conviver com ela (usuários e promotores de técnicas de manejo dos recursos naturais) e há os que já nascem sabendo (os índios), que fazem parte do universo natural e exótico da floresta, onde estão incluídos animais, rios “exagerados” e plantas.

O vazio como efeito de sentido

Embora seja mencionada, brevemente, que há mais de 20 milhões de habitantes na região, as cidades amazônicas, e tampouco suas histórias e experiências, não aparecem nas narrativas jornalísticas da Folha. A floresta não tem “gente”, precisa ser “humanizada”.

Talvez, seja devido a esta forma de pensar a região amazônica que a sua explicação necessariamente tenha que partir de outros lugares, pois, quando ela existe na região, ela é “importada”.

Esta concepção do espaço amazônico está enfatizada também no fato da Folha, ao falar de desenvolvimento regional da Amazônia, enfatizar a apresentação de assuntos relacionados ao turismo ecológico. É um território para ser explorado, visitado e apreciado.

Eni Orlandi, no livro “Terra ‘A Vista – discurso do confronto: velho e novo mundo”, faz um paralelo entre o discurso ecológico e o discurso de colonização da seguinte forma:

“O discurso esclarecido (iluminado) das descobertas se continua no saudável liberalismo dos países ricos que se preocupam com o bem-estar da humanidade. A palavra ‘humanidade’ deve, aqui ser lida como ‘os que já adquiriram estatuto para fazer parte dela, da sua universalidade’. Populações peculiares com suas (des)graciosas particularidades de Terceiro Mundo só podem fazer parte se atestarem seu nível de desenvolvimento. Há categorizações para isso: índio ‘civilizado’ e índio ‘selvagem’, Terceiro Mundo ‘viável’ e Terceiro Mundo ‘inviável’. Se no século XVI e XVII, o discurso (sincero) era o dos *viajantes*, aliando ciência, religião e política, tudo devidamente misturado com a sedução do literário (...) hoje essa função resumidora (ainda as ‘reduções’) é catalisada pelo discurso da *ecologia*. A salvação dos homens não está mais em Deus, está na ‘preservação da natureza’”(Orlandi,1990: 235-236).

A Folha de São Paulo adota este “olhar” da sociedade mais desenvolvida (totalmente urbana) para reportar a Amazônia. Ao falar da floresta amazônica, apaga a experiência urbana da mesma. Fala sobre as populações tradicionais, mas não dá às mesmas a condição de falar. Há um vazio sobre este aspecto da fala das comunidades tradicionais – e, neste aspecto, a FSP se assemelha aos jornais regionais.

Presenças e ausências – o embate no espaço do jornal (personagens e verbos)

Os jornais regionais – A Crítica e O Liberal – apresentam com seus relatos noticiosos as histórias do desenvolvimento regional e as tentativas de conservação da floresta nativa.

Com frequência, aparecem no corpo do jornal os conflitos entre as duas vertentes e as devidas caracterizações dos contendores: “verdadeiros bandidos”, “destruidores”, “mercenários”, etc.

Nas narrativas dos dois jornais, o espaço privilegiado é dado para os promotores e defensores do desenvolvimento. As riquezas naturais são ressaltadas como motivo de orgulho e devem ser zeladas, mas, sobretudo, devem estar a serviço da geração de riqueza. O governo federal e a nação são convocados para defender o território e a ciência para esclarecer seu funcionamento e viabilizar seu uso.

Se no início dos estudos jornalísticos sobre a cobertura da Amazônia e o meio ambiente, a ciência não tinha muito espaço no jornal, hoje ela tem seu lugar assegurado. O noticiário reflete também o surgimento de novos atores no cenário midiático. Entre os novos atores, há os que buscam conciliar a produção científica com uma atuação direta junto aos setores produtivos relacionados ao uso dos recursos naturais, sendo este o caso das ONGs de pesquisa. Os novos personagens demonstram que sabem trabalhar bem com o espaço midiático e se consolidam como importantes e impactantes fontes de informação sobre o espaço amazônico.

A análise do material jornalístico também mostra o vigor da estratégia empregada pelos militares para conceber uma representação pública da Amazônia. O sentido de vazio trazido desde a história colonial da região, e re-processado pelos militares nos anos de arbítrio, mostra um vigor impressionante. A preocupação manifesta pelo governo federal e pelas lideranças regionais em ocupar, integrar e defender a região são exemplos do vigor desse discurso.

A trajetória particular dos militares enquanto personagens da história da região é um aspecto curioso. De promotores do processo de “ocupação” que gerou as atuais estatísticas de devastação dos recursos naturais passaram a elementos importantes nas ações de fiscalização

ambiental. São tão eficazes na manipulação da agenda midiática e política e na sua inserção na história regional que nem precisam falar muito nos espaços midiáticos, os outros segmentos falam por eles.

Séculos depois do estabelecimento dos europeus na Amazônia, o vocabulário quando se fala da região não mudou muito. A palavra “Amazônia” tem essa capacidade, ela incorpora a novidade que a evolução do tempo traz (como por exemplo, o termo desenvolvimento sustentável), mas não descarta o que a história já imprimiu (ocupar, vigiar e defender). Ao contrário, continua renovando seu potencial simbólico. Contudo, com a morte de Chico Mendes e o descrédito de Paulinho Payakan, parece que faltam as vozes das populações tradicionais amazônicas.

A revisão dos estudos feitos sobre o noticiário relativo a Amazônia permitiu identificar uma trajetória de construção temática produzida pelo jornalismo nas últimas três décadas que deságua no início desse século, basicamente, com as mesmas características. A análise dessa trajetória revela a imbricação dos processos midiáticos nacionais e internacionais, e também permitiu notar a falta de dados sobre a relação dos processos nacionais e regionais.

Este estudo tentou suprir esta última lacuna tendo como corpus de pesquisa um extenso material – extenso demais. A dificuldade em deixar de lado alguns aspectos e concentrar mais profundamente numa determinada linha, enfatizou uma estratégia excessivamente descritiva. A crueza da pesquisadora no manuseio do instrumental da análise do discurso levou a uma concentração nos aspectos de conteúdo do noticiário. Contudo, a pesquisa desenvolvida conseguiu apontar respostas para as indagações iniciais que levaram a formulação desta investigação.

Os temas predominantes no noticiário estão ligados aos campos da economia, meio ambiente e política e são: perspectivas de frentes de expansão econômica; o exotismo da vida

e natureza; os impactos de um desenvolvimento desordenado no espaço amazônico; desmatamento e queimadas; a importância e a biodiversidade da floresta amazônica para o equilíbrio ambiental do mundo; a luta dos “povos da floresta” na conservação do espaço; medidas políticas, de legislação e fiscalização ambiental na região; o desenvolvimento sustentável e o ecomercado e etc.

A pesquisa de Morbach (1997) observou a utilização dos elementos visuais provenientes do conhecimento científico e tecnológico (utilizados na prospecção dos recursos minerais e hídricos) como estratégia discursiva para demonstrar o domínio dos desafios que representam a extensão territorial da região e a existência de uma floresta cerrada. Os resultados obtidos por Guedes (1998) assinalam que o apelo visual é uma estratégia que persiste na cobertura da imprensa sobre a região.

Os estudos também reforçam o que a literatura sobre o jornalismo descreve como características da atividade: o papel dominante das fontes oficiais na composição do material noticioso, além do agendamento provocado por veículos situados nos eixos de poder político e econômico, sejam estes no plano internacional ou nacional.

A região e sua floresta continuam causando espanto, admiração, temor, desejo e, agora, como indica pesquisa patrocinada pelo Ministério do Meio Ambiente, provoca cada vez mais orgulho pátrio na sociedade brasileira - 28% dos brasileiros consideram a floresta amazônica o principal motivo de orgulho⁴⁴.

Definitivamente a Amazônia é um patrimônio nacional e também mundial, com a promoção e acompanhamento da mídia jornalística. E daí? O Norte do Brasil, onde está localizada a porção nacional da Amazônia, continua sendo o campeão nacional da pobreza⁴⁵, a floresta voltou a ser desmatada em ritmo vertiginoso, a região continua a ser usada como

⁴⁴ A pesquisa promovida pelo MMA e Instituto de Estudos da Religião (Iser) está comentada no Jornal Pessoal, publicado por Lúcio Flávio Pinto, primeira quinzena de fevereiro de 2002, p.06.

“válvula de escape” para conflitos agrários de outras regiões, ainda é tratada como província geradora de recursos e energia para outras partes do mundo, os conflitos sociais resultantes dessas movimentações são igualmente crescentes e a ciência produzida na própria região amazônica continua recebendo poucos recursos (apenas 3% do orçamento destinado ao setor).

A análise dos relatos jornalísticos permite perceber que a Amazônia ainda é vista sob uma ótica muito restrita. Embora seja saudável que a sociedade receba informações frequentes do território amazônico, os relatos jornalísticos, para além da informação, tem como efeito o reforço de mitos acerca da Amazônia.

Os mitos relacionados a prática do jornalismo – objetividade e espelho da realidade - e a forma de apresentação das notícias, encobrem as práticas discursivas envolvidas na disputa pelo esforço de significar a Amazônia. Incluo neste rol as práticas desenvolvidas pelos veículos jornalísticos, e não só as vozes que se manifestam no espaço midiático.

A atividade de organizar e remitificar a realidade é uma das funções desempenhadas pelas notícias na sociedade contemporânea. Adriano Duarte Rodrigues descreve essa função do trabalho da mídia da seguinte forma:

“Nas sociedades tradicionais, os mitos asseguravam o quadro de referência comum da experiência do mundo (...) Eram quadros conceptuais, visões do mundo que ofereciam explicações pertinentes para os acontecimentos com que a coletividade se confronta ao longo do tempo (...) partilhado indiscutivelmente por todos, formava o ponto de referência comum, o espelho da identidade cultural e da integração da comunidade como um todo. O mito é assim uma forma vazia de discurso, uma ordem de natureza prescritiva que dita as regras de formulação da experiência, uma forma disponível para todos os investimentos, que permanece válida enquanto for atualizada em práticas discursivas rituais históricas (...) É neste contexto que o discurso dos

⁴⁵ Jornal Pessoal, segunda quinzena de janeiro de 2002, p.07

media surge para organizar a experiência do aleatório e lhe conferir racionalidade. Fã-lo de maneira especular, refletindo e integrando num todos os fragmentos dispersos com que é tecida a trama do presente”. (RODRIGUES,A. In TRAQUINA, 1993:33)

O material que estudamos demonstra a força construtiva do noticiário em prover representações da Amazônia. Estas representações são continuamente ofertadas no jornalismo diário e re-significadas no processo de interlocução entre os agentes e os diferentes campos sociais. Contudo, algumas apresentam aquela capacidade de sustentação e de produção de novas imagens, como a da floresta ausente de humanidade, espaço vazio, aberta para qualquer projeção que se queira.

FONTES CONSULTADAS

AB´SABER, Aziz N. **A Amazônia: do discurso à Práxis**. São Paulo: EDUSP, 1996.

AGENDA AMAZÔNICA. Belém: Lúcio Flavio Pinto, 2001, mensal (nº17, 18, 19, 20, 23, 25, 26 e 27).

AGENDA REGIONAL PARA A AMAZÔNIA. Secretaria de Coordenação da Amazônia-MMA. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/se/agen21/caminho/capit7_1.html. Acesso em: 30 set.2001.

ALVES FILHO, Armando; ALVES JÚNIOR, José; MAIA NETO, José **Pontos de História da Amazônia**. 3ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2001. v.1 e 2

ANGERAMI, Luís F. **Meio Ambiente e Meios de Comunicação**. São Paulo: Annablume e FAPESP, 1996.

ARAÚJO, Inesita **Televisão e Indianidade: questões sobre a construção narrativa da imagem do índio pela televisão** (mimeografado).

ARAÚJO, Hermetes R. de O Mercado, a Floresta e a Ciência do Mundo Industrial In: ARAÚJO, Hermetes R. (Org.) **Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1998. p. 65-90.

BARDIN, Laurence **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1988.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

BECKER, Bertha K. Estado, Nação e Região no final do século **XX**. In: D'INCAO, Maria A.; MACIEL, Isolda (Orgs) **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/MCT, 1994. p. 103-109.

BELTRÃO, Jimena F. Desenvolvimento sustentável e o papel dos mídia na Amazônia. **Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo: Intercom, v.19, n.2, p. 79-92, jul/dez 1996.

BELTRÃO, Jimena F. **Opinion leaders' perceptions on sustainable development and the news media role in the brazilian Amazônia**. Columbia/EUA: Faculty of the Graduate School of University of Missouri, 1994. 169f. Dissertação (Mestrado).

BENCHIMOL, Samuel **Manual de Introdução à Amazônia**. Manaus: Universidade do Amazonas, 1996 (edição reprográfica).

BERGER, Christa **Campos em confronto: jornalismo e movimentos sociais – as relações entre o Movimento Sem Terra e a Zero Hora**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1996. Tese (Doutorado). Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/berger-christa-campos-1.html>. Acesso em: 10 jul.2001.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas **A construção social da realidade**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BHABHA, Homi K. **O local da Cultura** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BIRD, Elizabeth; DARDENNE, Robert Mito, Registo e 'Estórias': explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, Nelson **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1993. p.263-277.

BORDIEU, Pierre **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: Edusp, 1998.

BRANDÃO, Helena **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

BRANDÃO, Helena **Subjetividade, Argumentação, Polifonia – a propaganda da Petrobrás**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

CASTELLS, Manuel **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1 e 2.

CASTORIADIS, Cornelius **A instituição imaginária da sociedade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASTRO, Carlos P. R. de **L'Amazonie dans la presse europeenne. Etude sur l'Information et l'Opinion Publique**. 1998. Mémoire de DEA- Institutions et Dynamiques Sócio-Politiques em Europe de l'Ouest, Université de Paris VIII.

CHAUÍ, Marilena **Brasil – mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000 (coleção História do Povo Brasileiro).

CIÊNCIA HOJE Revista da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, Rio de Janeiro: Bloch Editores, dezembro de 1991, Edição especial "Amazônia".

CORRÊA, Cinthia H. W. **Discursos midiáticos sobre a Amazônia: um estudo de caso do jornal O Liberal** Belém: Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará, 2001. 83 p. Monografia – Curso de Especialização em Midiologia e Cultura das Sociedades Contemporâneas.

CRATO, Nuno **A Imprensa: iniciação ao jornalismo e à comunicação social**. 2ª ed. Lisboa, 1982.

CUNHA, Euclides da **À Margem da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DESTAQUE AMAZÔNIA Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1997. Série Diversidade.

DINES, Alberto; VOGT, Carlos; MELO, Marques de (Orgs) **A imprensa em questão**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

D'INCAO, Maria A.; MACIEL, Isolda (Orgs) **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/MCT, 1994.

EMPERAIRE, Laure (ed.) **A Floresta em jogo – o extrativismo na Amazônia Central**. São Paulo: Editora UNESP e Imprensa Oficial do Estado, 2000.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide- para uma teoria marxista do jornalismo**. 3ª ed. Porto Alegre: Ortiz, 1997.

BARROS FILHO, Clóvis; BARTOLOZZI, Pedro L. (colaborador) **Ética na Comunicação – da informação ao receptor**. São Paulo: Ed. Moderna, 2001

FAUSTO NETO, Antonio. **Comunicação e mídia impressa – estudo sobre a AIDS**. São Paulo: Ed. Hacker, 1999.

FAUSTO NETO, Antonio. O Joelho Aprisionado: o caso Ronalinho como construção das estratégias discursivas da mídia. **Lugar Comum**. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO/Núcleo de Estudos e Projetos em Comunicação, nº11, p.159-184, 2000.

FAUSTO NETO, Antonio **Mortes em derrapagens: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Riofundo, 1990.

FAUSTO NETO, Antonio **O Corpo Falado: a doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras**. 2ª ed. Belo Horizonte: FUMARC/PUC-MG, 1989.

FAUSTO NETO, Antonio **O Impeachment da televisão: como se cassa um presidente**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

FAUSTO NETO, Antonio et all **Mídia Tribunal – a construção discursiva da violência – o caso do Rio de Janeiro**. **Comunicação&Política** Rio de Janeiro: UFRJ v.1, n. 2, p.109-140, dezembro 1994 – março. 1995.

FAUSTO NETO, Antonio **A Construção do presidente: estratégias discursivas e a eleições presidenciais de 1994**. **Pauta Geral**. Salvador:UFBA/ Faculdade de Comunicação, v.3, nº3, p. 23-57, agosto. 1995.

FAUSTO NETO, Antonio **A deflagração sentido: estratégias de produção e de captura da recepção**. In: SOUZA, Mauro W. (Org). **O sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FLAUSINO, Márcia C. Fragmentos de um discurso sobre o aborto – a memória na construção da notícia sobre o aborto em Veja. In: RUBIM, Antonio A. C.; BENTZ, Ione M. G. e PINTO, Milton J. (Orgs) **Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea**. São Leopoldo,RS: Ed. Unisinos e Compós, 1999. p.151-169.

FOUCAULT, Michel **A ordem do discurso**. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GIDDENS, Anthony **As conseqüências da modernidade** São Paulo: UNESP, 1991.

GOMES, Mayra R. **Jornalismo e Ciências da Linguagem**. São Paulo: Hacker Editores e EDUSP, 2000

GOMES, Wilson Esfera Pública – política e media II. In: RUBIM, Antonio A. C.; BENTZ, Ione M. G. e PINTO, Milton J. (Orgs) **Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea**. São Leopoldo,RS: Ed. Unisinos e Compós, 1999. p.203-231.

GONDIM, Neide **A invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

GREENBLATT, Stephen **Possessões Maravilhosas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

GUEDES, Olga O discurso ambientalista na mídia brasileira. **Olhar Midiático – Revista de Comunicação e Informação da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza, n.1, p. 7-14, março 1998.

HAAN, Gerhard de Entidades ambientalistas e a política do espetáculo. **Textos de Cultura e Comunicação - Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas**. Salvador: UFBA, n.36, p. 135-147, dezembro, 1996.

HALL, Stuart **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HALL, Stuart Identidade cultural e diáspora **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 2, p. 68-74, 1996.

HALL, Stuart et alli A produção social das notícias: o ‘mugging’ nos media. In: TRAQUINA, Nelson **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Vega, 1993, p.224-257.

HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE: MANGUINHOS **Visões da Amazônia**. Revista da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, v.6, set. 2000. Suplemento.

HURTIENNE, Thomas O que significa a Amazônia para a sociedade global? In: D’INCAO, Maria A.; MACIEL, Isolda (Orgs) **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/MCT, 1994, p. 155-158.

LAPLANTINE, François; TRINDADE, Liana **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997. Coleção Primeiros Passos.

LAGE, Nilson **Ideologia e Técnica da Notícia** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

LAGE, Nilson **Linguagem Jornalística**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

LAGE, Nilson **Estrutura da Notícia**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

LEITE, Marcelo **A Floresta Amazônica**. São Paulo: Publifolha, 2001. (coleção Folha Explica).

LEONARDI, Victor **Entre árvores e esquecimentos – história social nos sertões do Brasil**. Brasília: Editora da UNB e Paralelo 15, 1996

LIMA, Regina L.A. **Vozes em Cena: as disputas simbólicas de sentido no espaço público mediatizado**. Rio de Janeiro: Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001. 232p. Tese (Doutorado).

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

JOSÉ, Emiliano **Imprensa e Poder: ligações perigosas**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; São Paulo: Hucitec, 1996.

JORNAL PESSOAL Belém: Lúcio Flávio Pinto, 2001, quinzenal. (n°261, 266, 267 e 268).

JOVCHELOVITCH, Sandra **Representações Sociais e esfera Pública – a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KIENTZ, Albert **Comunicação de Massa – Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

KUNCZIK, Michael **Conceitos de Jornalismo – Norte e Sul**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

MACHADO, Marcia B.; JACKS, Nilda **O Discurso Jornalístico**. In: Congresso da Compôs de 2001, GT Jornalismo.

MAINGUENEAU, Dominique **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Belo Horizonte:Ed. da UFMG, 2000.

MANUAL DE REDAÇÃO: FOLHA DE SÃO PAULO. 3.ed. – São Paulo: Publifolha, 2001.

MATTELART, Armand e Michèle **História das Teorias da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

MEDINA, Cremilda **Notícia: um produto à venda**. São Paulo: Summus Editorial, 1988.

MENDES, Armando Uma escolha entre futuros: a Agenda Amazônica. **O Liberal**. Belém, 26 e 27 de agosto. 2001. Caderno Painel, p.12-13 e p.8 (respectivamente).

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998 – (Dicionários Michaelis).

MORBACH, Marise R. **Amazônia In Concert**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. 100p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Área de concentração: Comunicação e Semiótica.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sergio **O jornal da forma ao sentido**. Brasília:Paralelo 15, 1997.

NEVES, Maria H. de M. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

OLIVEIRA, Fabiola I. de **Jornalismo Científico e a Amazônia: estudo de quatro jornais brasileiros**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 1990. 153p. Dissertação (Mestrado).

OLIVEIRA, Francisco de. A Reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, Maria A.; MACIEL, Isolda (Orgs) **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/MCT, 1994. P. 85-95.

ORLANDI, Eni P. **Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo: Cortez & Editora da UNICAMP, 1990 (Biblioteca da educação. Série 5. Estudos da linguagem, v.5).

ORLANDI, Eni P. **A Linguagem e seu Funcionamento**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni P. **As Formas do Silêncio**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, ENI P. (Org.)[et al] **Gestos de Leitura: da história do discurso**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, Eni P.; LAJOLO, Marisa; IANNI, Otavio **Sociedade e Linguagem**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. São Paulo: Vozes, 1998.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni P. **Discurso & Leitura**. 5ª ed. São Paulo/São Paulo: Cortez editora e Campinas/São Paulo: Ed. Unicamp, 2000

PÁDUA, José A. Biosfera, História e Conjuntura na análise da questão amazônica **HISTÓRIA, CIÊNCIAS, SAÚDE: MANGUINHOS** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, v.6, p. 793-811, set. 2000. Suplemento Visões da Amazônia.

PAES LOUREIRO, João de Jesus **Cultura Amazônica - uma poética do imaginário** Belém: Cejup, 1995.

PALACIOS, Marcos Cotidiano e sociabilidade no Cyberespaço: apontamentos para discussão. **Textos de Cultura e Comunicação** Salvador: UFBA/Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, n°29, 1993.

PALACIOS, Marcos Memórias do Aquário: comunicação e sociabilidade e McLuhan para uso e abuso dos comunicólogos. **Textos de Cultura e Comunicação** Salvador: UFBA/Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, n°29, 1993.

PÊCHEUX, Michel **O Discurso: estrutura ou acontecimento** 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

PINTO, Lúcio Flávio A Amazônia entre estruturas desfavoráveis In: D'INCAO, Maria A.; MACIEL, Isolda (Orgs) **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/MCT, 1994, p. 111-123.

PINTO, Milton J. **Comunicação e Discurso**. São Paulo: Hacker Editores, 1998.

REVISTA DE COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM. Lisboa, Portugal: Relógio D'Água editores, n. 27, fevereiro. 2000. Edição especial Jornalismo 2000

RODRIGUES, Adriano D. **Estratégias da Comunicação**. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1990.

RODRIGUES, Adriano D. O Acontecimento In: TRAQUINA, NELSON **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Lisboa: Vega, 1993. P.27-33.

RODRIGUES, Adriano D. **Comunicação e Cultura – a experiência cultural na era da Informação**. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1994.

RODRIGUES, Adriano D. **As Técnicas da Comunicação e da Informação**. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1999.

RODRIGUES, Adriano D. **Dicionário Breve da Informação e da Comunicação**. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2000.

RUBIM, Albino **Comunicação & Política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

RUBIM, Antonio A.C.; BENTZ, Ione M. G. e PINTO, Milton J. (Orgs) **Práticas Discursivas na Cultura Contemporânea**. São Leopoldo,RS: Editora Unisinos & Compós, 1999

SANTOS, Laymert G. dos Tecnologia, natureza e 'redescoberta' do Brasil In: ARAÚJO, Hermes R. (Org.) **Tecnociência e Cultura: ensaios sobre o tempo presente**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1998, P. 23-46.

SANTOS, Laymert G. dos A Encruzilhada da política ambiental brasileira. In: D'INCAO, Maria A.; MACIEL, Isolda (Orgs) **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/MCT, 1994, P. 135-154.

SANTOS, Joice B. Possessões da Amazônia na cobertura jornalística da Folha de São Paulo. In: Iº Simpósio de Comunicação, Propaganda e Publicidade da Universidade Federal do Pará, 21 a 25 maio, 2001, Belém.

SCHUDSON, Michael A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão In: TRAQUINA, Nelson **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Vega, 1993, p.278-293.

SEIXAS, Netília dos A. **A Representação discursiva da questão agrária na grande imprensa** Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Pernambuco, 1996. 138p. Dissertação (Mestrado).

SINGER, Paul. Amazônia na sociedade global. In: D’INCAO, Maria A.; MACIEL, Isolda (Orgs) **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq/MCT, 1994, p. 167-174.

SLATER, Candance Amazonia as Edenic Narrative. In: CRONON, Willian (Org) **Uncommon Ground – rethinking the human place in naturë**. New York: W.W Norton & Company, 1996

SOARES, Ismar O. **Sociedade da Informação ou da Comunicação?** São Paulo: Editora Cidade Nova, 1996.

SODRÉ, Muniz **Claro e Escuro: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz **Reinventando a Cultura: a comunicação e seus produtos**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOUSA, Celeste R. de **Retratos do Brasil – hetero-imagens literárias alemãs**. São Paulo: Arte&Ciência, 1996 (v.16, Coleção Universidade Aberta).

SOUSA, Jorge P. **As Notícias e os seus efeitos**. Coimbra/Portugal: Minerva Coimbra, 2000.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia** . 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

TOCANTINS, Leandro **O rio comanda a vida – uma interpretação da Amazônia**. 9ª ed. Manaus: Valer, 2000.

TRAQUINA, Nelson **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Veja, 1993.

TRAQUINA, Nelson **Jornalismo 2000: o estudo das notícias no fim do século XX**. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa e Relógio D’Água Editores, n.27, p. 15-31, fevereiro, 2000. Edição especial Jornalismo 2000

TRAQUINA, Nelson **Estudos do Jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2001.

TUCHMAN, Gaye Contando “estórias”. In: TRAQUINA, Nelson **Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’**. Lisboa: Vega, 1993, p.258-262.

VERÓN, Eliseo Esquema para el análisis de la mediatización. **Revista Diálogos de la Comunicación**, Lima: FELAFACS, n.48, outubro. 1997.

VERÓN, Eliseo **Construir el acontecimiento – los medios de comunicación masiva y el accidente en la central nuclear de Three Mile Island** 2ª ed. Buenos Aires/Argentina: Editorial Gedisa, 1987, Coleção El Mamífero Parlante.

WILLIAMS, Raymond **Cultura** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOLF, Mauro **Teorias da Comunicação**. 3ª ed. Lisboa/Portugal: Editorial Presença, 1994.

XIMENES, Tereza (Org) **Novos Paradigmas e realidade brasileira**. Belém: Editora da UFPA, 1993.

XIMENES PONTE, Romero. **Amazônia – a hipérbole e o pretexto**. Belém: Mestrado em Antropologia da Universidade Federal do Pará, 2000. 197f. Dissertação (Mestrado).